

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DOS MORADORES DA VILA DE SÃO JORGE-GO
A PARTIR DOS EFEITOS DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA
CHAPADA DOS VEADEIROS**

**UBERLÂNDIA
2019**

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DOS MORADORES DA VILA DE SÃO JORGE-GO
A PARTIR DOS EFEITOS DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA
CHAPADA DOS VEADEIROS**

Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial a obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva.

UBERLÂNDIA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C253c Carvalho, José Carlos de, 1965
2019 Caminhos e descaminhos dos moradores da Vila de São Jorge-GO a
partir dos efeitos da implantação do Parque Nacional da Chapada dos
Veadeiros [recurso eletrônico] / José Carlos de Carvalho. - 2019.

Orientador: Vicente de Paulo da Silva.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.3903>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. 2. Vila de São Jorge - Proteção ambiental. 3. Vila de
São Jorge, (GO) - Unidades de Conservação. 4. Parque Nacional da
Chapada dos Veadeiros (GO) - Conservação. I. Silva, Vicente de Paulo
da, 1962-, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU:910.1

Gloria Aparecida - CRB-6/2047

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO

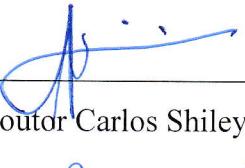
“Caminhos e descaminhos dos moradores da Vila de São Jorge-GO a partir dos efeitos da implantação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros”

Professor Doutor Vicente de Paulo da Silva (Orientador) - UFU

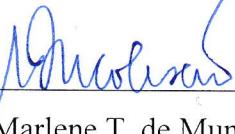


Professor Doutor Ivanilton José de Oliveira – UFG

Professor Doutor Carlos Shiley Domiciano – IFG



Professora Doutora Marlene T. de Muno Colesanti – UFU



Angela m Soares

Professora Doutora Ângela Maria Soares - UFU

Data: 28 / 06 de 2019

Resultado: Aprovado com distinção

Agradecimentos

Ao meu orientador, amigo e incentivador Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva a quem presto deferência pela confiança e consideração em mim depositadas por todo esse tempo de investigação científica.

Ao Instituto Federal de Goiás, pelo incentivo a capacitação e qualificação de seu corpo docente.

À Universidade Federal de Uberlândia, pela oportunidade e aprimoramento.

Ao Instituto de Geografia, seu Programa de Pós-graduação e professores pelo meu aperfeiçoamento profissional e crescimento pessoal.

Ao Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos que possibilitou tranquilidade no transcorrer da pesquisa.

Aos moradores da Vila de São Jorge, em especial a Senhora Aristéia dos Santos, “Téia”, amiga e colaboradora que contribuíram para o conhecimento da verdade e dos caminhos e descaminhos envoltos na proteção da natureza.

A Professora Ângela Maria Soares e a Professora Marlene Colesanti pelas importantes contribuições no exame de qualificação.

Aos servidores administrativos do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da UFU, João Fernandes e Izabel, pela atenção, consideração e apreço dispensados ao longo desses anos.

Aos membros titulares e suplentes da banca examinadora do trabalho final, por aceitarem o convite.

Ao meu pai, Olimpinho Dutra, “porque peão que é peão não sai do arreio” e a minha mãe, Celina, pelas lições de superação.

A minha esposa Kellen, pelo carinho, respeito, companheirismo, paciência, dedicação, incentivo e por me amar apesar de mim mesmo e, ao meu filho Pedro por me ensinar a ser melhor.

Ao Senhor, meu Deus, pela graça e misericórdia que me acompanham todos os dias.

RESUMO

A preocupação em resguardar a natureza, evitando a extinção de espécies animais e vegetais, proveniente da intervenção humana, pautada pela incontida relação produção e consumo, impulsionou a criação das áreas naturais protegidas em todo o mundo. Porém, áreas remotas, por vezes, consideradas despovoadas, constituem habitação para variados grupos humanos que sobrevivem a partir de relações com a natureza distintas da lógica urbano-industrial, portanto, estabelecem estilos de vida que apresentam vínculos de dependência com a natureza. No entanto, os objetivos da proteção ambiental, dado o modelo vigente de criação e implantação de Unidades de Conservação se colocam de forma antagônica frente aos interesses e necessidades das populações atingidas pelo esforço de proteção da natureza. Para tanto, realizou-se esse trabalho, na Vila de São Jorge, Município de Alto Paraíso de Goiás-Go e no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), com o intuito de analisar a implantação de Unidades de Conservação e compreender a importância da proteção da natureza, feita de maneira integrada a vida humana, animal e vegetal. Para essa tarefa utilizou-se de fundamentos aliados das abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa bibliográfica permitiu analisar o posicionamento das várias correntes do pensamento ecológico e a correlação com a teoria do risco e a interface com a Geografia. A pesquisa de campo permitiu estabelecer o elo entre a fundamentação teórica e a base concreta do fenômeno analisado e, o estudo de caso permitiu interpretar a problemática alicerçada no ponto de vista dos moradores de São Jorge, sejam moradores novos ou antigos. Ao findar a pesquisa pretendeu-se elucidar o questionamento estabelecido: como criar uma Unidade de Conservação Integral sem anular os elementos constituintes originários do lugar, como bens naturais, vida humana, animal e vegetal. Assim constatou-se que o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros se tornou importante fator de sustentação e meio de vida para os moradores da Vila de São Jorge e que é possível estabelecer uma correlação entre o esforço de proteção da natureza e a população local, desde que haja diálogo, participação, integração e consideração pelas necessidades econômicas, sociais e culturais das pessoas do lugar.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Vila de São Jorge; população local; proteção; natureza.

ABSTRACT

The concern to protect nature avoiding the animal and vegetal species' extinction derived from human's intervention because of the consumption – production relationship pushed the creation of protected natural areas around the world. However, remote places sometimes considered unpopulated, are now the home of many human groups that have survived the relationship with the nature different from the logic urban-industrial one and, therefore, establish lifestyles that show nature's addiction. Yet, the goals of the environment protection once the current model of creation and introduction of conservation plants is presented in an antagonistic form face to the needs and interest of the population affected by the effort to protect the nature. With this in mind, this study was done in Vila de São Jorge, county of Alto Paraíso de Goiás- Go and at Chapada dos Veadeiros National Park with the intention of analysing the instalation of conservation units and also understand the importance of nature preservation, made with the integrated work of human, animal and vegetal life. For this job it was used the approach of qualitative and quantitative researches. The bibliographical research allowed us to analyse the position of many standarts of ecological thoughts and its relation with the risk's theory and its interface with geography. The field research allowed to establish a link between the theoretical and concrete basis of the analysed phenomenon and the study of the case allowed to recognize the problems based on the opinions of São Jorge's residents, new or old ones. While finishing up the research, we tried to mention the question: how to create integral units of preservation without canceling the original elements of the place like natural goods, human, animal and vegetal life. This way, it was found that Chapada dos Veadeiros National Park has become an important factor of support and way of life to the residents of Vila de São Jorge and also that it is possible to establish a link between the effort to nature conservation and the local people, since there is a dialogue, participation, integration and consideration to the economic, social and cultural needs of the local residents.

Key-words: Conservation Units; Vila de São Jorge; local population; protection; nature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado de Goiás, localização do PNCV	17
Figura 2 - Mapa de localização da Vila de São Jorge	18
Figura 3 - Mapa de localização do Município de Alto Paraíso de Goiás.....	28
Figura 4 - Mapa da área de ampliação do PNCV	30
Figura 5 - Formação Geológica do PNCV (ao fundo).....	31
Figura 6 - Cachoeira Salto de 80m	31
Figura 7 - Curso d'agua afluente do Rio Preto	32
Figura 8 - Saltos do Rio Preto/PNCV	32
Figura 9 - Formação Florestal.....	33
Figura 10 - Formação Savânica.....	33
Figura 11 - Formação Campestre, ao fundo Serra de Santana.....	34
Figura 12 - Rio Preto	34
Figura 13 - Chuveirinho (<i>Paepalanthus scandens</i>).....	35
Figura 14 - Andombe (<i>Vellozia sp</i>)	36
Figura 15 - Canela-de-ema (<i>Vellozia squamata</i>).....	36
Figura 16 - Vista parcial da trilha das Sete Quedas	37
Figura 17 - Vista parcial da trilha dos <i>Canions</i>	38
Figura 18 - Indicativo parcial da trilha da Seriema	38
Figura 19 - Pedras de quartzo	41
Figura 20 - Vestígios do Garimpo do cristal na Torre do pôr do sol	43
Figura 21 - Gota Kaliandra, Espaço místico destinado a mantras (Alto Paraíso de Goiás-Go)	45
Figura 22 - Manifestação cultural na Vila de São Jorge	47
Figura 23 - Vista parcial da Vila de São Jorge	48
Figura 24 - Catas do garimpo de cristal de quartzo no interior do PNCV	77
Figura 25 - Vista parcial da cerca do Jardim de Maitreya, PNCV	80
Figura 26 - Palipalã (<i>Paepalanthus elongatus</i>) - Chuveirinho	85
Figura 27- Placa de sinalização na entrada do PNCV	86
Figura 28 - Pato-mergulhão (<i>Mergus octosetaceus</i>)	88
Figura 29 - Lascas de cristais de quartzo	90
Figura 30 - Vista parcial de plantação de milho (Chapada dos Veadeiros)	92

Figura 31 - Vista parcial do muro de entrada do PNCV	93
Figura 32 - Lavoura de soja na Chapada dos Veadeiros.....	104
Figura 33 - Vista parcial de Catas do garimpo no entorno do PNCV.....	110
Figura 34 - Vista parcial da Rua Cinco - Vila de São Jorge.....	111
Figura 35 - Corredeiras do Rio Preto, PNCV	114
Figura 36 - Reformas e adaptações particulares na Vila de São Jorge.....	115
Figura 37 - Anúncio de venda de propriedade particular no Distrito de São Jorge.....	116
Figura 38 - Vista Parcial da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge	118
Figura 39 - Equipamento de hospedagem na Vila de São Jorge	120
Figura 40 - Vista Parcial de Pousada na Vila de São Jorge.....	121
Figura 41 - Sinalização de apoio ao turista da Vila de São Jorge.....	122
Figura 42 - Sinalização de acesso a atrativo no entorno de São Jorge	125
Figura 43 - Vale da Lua (entorno de São Jorge).....	125
Figura 44 - Raizama (entorno de São Jorge)	126
Figura 45 - Águas Termais (entorno de São Jorge)	126
Figura 46 - Vista parcial do Centro de Atendimento ao turismo da Vila de São Jorge	128
Figura 47 - Vista Parcial da GO-239.....	130
Figura 48 - Vista parcial da Igreja Católica da Vila de São Jorge.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Naturalidade dos nativos.....	134
Gráfico 2 - Naturalidade dos chegantes	134
Gráfico 3 - Idade dos Nativos	135
Gráfico 4 - Idade dos Chegantes.....	136
Gráfico 5 - Escolaridade dos nativos	137
Gráfico 6 - Escolaridade dos Chegantes.....	137
Gráfico 7 - Relacionamento PNCV/comunidade/nativos	140
Gráfico 8 - Relacionamento PNCV/comunidade/chegantes	141
Gráfico 9 - Participação da comunidade/nativos	142
Gráfico 10 - Participação da comunidade/chegantes.....	142
Gráfico 11 - Apoio do Estado/comunidade/nativos.....	144
Gráfico 12 - Apoio do Estado/comunidade/chegantes	145
Gráfico 13 - Grau de importância comunidade/nativos	146
Gráfico 14 - Grau de importância comunidade/chegantes	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais marcos legais da legislação ambiental brasileira.....	56
Quadro 2 - Primeiros países a criarem áreas naturais protegidas	59
Quadro 3 - Categorias e classificação das Unidades de Conservação brasileiras.....	61
Quadro 4 - Características fundamentais das UC de proteção Integral	62
Quadro 5 - Características fundamentais das UC de uso sustentável.....	63
Quadro 6 - Relação dos Parques Nacionais brasileiros (Elaboração do autor)	64
Quadro 7 - Comparativo entre os fundamentos propostos pela racionalidade econômica, racionalidade ambiental de Leff e a percepção ecológica profunda de Capra	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo quanto aos benefícios de implantação do PNCV	138
Tabela 2 - Comparativo quanto aos prejuízos de implantação do PNCV	138
Tabela 3 - Comparativo em relação às principais atividades econômicas	139
Tabela 4 - Comparativo em relação aos principais efeitos do ecoturismo	139
Tabela 5 - Medidas para melhorar a integração e convívio entre PNCV/comunidade .	143
Tabela 6 - Principais festividades da Vila de São Jorge	143
Tabela 7 - Principais preocupações dos moradores da Vila de São Jorge em relação ao PNCV.....	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACVCV - Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros
ANA - Agência Nacional de Águas
APA - Área de Proteção Ambiental
ASJOR - Associação dos Moradores da Vila de São Jorge
CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CDB - Convenção da Diversidade Biológica
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade
MMA - Ministério do Meio Ambiente
ONU - Organização das Nações Unidas
PARNA - Parque Nacional
PED - Programa de Execução Descentralizada
PNCV - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNI - Parque Nacional do Itatiaia
PNMA - Programa Nacional de Meio Ambiente
PNT - Parque Nacional do Tocantins
RPPN - Reserva do Patrimônio Natural
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STF - Supremo Tribunal Federal
UC - Unidade de Conservação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS	27
1.1 HISTÓRIAS: DA CRIAÇÃO, REAÇÃO E REDUÇÃO	27
1.2 O PATRIMÔNIO NATURAL DO PNCV.....	30
1.3 BIODIVERSIDADE, CAMPONESES, GARIMPEIROS, COMUNIDADES MÍSTICAS E A SAGA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS	39
1.4 A VILA DE SÃO JORGE COMO POPULAÇÃO REMANESCENTE DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS.....	45
2 O ESTADO: PAPÉIS E RESPONSABILIDADES NO CONTEXTO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	50
2.1 A NATUREZA DO ESTADO E A PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	50
2.2 PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	52
2.2.1 Áreas naturais protegidas	58
2.2.2 Criação de unidades de conservação no Brasil.....	60
2.2.3 Tradição e cultura em áreas legalmente protegidas.....	65
2.2.4 Natureza protegida, sociedade em risco?	71
3 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS, A VILA DE SÃO JORGE E A COMPLEXIDADE DA PROTEÇÃO DO HOMEM E DA NATUREZA .	80
3.1 A VILA DE SÃO JORGE E OS CONFLITOS PELO USO E ACESSO AOS BENS NATURAIS	80
3.2 ANTAGONISMOS TEÓRICOS: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DOS PARADIGMAS TRADICIONAIS DE CONSERVAÇÃO.....	86
3.3 A (RE) CONEXÃO DA VIDA: UM NOVO OLHAR SOBRE A PROTEÇÃO DA NATUREZA.....	90
3.4 REFLEXÕES SOBRE O HOMEM E A NATUREZA	96
3.5 A REDENÇÃO DO TODO: BASE PARA NOVOS CAMINHOS DA PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	100
4 A VIDA E O SIGNIFICADO DA VIDA A PARTIR DE UMA VISÃO SISTEMÁTICA DE PROTEÇÃO DA NATUREZA	108
4.1 A INSTABILIDADE DO MUNDO INTEIRO E O DIREITO DE VIVER NA VILA DE SÃO JORGE.....	108

4.2 OS ANTECEDENTES DO LUGAR E A MATERIALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	112
4.3 O ECOTURISMO E A REINVENÇÃO DO MODO DE VIDA DOS MORADORES DA VILA DE SÃO JORGE	121
4.4 O ENCONTRO DO PESQUISADOR COM A POPULAÇÃO DA VILA SÃO JORGE ATRAVÉS DA PESQUISA DE CAMPO	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICE A.....	169
APÊNDICE B.....	170

INTRODUÇÃO

Questões de caráter ambiental envolvem as mais diferentes áreas do conhecimento humano, desde a ciência, a política, a educação, a economia e a saúde, até as situações mais corriqueiras da vida no seu dia a dia.

Na busca pela compreensão dos fatos ligados às variáveis da vida humana, percebe-se de maneira indelével a impossibilidade de serem tratados de forma isolada ou segmentada, uma vez que o sentido das relações sociais estabelecidas em qualquer nível do espaço tem como finalidade a vida, que mesmo tendo particularidades e especificidades, relacionam-se com o todo.

A nossa compreensão da gravidade dos problemas que assolam a humanidade em escala mundial não pode ser trazida à tona ou analisados sem a percepção integral dessas adversidades. A ciência fragmentada e as áreas do conhecimento ao serem tratadas dessa forma não permitem o entendimento da interdependência e profunda correlação entre as causas e efeitos e todas as vertentes da existência humana estabelecidas na biosfera ou em qualquer um dos seus segmentos. Capra (2006) afirma que os problemas que vivemos como sociedade são facetas da incapacidade de percebermos o todo e o negligenciamos quando escolhemos as especificidades segmentadas e fragmentadas, na maioria das vezes, por interesses locais e imediatistas.

A modernização tecnológica capitaneada pela globalização e a globalização gerada pelo avanço tecnológico permeiam sem volta todos os aspectos da vida e de maneira mais elementar aqueles ligados a nossa essência primitiva, ou seja, a relação homem-natureza. Assim, todas as atividades humanas que contemplam desde a construção da sociedade e, por consequência, todo seu arranjo produtivo, seja de que ordem for, têm interfaces ladeadas por essa interação básica, que afeta não só o momento atual, mas também as gerações futuras.

A biodiversidade, bem como seu uso e sua proteção, necessitam de uma observação mais ampla, uma vez que o isolamento das questões apenas circunscritas aos aspectos biológicos, esquecendo-se das variáveis sociais, econômicas e culturais sem caráter sistêmico, não conseguem garantir a sustentabilidade como um todo.

A sociedade pós-moderna, entendida via exacerbação da revolução industrial por meio da economia global de mercado, bem como do estímulo ao consumo de bens e serviços, forma o sistema de referência de toda a humanidade. Segundo Kurz (1998), todas essas situações anteriores se tornam facetas de uma relação maior que tem produzido riscos à humanidade em uma escala nunca vista anteriormente, uma vez que conectados, ligados e interdependentemente,

partilhamos mais malefícios do que benefícios, seja ao homem como também à natureza, em um ciclo óbvio e perverso, principalmente para os mais fracos e susceptíveis em qualquer área das atividades humanas.

Portanto, a criação de áreas naturais protegidas trata de uma contraposição à exploração dos bens naturais, constituindo-se uma das principais formas de política conservacionista no Brasil e no mundo. Entretanto, a relação homem-natureza historicamente sempre foi construída a partir do contato do homem com o meio e se apresenta tanto no aspecto econômico, como também no social, cultural e ambiental.

Dessa forma, a relação de uso dos bens naturais apresenta características exploratórias em diversos níveis, e a partir da intensificação do trabalho humano o equilíbrio naturalmente estabelecido fica comprometido. Desse modo, surge a necessidade de proteção em função da ocupação dos espaços naturais e consequente exploração dos seus bens, ou seu patrimônio natural, muitas vezes levados à exaustão.

Em decorrência desse processo, somando a interação de conservação de áreas de grande importância ecológica e relevante beleza cênica para fruição e contemplação da natureza pelo homem é que surge a efetiva criação de Unidades de Conservação (UC), entre elas os Parques Nacionais (PARNA) que, de forma legal e institucional, têm a função de garantir proteção à biodiversidade, preservar o patrimônio genético das espécies envolvidas e permitir atividades de pesquisa, educação ambiental e turismo. Contudo, o modelo de criação e institucionalização das UC no Brasil foi reproduzido a partir das práticas realizadas em outros países, portanto, com realidade social e cultural distintas, bem como ecologicamente diferentes da nossa realidade.

No Brasil, mesmo as áreas tidas como vazias, inapropriadas economicamente ou distantes, são ocupadas por inúmeras populações, indígenas, caipiras, caiçaras ou sertanejas¹ que, na sua relação com a natureza, desenvolveram um modo de vida e estabeleceram identidades próprias de acordo com, principalmente, seus meios de produção e reprodução, sociais e econômicos, além de possuírem uma cultura própria em função do seu contato com a natureza, principalmente.

Por ocuparem espaços a serem protegidos, utilizando-os para o seu sustento, tornaram-se complicadores do processo de preservação ambiental, vistos como indesejáveis,

¹ As pessoas identificadas como indígenas, caipiras, caiçaras ou sertanejas são populações que possuem, conforme Diegues (2001), características próprias e particulares, distintas das sociedades urbano-industriais e que são chamados de tradicionais.

principalmente, quando tais projetos pressupõem proteção integral sem presença humana. Contudo, é natural o fato de que populações expropriadas de seu território produzam espontaneamente outras formas de reprodução social e meio de vida, evidenciando possibilidades e igualmente, vulnerabilidades dos projetos de proteção ambiental.

O rompimento de paradigmas, em que pese o distanciamento entre populações tradicionais e proteção ambiental, revela a necessidade de um novo olhar sobre a relação homem-natureza e nos desafia a pensar o social e o ecológico concomitantemente. Esse rompimento também instiga a novas percepções e valores que devam levar a ações transformadoras, sendo esta relação vista como parte de um mesmo sistema interligado, em que a transformação da natureza passa menos pelos desejos de produção e consumo e mais pela necessidade de sustentação da vida, de maneira total e integrada.

A criação de uma UC, que a princípio resgata a natureza da atividade produtiva tradicional e exploratória, muda a organização do espaço e gera uma transformação da relação entre homem-espacó-homem, bem como causa impacto nas relações de poder uma vez que as relações sociais são instâncias de poder, ou seja, as pessoas se relacionam com os outros a partir do lugar social que ocupam. Nesse sentido, segundo Ortiz (1983), à medida que as relações pessoais se apresentam, as assimetrias que as caracterizam também se manifestam. Também sob essa ótica, Foucault (1987) afirma que o poder vem de todos os pontos da teia social. Logo, vale ressaltar meu envolvimento pessoal com o tema, por ter experimentado durante muitos anos as relações conflituosas entre o ímpeto preservacionista, as necessidades e o modo de vida de minha família, que desenvolvia produção agropecuária em área limítrofe a uma Unidade de Conservação, mais especificamente a Reserva Biológica Santa Clara do Piripau, localizada no Município de Lambari- MG. Vivenciamos o distanciamento entre o saber fazer tradicional e o conhecimento moderno científico, muitas vezes dissociado da realidade e do contexto do lugar.

Dentro desse pressuposto e confirmando o exposto, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), conforme Figura 1 à frente, foi criado em 1961, com a denominação de Parque Nacional do Tocantins, pelo Decreto nº 49.875, do então Presidente Juscelino Kubitschek, com objetivos não muito claros e sem um viés ecológico: “a princípio apenas para proteger a paisagem e as águas do planalto central brasileiro” (SARAIVA, 2006 p. 161). O modelo utilizado para a implantação do Parque, como em outros casos, teve como referência a ideia de áreas protegidas desenvolvida nos Estados Unidos, a partir do Parque de Yellowstone, criado em 1872. Tal iniciativa baseava-se no pressuposto de que a única forma de proteger a natureza era de afastá-la do homem e ao mesmo tempo criar espaços de

contemplação, recreação e turismo.

Figura 1 - Mapa do Estado de Goiás, localização do PNCV



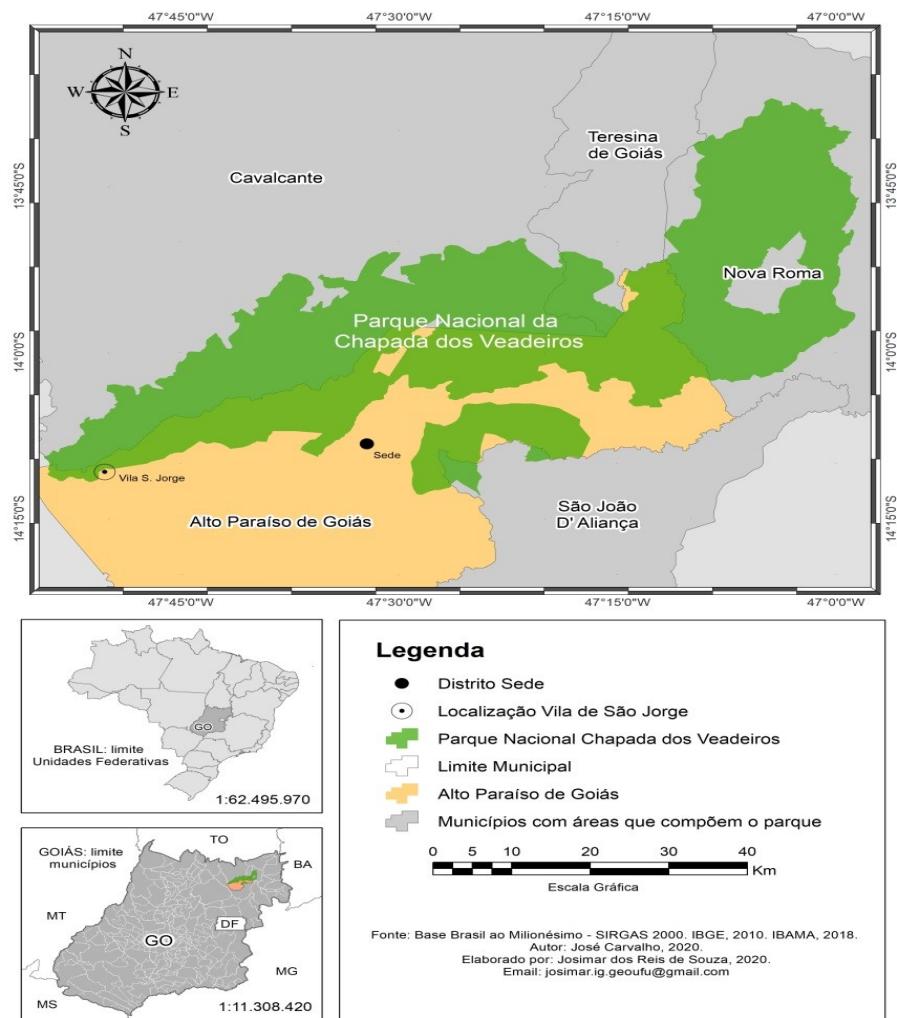
Fonte: OLIVEIRA, 2007.

Segundo Diegues (2001), essa concepção preservacionista fundamentada no naturalismo funda o mito moderno da natureza intocada, prevalecendo até hoje. Esse modelo preconiza que a natureza para ser preservada necessita efetivamente de separação das sociedades humanas. Portanto, afasta e exclui, não dialoga, não compartilha saberes e fazeres, distância e segregação. Para Pimbert e Pretty (2000) precisamos de um modelo que preserve a vida de uma forma ecossistêmica, que ao proteger a vida, preserve os valores da vida de forma integral e integrada, em que o sistema deixe de ser parte e passe a ser totalidade, visto que é um mundo de sentidos e solidariedades compartilhadas, que se entrelaçam nos seus saberes e experiências.

O caso do Parque Nacional das Chapadas dos Veadeiros não foi diferente, ou seja, na área que se formou o Parque viviam garimpeiros, caçadores, fazendeiros, sitiantes e outros

extrativistas que foram expropriados para proteger a natureza, retirando, assim, o espaço vivido, aprendido e produzido (SANTOS, 1996). Desse modo, moldou-se um relacionamento com as comunidades envolvidas, em particular a Vila de São Jorge, Distrito de Alto Paraíso de Goiás-GO, como apontado na Figura 2 abaixo, que as silenciavam a partir de conflitos instituídos em relação aos saberes e fazeres tradicionais desenvolvidos em simbiose com o ambiente em que viviam, porque eram vistos pelas instituições governamentais como ameaças ao meio natural.

Figura 2 - Mapa de localização da Vila de São Jorge



Fonte: CARVALHO e SOUZA, 2020

O conflito com populações tradicionais e seus saberes se sustenta no entendimento de que “esses grupos são considerados incapazes de participar de projetos em torno da conservação da natureza dentro de uma lógica em que homem e natureza são partes distintas em oposição” (SARAIVA, 2006, p. 195). Isso acontece em contrapartida da lógica das populações tradicionais na qual natureza significa o mundo concreto onde sua vida se

fundamenta, bem como natureza e cultura se fundem e se confundem e se transformam em “meio essencial de sua sobrevivência social, fonte de sua vida e de sua identidade cultural” (PEREIRA; DIEGUES, 2010, p. 40).

A instalação do Parque Nacional, em 1961, e a fundação de Brasília levaram a uma reconfiguração das práticas das pessoas na localidade e ao desempenho de um novo papel em seu meio, no qual as atividades da antiga Vila se voltaram para a atividade turística que emanava do Parque, envolvendo grande parte de seus moradores. Contudo, somente após 1986, com a construção da GO-118 que liga Brasília a Arraias, hoje Estado do Tocantins, passando por Alto Paraíso de Goiás, que este crescimento consolidou-se.

Foi a partir daí que ocorreu o incremento turístico, principalmente com turistas oriundos da capital federal, interessados nos atrativos localizados no interior do PNCV. São Jorge, localizada no portão de entrada do Parque, passou a receber cada vez mais levas de turistas e a partir de 1990 aumentou a intensidade do fluxo com consequente construção de equipamentos de hospedagem e lazer.

No caso apresentado, antigos moradores, ex-garimpeiros e caçadores trabalhavam como condutores de visitantes, categoria específica para subsidiar atividades turísticas quando os agentes de acompanhamento não possuem ensino médio desenvolvendo um trabalho de educação ambiental até 2013, quando a atividade deixou de ser obrigatória e afastou novamente a relação natureza-cultura tradicional ali representada.

Em 2014, quando recebeu ligação asfáltica entre a sede do Município e a Vila, essa nova realidade promoveu outras transformações. Consolidou alterações de valor e uso do solo e afastou da população local a sua posse e utilização, seja para o turismo ou habitação. No entanto, recentemente, no dia 5 de junho de 2017, o PNCV recebeu uma nova ampliação, passando de 65000 ha para 240.614 ha agora abrangendo áreas dos municípios de: Cavalcante, Alto Paraíso de Goiás, Nova Roma, Teresina de Goiás, Colinas do Sul e São João D’Aliança, trazendo as mesmas repercussões do passado, uma vez que o modelo adotado, embora tenham se passado 56 anos, ainda é o mesmo.

O motivo da escolha do PNCV e da Vila de São Jorge como objetos desse estudo residiu no fato de que a situação original de implantação dessa UC, bem como o seu trajeto de consolidação, inclusive das inúmeras reduções e ampliações, repercute as relações características e conflituosas no que tange a relação homem-natureza, bem como os dilemas da proteção ambiental, principalmente no que diz respeito às Unidades de Conservação de Proteção Integral.

O PNCV pela sua localização na Chapada dos Veadeiros preserva a maior área do

cerrado brasileiro classificado como rupestre, ou seja, Cerrado de Altitude estabelecido a mais 1.000m, em números totais 98% dessa especificidade do bioma encontram-se nesta localidade. Assim, verifica-se plena justificativa para a existência do PNCV, uma vez que as características enunciadas dotam a região de uma biodiversidade importante e única.

Porém, anteriormente à criação do PNCV, a região era ocupada historicamente por pessoas que retiravam dali o seu sustento: na maioria das vezes, atividades rudimentares e incipientes principalmente no que diz respeito à agricultura e pecuária pelas características topográficas e edáficas, constituindo-se de solos de baixa aptidão agrícola. A principal ocupação das pessoas da Vila de São Jorge era o garimpo de cristal de rocha de quartzo, extraído manualmente com ferramentas rudimentares, buscando sobrevivência e reprodução social e econômica.

Com a criação do PNCV, sucedeu-se uma reconfiguração do seu território, bem como a alteração do seu modo de vida, gerando inicialmente inúmeros conflitos entre os ocupantes da área e o Estado por meio de seus órgãos de representação e gestão. Posteriormente, essa configuração levou a população a buscar outras formas de ocupação e sustento mediante demandas que emanavam da ocupação do Parque.

Nesse aspecto, e considerando o histórico, a forma, as condições estruturais, a implantação e o desenvolvimento das Unidades de Conservação no Brasil até hoje, e mais especificamente o PNCV, indagou-se: como criar Unidades de Conservação de Proteção Integral sem anular os elementos constituintes originários do lugar, como bens naturais, vida humana, animal e vegetal? Correlata a essa questão central, agregaram-se outras que complementaram o sentido e a natureza:

- 1- Como estabelecer Unidades de Conservação ambiental integrando saberes e práticas científico-modernas com o conhecimento tradicional desenvolvido pelas populações humanas atingidas?
- 2- Que práticas emanam das Unidades de Conservação, principalmente os Parques Nacionais, que podem contribuir economicamente com a comunidade local?

Nesse sentido, este trabalho analisou um objeto de caráter eminentemente interdisciplinar, centrado na Geografia e suas categorias de estudo, perpassando pela Filosofia, Sociologia e Biologia, bem como pelas disciplinas decorrentes de suas ciências aplicadas, uma vez que para analisar questões tão profundas e difíceis, que envolvem as

relações socioambientais, é preciso atentar para o fato de que o conhecimento, segundo Morin (2008, p.27), “está ligado por todos os lados, tanto ao contexto, como à prática cotidiana, pelos aspectos sociais, históricos, culturais”. Da mesma forma, a natureza do conhecimento deve estar ladeada pelas várias formas dele mesmo, na busca da profundidade do objeto de estudo não dissociando o todo da parte e a parte do todo, nem tão pouco afastando as diversas possibilidades de construção do conhecimento, ou seja, “a complexidade traz à tona um novo pensamento, uma nova racionalidade sobre a produção do mundo” (LEFF, 2003, p. 7).

Nesse aspecto, procurou-se, nesse trabalho, apresentar inicialmente uma análise do histórico da criação do PNCV e sua repercussão socioambiental, buscando demonstrar o contexto regional da Chapada dos Veadeiros, tanto nos aspectos ligados à natureza e ao bioma, como também à atividade humana ali estabelecida entre os séculos 18 e 19, período de implantação da mineração na região, mais especificamente a interface com a Vila de São Jorge e sua população ao longo do tempo.

Diante da análise anterior é que se respaldou a continuação da discussão contida neste trabalho científico. Ainda nesse sentido, vislumbrou-se a territorialização pelo Estado do espaço natural, uma vez que, o movimento protecionista promove a seleção e a implantação de áreas de conservação por meio do poder do Estado ou pelo espaço político ocupado por seus representantes na estrutura estatal, em detrimento da população local atingida que geralmente possui menor poder político (COLCHESTER, 2000).

Desta forma, tornou-se importante esclarecer as consequências sociais, econômicas, políticas e culturais da concepção de conservação ambiental no Brasil e no mundo que se desencadeia na Vila de São Jorge como *locus* das relações decorrentes da proteção ambiental mediante a criação do PNCV e os riscos e efeitos decorrentes para a sua população. A partir daí, o enfoque passa para as pessoas, suas ações e reações, conquistas, prejuízos, resistências e transformações na busca do espaço para viver. Trabalhou-se a repercussão pela ótica dos moradores atingidos, seus descendentes que permaneceram no lugar e os novos moradores, agregados ao longo do tempo.

Investigou-se a instalação do PNCV e os processos decorrentes dessa ação, mais especificamente em função da apropriação e expropriação de um território sobre uma população local, tradicional e historicamente fragilizada. Em contrapartida, apresentou-se a proteção da natureza por meio de um bioma representativo, com uma biodiversidade tão importante evidenciada pelo cerrado de altitude e as especificidades decorrentes de suas características.

Por outro lado, tornou-se importante entender o esforço de proteção ambiental e sua

relação com a comunidade atingida por essa iniciativa e a inevitável intervenção em seu modo de vida, alterando saberes e fazeres, inclusive redimensionando seus valores em relação à natureza. Originalmente, esse era o objeto de exploração, algumas vezes degradante, e que se transformaria, ao longo do tempo, em um objeto de obtenção de recursos oriundos da preservação passando a oferecer oportunidades que emanam da Unidade de Conservação, como o ecoturismo, na busca de novas formas de reprodução social e econômica, e trazendo à comunidade novos atores e valores.

O estudo percorreu, então, esses aspectos com a finalidade de entender, a partir do PNCV e da Vila de São Jorge, se é possível estabelecer um processo de conservação ambiental que leve a uma concepção ecológica socialmente mais profunda e multifuncional integrando homem e natureza em um processo sistêmico.

Isso posto definiu-se objetivos para a consecução do trabalho:

Objetivo Geral

Discutir a implantação de Unidades de Conservação, bem como compreender o significado e importância para uma verdadeira preservação da natureza integrada à vida humana, animal e vegetal.

Objetivos Específicos

1. Mostrar a intervenção do Estado e as repercussões da criação de projetos de conservação sobre as populações tradicionais;
2. Analisar os efeitos e riscos produzidos pela criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros na vida dos moradores da Vila de São Jorge;
3. Descrever as mudanças, ações e reações da população da Vila de São Jorge em função do processo de (des) territorialização sofrido;
4. Identificar as mudanças ocorridas a partir da criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e os processos de resistência e acomodação da população, bem como as condições para criação de novas unidades aproveitando os saberes e fazeres tradicionais, de forma a preservar a natureza sem agredir moradores e espécies animais e vegetais.

Para tanto, optou-se por uma metodologia com abordagem qualitativa e quantitativa de caráter descritivo e explicativo, uma vez que “a preocupação reside no aprofundamento da compreensão de um grupo social” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). Sob essa perspectiva, este estudo procurou entender e explicar, por meio de uma dinâmica construída

socialmente e que corresponde a um espaço mais profundo das relações, os processos e fenômenos relacionados a motivos, valores e atitudes, buscando apreender sua totalidade e permitir uma maior ênfase nos aspectos dinâmicos e logísticos da experiência humana, conforme Minayo (2002).

Dessa forma, quanto aos procedimentos, efetivou-se esta caminhada por meio de pesquisa bibliográfica, por permitir o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas; de pesquisa de campo, visto que a coleta de dados junto à população permite o entendimento mais detalhado da problemática, e do estudo de caso, uma vez que a pretensão científica do estudo “reside na investigação do como e do porquê de um evento, compreender e explicar as variáveis causais do fenômeno em uma situação complexa” (YIN, 2001, p. 24), analisando a situação dos moradores da Vila de São Jorge e sua relação com o PNCV, segundo sua vivência, estrutura e dinâmica social.

Assim, pelo fato de o estudo de caso ser uma estratégia de pesquisa abrangente, bem como contribuir para o entendimento dos fenômenos sociais e políticos, ele torna-se adequado, uma vez “que o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2001, p. 21). Corresponde, então, ao objeto em análise para consecução e operacionalização da pesquisa com a finalidade de expor as evidências de forma justa, além do fato de ter anteriormente a possibilidade do conhecimento e do aprofundamento do caso em questão por inúmeros contatos efetivados em incursões à Vila de São Jorge e ao PNCV, a partir de 2010, quando iniciou-se visitas técnicas e trabalhos de campo como professor do Instituto Federal de Goiás (IFG).

Nessas visitas, normalmente com duração de 3 a 4 dias, pode-se observar a realidade, a relação entre a comunidade e o PNCV, o modo de vida da população, além de conhecer a formação histórica, social, econômica e cultural do lugar.

A partir de 2014, em função de idas regulares e atendendo ao programa de ensino multidisciplinar entre as disciplinas de Meio Ambiente e Turismo e Políticas Públicas e Turismo, intensificou-se o contato com os habitantes de São Jorge, autoridades e visitantes. Com o início do doutoramento em 2015, efetivou-se o aprofundamento da revisão da literatura, perpassando por autores como: Milton Santos, Edgard Morin, Henrique Leff, Antônio Carlos Diegues, Fritjof Capra, Yvette Veyret, Ulrich Beck, Carlos Domiciano, Robert Yin, Antônio Carlos Gil, Augusto Albuquerque e Regina Coelly Saraiva, entre outros. Esses autores consubstanciaram teoricamente as questões tratadas, sobretudo aquelas referentes às relações homem-natureza, a modernidade globalizada e suas interfaces com a

ecologia, a biodiversidade, questões de poder estabelecidas e a construção da territorialidade, e a inter-relação do conhecimento científico-moderno com o conhecimento tradicional historicamente construído, a partir das relações com a natureza.

Além das questões de ordem mais profundas, que levaram ao questionamento sobre o processo de proteção ambiental compartmentado e isolado, em contrapartida a uma visão sistêmica da biodiversidade, da natureza e das relações de produção, agregaram-se outras ligadas à implantação mais propriamente dita de Unidades de Conservação e o papel do Estado, especificamente o papel dos órgãos governamentais na criação e na manutenção do PNCV.

A coleta parcial de dados foi realizada em 2017, mediante a análise de documentos pertinentes à criação, implantação, estruturação e transformações do PNCV e da Vila de São Jorge, além de observação direta. As entrevistas semiestruturadas e os questionários foram aplicados em três fases distintas e complementares. A primeira ocorreu entre os dias 20 e 23 de novembro de 2018, a segunda entre os dias 12 e 15 de fevereiro de 2019, e por último, a mais longa fase compreendida entre os dias 10 e 22 de março de 2019, todas com a seguinte intenção:

- realizar entrevistas (Apêndice A) e aplicar questionários (Apêndice B) junto aos moradores da Vila de São Jorge para a coleta de informações com vistas à avaliação de riscos e efeitos da existência do PNCV;
- conhecer as preocupações da comunidade em relação ao PNCV;
- averiguar junto aos moradores a revelação do seu entendimento dos efeitos positivos e negativos da criação e implantação do PNCV;
- perquirir as fontes de renda da comunidade de São Jorge;
- conhecer o atual estágio de preservação cultural da Vila de São Jorge;
- observar e acompanhar a relação dos moradores com o PNCV.

Para Minayo (2002, p.53), pesquisa de campo se trata do “recorte que o pesquisador faz em termo de espaço, representando uma realidade”. Já para Ruiz (1976), diz respeito a observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, é um instrumento que permite estabelecer relações entre condições e eventos mediante uma investigação e coleta de dados, conforme (FONSECA, 2002).

Para efeito da pesquisa, percorreu-se toda área da comunidade da Vila de São Jorge, utilizando amostra por conveniência (DENCKER, 2007), de forma aleatória. Dos moradores que se dispuseram a responder o questionário, 20 pessoas preferiram entregar em outro

momento, sendo coletados nas residências ou entregues no Café Ouro Preto, local conhecido e acessível a todos.

Os resultados alcançados versam tanto da caracterização do morador, como idade, naturalidade, gênero e escolaridade, bem como seu entendimento quanto aos efeitos da existência do PNCV, tais como: benefícios da implantação, prejuízos, efeitos sobre a economia local, relacionamento com a gestão do parque, participação nas decisões, apoio do Estado, preocupação em relação ao PNCV, sua importância, assim como as festividades existentes.

Para a efetivação da pesquisa foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com moradores antigos em condições adequadas de saúde, considerando o ponto de saturação, ou seja, o não aparecimento de informações novas a partir 10 entrevistas (Apêndice A) e aplicados em um universo de 720 moradores de São Jorge, considerando uma margem de erro de 5%, 252 questionários ao acaso (Apêndice B), entre antigos e novos habitantes do lugar (nativos e chegantes).

Assim, na busca por um rigor científico que valide o trabalho, verificou-se que a prévia observação possibilitou a avaliação do comportamento das pessoas referendado em um dado período. Desse modo, a entrevista e o questionário proporcionaram melhor compreensão da realidade por meio da verificação de opiniões, sentimentos, crenças, ideias, expectativas, valores, situações vivenciadas e aspectos da cultura, confirmando parecer evidenciado por Laville e Dione (1999). Por conseguinte, pretendeu-se alcançar o resgate de lembranças “que na sua essência não são falsas ou verdadeiras, elas contam o passado através do vivido” (GOLDENBERG, 2004, p. 56). Assim fazendo, recuperaram-se os valores que marcaram cada época, além de possibilitar a verificação do contraponto entre os diferentes tempos vividos e as expectativas de futuro, por meio do olhar dos seus agentes.

Dessa forma, seguiu-se uma trajetória narrativa com a seguinte estrutura: na primeira parte do trabalho abordou-se o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, seu histórico, caracterização do seu patrimônio natural, biodiversidade, contextualização, a relação com a Vila de São Jorge e as alterações territoriais e desdobramentos sobre o modo de vida.

Na segunda parte apresentou-se uma análise da função do Estado como agente das políticas e ações conservacionistas, situando o pensamento referencial da proteção ambiental no mundo e no Brasil, além de introduzir uma discussão em relação às ações em torno das Unidades de Conservação e as populações tradicionais, sua (des)-territorialização, consequências, mudanças e resistências.

As intrincadas situações que envolvem a proteção da natureza com base no vínculo

entre o PNCV e os moradores da Vila de São Jorge, permeadas pelas narrativas das pessoas, são tratadas na terceira parte, por meio da discussão dos conflitos decorrentes das heterogêneas percepções dos agentes envolvidos e dos antagonismos teóricos das várias correntes do pensamento ecológico, bem como a realidade desconexa das Unidades de Conservação e a necessidade de uma reconfiguração dos modelos de proteção da natureza, em busca de uma nova lógica.

Na quarta parte do trabalho, deu-se continuidade a narrativa da população residente na Vila de São Jorge, no que se refere às questões territoriais, discutindo a correlação entre esforço de proteção ambiental e proteção do lugar através do aprofundamento dos questionamentos sobre as alternativas ao modelo tradicional, além de analisar as alterações do modo de vida da comunidade através do advento do ecoturismo, bem como tratou-se dos resultados decorrentes da pesquisa de campo, explicitados por meio de análise descritiva e estatística da realidade dos diversos moradores e do seu relacionamento com o PNCV.

1 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

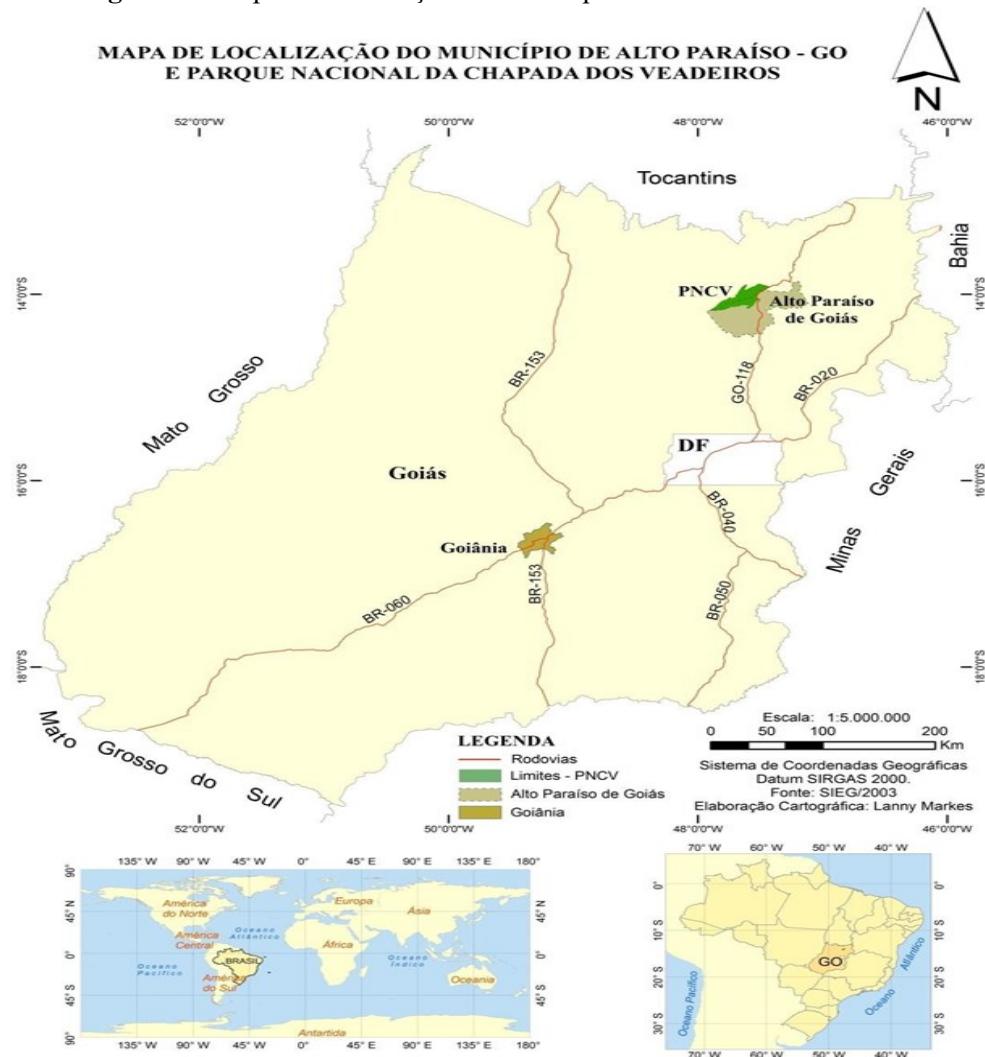
1.1 HISTÓRIAS: DA CRIAÇÃO, REAÇÃO E REDUÇÃO

No contexto do movimento desenvolvimentista da década de 1960, instrumentalizado pelas políticas voltadas para o Centro-Oeste do Brasil e para a construção de Brasília, é que o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) foi criado por Juscelino Kubitschek no município de Alto Paraiso de Goiás, conforme Figura 3, com a denominação de Parque Nacional do Tocantins (PNT), por meio do Decreto número 49.875, de 11 de janeiro de 1961, com uma área aproximadamente de 625.000 ha. A criação do PNT não teve motivações casuais, ou eminentemente de caráter conservacionista, uma vez que Behr (2000) e Drumond (1997) apontam que, decidida a mudança da capital nacional para Brasília, em 1956, foram criados em 1959 e 1961 os três primeiros parques nacionais chamados “sertanejos” (Araguaia, Emas e Tocantins). Afirmando os autores que o objetivo principal da criação dessas unidades estava em oferecer lazer aos futuros habitantes da capital.

Segundo Yaguiu (2011), em 1970, após instituição de uma comissão para fazer levantamento e avaliação de propriedades que não haviam sido devidamente indenizadas e constituíam o PNT, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) órgão gestor a época da unidade, recomendou a redução da área do Parque e a mudança do nome da Unidade de Conservação.

Essa recomendação foi aprovada, de acordo com Behr (2000), em 1972, pelo então Presidente Emílio Garrastazu Médici, por meio do Decreto 70.492 de 11 de maio, reduzindo a área para 171.924,54 ha, com a denominação de Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Segundo o autor, a exposição de motivos n. 084 do Ministério da Agricultura enviada para o Presidente, visando a redução da área do Parque, deixa claro que tal diminuição atendia requisitos econômicos e sociais e ainda traria a exclusão das principais áreas de atrito em claro reconhecimento da existência de conflitos com a população local.

Figura 3 - Mapa de localização do Município de Alto Paraíso de Goiás



Fonte: SIEG, 2003.

Em 02 de julho de 1981, o Presidente João Batista de Figueiredo, por meio do Decreto 86.173, retificado pelo decreto 86.596 de 17 de novembro de 1981, reduziu o PNCV pela segunda vez para uma área de aproximadamente 60.000 ha. Dessa forma, gradativamente, o Parque perde parte de sua área, atendendo interesses dos proprietários e sempre com justificativas distintas do interesse ecológico, seja de proteção da fauna e flora, solo, água e das belezas cênicas.

Na exposição de motivos enviada ao Presidente da República, em 26 de março de 1981, as preocupações e os motivos estabelecidos para a redução da área buscavam atender interesses da expansão da agricultura voltada para a exportação, notoriamente soja, algodão e milho (ALBUQUERQUE, 1998; BERH, 2000; BORGES, 2000).

Essas justificativas, conforme Berh (2000), afirmavam que novos estudos haviam sido realizados na área do referido Parque Nacional, pela equipe técnica do Departamento de Parques Nacionais e Reservas e, a soma desses, juntamente com esforços científicos, tanto no

âmbito estadual como no âmbito federal, apresentaram a imprescindibilidade de propor nova modificação dos limites descritos no Decreto 70.492 de 11 de maio de 1972.

Segundo o mesmo autor, o texto original da justificativa argumentava que em função da grande ocupação da região, isso em 1972, e pela instalação de projetos agropecuários na área, a implantação do PNCV não absorvia condições ideais para efetivação, uma vez que viria causar inúmeros problemas.

Com a alteração proposta por esses estudos, excluíram-se áreas já degradadas pelo conflito evitando tensões sociais, além de permitir que o governo do estado de Goiás promovesse programas de desenvolvimento da região, com a implantação de projetos agropecuários e industriais (BERH, 2000, p. 92).

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, sob a áspide do Estado autoritário, o setor agrário brasileiro, impulsionado pelo processo de “modernização conservadora”, adquiriu um novo padrão. O Centro-Oeste teve sua produção agrícola organizada para exportação em função da demanda internacional, assim, culturas de exportação como as de soja, algodão e milho passaram a ocupar posição de destaque na formação agrária do estado (BORGES, 2000).

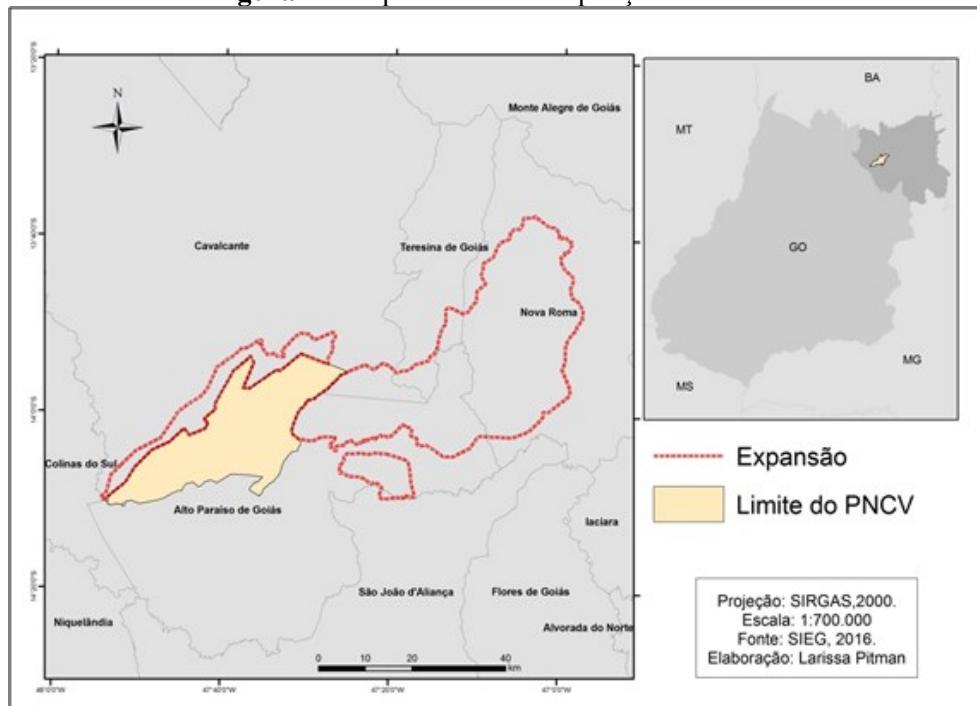
Na década de 1980, consolida-se a ocupação capitalista de Goiás e do Centro-Oeste, onde a aliança da grande propriedade agrícola com as grandes empresas de capital externo, produtoras de máquinas e insumos leva à concentração agrária por meio do incentivo ao trinômio, grande propriedade, capital comercial e agroindústria (DOMICIANO, 2007).

Em busca de áreas de expansão da grande produção de exportação, a produção capitalista promove a apropriação de áreas protegidas que possuem algum valor e interesse ao capital, amparada pelas ações governamentais tanto de âmbito federal como estadual. Vale ressaltar que a partir da constituição de 1988, que em seu artigo 225, inciso I do Capítulo VI, que versa que toda alteração ou supressão de qualquer tipo de unidade de conservação só é possível por meio de lei, ou seja, mediante apreciação e autorização do Congresso Nacional (BRASIL, 1988).

Em 1990, o decreto 99.279 de 06 de junho delimita o parque com área de 65.514,73 ha, declarando-o como de utilidade pública. Em 2001, conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o PNCV foi reconhecido como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e teve sua área ampliada para 235.000 ha. Entretanto, o decreto de ampliação foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por falhas no processo e consulta pública, voltando a área uma vez já definida em 1981 e delimitada em 1990.

Em 2017, mais precisamente no dia 05 de julho, o governo brasileiro assinou um novo decreto autorizando a expansão do PNCV, e as novas delimitações ampliaram o Parque para 240.614 ha em duas áreas descontínuas: a maior com 222.614 ha engloba a área atual, e uma menor com 18000 ha. O Parque que ocupava áreas nos municípios de Alto Paraíso e Cavalcante agora passa a ocupar áreas nos municípios de Nova Roma, Teresina de Goiás e São João D'Aliança, como se observa na Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Mapa da área de ampliação do PNCV



Fonte: SIEG, 2016.

1.2 O PATRIMÔNIO NATURAL DO PNCV

O PNCV concentra sua maior extensão sobre o complexo montanhoso Araí-Nova-Roma-Veadeiros, situando-se na porção noroeste do nordeste goiano. Domiciano (2014) e Oliveira (2007) afirmam que a Chapada dos Veadeiros caracteriza-se por estruturas geológicas ligadas a movimentos tectônicos antigos, como dobramento, falhas e fraturas, que têm influência na formação do relevo, conforme se pode observar na Figura 5, a seguir.

Figura 5 - Formação Geológica do PNCV (ao fundo)



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Segundo Oliveira (2007), em carta hipsométrica produzida na área do PNCV, demonstra-se excepcional gradiente com amplitude altimétrica em torno de 1.200 metros, decrescendo de nordeste para sudeste. Tais diferenças explicam as cachoeiras, conforme a Figura 6, e grande quantidade de cursos d'água em desnível na área compreendida no PNCV, Figuras 7 e 8, seguintes.

Figura 6 - Cachoeira Salto de 80m



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Figura 7 - Curso d'agua afluente do Rio Preto



Fonte: DOMICIANO, (set./2012).

Figura 8 - Saltos do Rio Preto/PNCV



Fonte: Elaboração própria, (set./2017).

A elevada altitude do PNCV aliada aos fatores edáficos (latossolo, litossolo, plintossolo, gleissolo, cambissolo e alissolo ou luvissolo), conforme a EMBRAPA (1999), além da disponibilidade de água, contribuem para uma alta diversidade fisionômica, formando

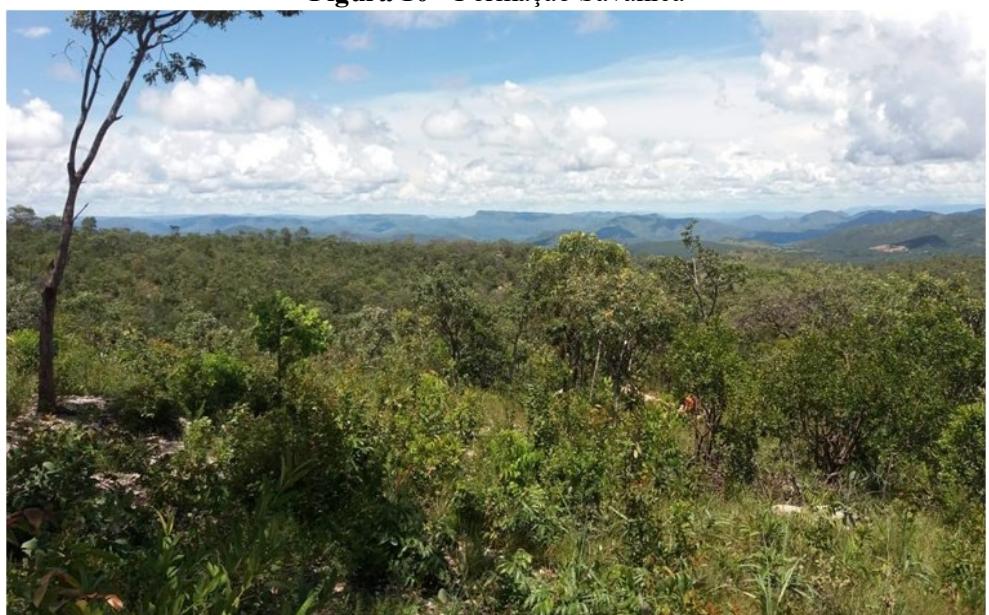
um grande mosaico de paisagens naturais que englobam formações florestais, conforme a Figura 9 adiante, savânicas, demonstradas na Figura 10 e campestres, retratadas na Figura 11, segundo o Plano de Manejo da UC (BRASIL, 2009). Essas características constituem-se, conforme Domiciano (2014, p.27), “em porções de cerrado de sentido restrito, denso, rupestre e ralo, além da presença de formações florestais ladeadas por campos úmidos e áreas alagadas”.

Figura 9 - Formação Florestal



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Figura 10 - Formação Savânica



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Figura 11 - Formação Campestre, ao fundo Serra de Santana



Fonte: DOMICIANO, (set./2012).

O Rio Preto, conforme a Figura 12 abaixo, afluente do Rio Tocantinzinho, que deságua no Rio Tocantins, é o principal curso d'água que corta de leste para oeste o Parque Nacional, recebendo as águas de córregos que descem de suas encostas, formando pequenos vales transversais. O Rio Preto percorre as fraturas rochosas que são características do local, forma cânions e corredeiras, e os desniveis aí encontrados dão origem às cachoeiras e saltos.

Figura 12 - Rio Preto



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

No PNCV, em função das características descritas, encontra-se grande diversidade animal e vegetal, algumas raras e ameaçadas de extinção.

Entre todas as espécies reconhecidas na área, destaca-se o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), espécie altamente ameaçada de extinção, com área de incidência no Brasil, Argentina e Paraguai. Conforme Hugues (2006, p. 15), “atualmente, a estimativa populacional do pato-mergulhão é de apenas 250 aves em regime natural no Brasil, não se encontrando espécies em cativeiro”. Anteriormente, eram encontrados em uma vasta região do território brasileiro, indo do Tocantins a Santa Catarina, e hoje, segundo o mesmo autor, restringe-se a Tocantins, Minas Gerais e Goiás, mais especificamente no PNCV e região.

Além da notoriedade conferida à proteção ao pato-mergulhão, inclui-se uma vasta lista de espécies de animais e vegetais ameaçadas de extinção. No caso da fauna, destacam-se, segundo Domiciano, (2014, p. 27), “lobo-guará (*Chrisocium brachyurus*), onça-pintada (*Phantera onça*), codorna (*Nathura minor*), Socó-boi-escuro (*Coryphaspiza mecanotes*), sapo-de-chifre (*Proceratophrys goyana*) e sapo-fusquinha (*Odontophryne salvatori*)”.

Em se tratando de flora, destaca-se o chuveirinho (*Paepalanthus scandens*), mostrado pela Figura 13, 35andombe (*Vellozia sp*) na Figura 14, canela-de-ema (*Vellozia squamata*) na Figura 15, palipalã (*Paepalanthus elongatus*) e algumas espécies ameaçadas por exploração desenfreada, como a arnica (*Lyncochrophora enicoides*) e a aroeira (*Myractron Unudeuva*), entre outras (BRASIL, 2009).

Figura 13 - Chuveirinho (*Paepalanthus scandens*)



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Figura 14 - Andombe (*Vellozia sp*)



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Figura 15 - Canela-de-ema (*Vellozia squamata*)



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Toda riqueza natural do PNCV e seu entorno representam, de fato relevante importância para o bioma cerrado e mais especificamente para o cerrado de altitude pela sua diversidade biológica e especificidade. A grande biodiversidade da região e o Parque atraem pesquisas científicas que envolvem biologia, taxonomia, sistemática e fitogenética, além de

pesquisas voltadas ao turismo, ciências sociais e geografia (BRASIL, 2009).

Relevantes são também as atividades de lazer e educação onde áreas específicas, catalogadas no Plano de Manejo do Parque, são destinadas ao uso público. Essas atividades são monitoradas, respeitam o estudo de capacidade de carga, porém não exigem acompanhamento de funcionários ou guias.

Atualmente os visitantes do PNCV têm à sua disposição quatro trilhas, todas partindo do portão de entrada do Parque. A primeira é denominada Travessia das Sete Quedas e é aberta ao público de junho a outubro. Percorre grandes extensões do PNCV e é possível visualizar diversas fisionomias como: campos rupestres, veredas, campos sujos e limpos, e cerrado *Strictu Sensu*, margeando em boa parte do trajeto o Rio Preto. Para tanto, a travessia é percorrida em dois a três dias, com pernoites dentro da área do Parque, como se pode observar na Figura 16.

Figura 16 - Vista parcial da trilha das Sete Quedas



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Outra opção é a trilha dos Saltos, com extensão aproximada de 13 km ida e volta, em terreno acidentado e pedregoso, alcançando as cachoeiras Salto de 120 metros e Salto de 80 m do Rio Preto, em que é permitido banho nas suas imediações.

A terceira possibilidade é a trilha dos *Canions*, com o percurso de 12 km ida e volta, é uma trilha bastante plana e bem pedregosa. Essa se subdivide em duas opções logo após os

primeiros 5 km de caminhada, uma bifurcação a esquerda leva a *Canion da Carioca*, conforme a Figura 17 abaixo e a segunda a direita leva ao *Canion 2*.

Figura 17 - Vista parcial da trilha dos *Canions*



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

A derradeira opção é a trilha da Seriema de acordo com a Figura 18, com extensão de 800 m ida e volta, que leva ao Córrego Rodoviarinha, percurso recomendado para idosos, grávidas, crianças e pessoas com dificuldade de locomoção.

Figura 18 - Indicativo parcial da trilha da Seriema



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Relevante ainda é o fato que até 2013, todas as trilhas eram percorridas obrigatoriamente com orientação de um condutor de visitantes, geralmente moradores da Vila de São Jorge, ex- garimpeiros que anteriormente ajudaram na demarcação e manutenção desses caminhos.

Dessa forma, o patrimônio natural do PNCV é disponibilizado para a sociedade por meio de bens, serviços e ações que integram a proteção e a biodiversidade aos interesses de uso e fruição da sociedade distanciada da natureza.

1.3 BIODIVERSIDADE, CAMPONESES, GARIMPEIROS, COMUNIDADES MÍSTICAS E A SAGA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Oficialmente, o Brasil, segundo a Lei 9.985/2000 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), adota a definição de biodiversidade dada pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que é um tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) lançado por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). De acordo com o documento, entende-se que a diversidade biológica consiste na

variabilidade dos organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. (BRASIL, 2000, s/p).

A biodiversidade precisa ser entendida para além dos aspectos biológicos, incluindo a dimensão humana expressa por meio da estrutura e do comportamento das sociedades humanas, uma vez que a compreensão do que ela realmente é, e do porque de como protegê-la, transforma-se em questões norteadoras para a proteção das espécies, dos ecossistemas e da própria existência humana.

Para efeito deste trabalho, considera-se o entendimento de biodiversidade segundo Horowitz (2003), corroborado por Barbosa (2008), de que a biodiversidade alcança todas as variedades e variações dos organismos e dos sistemas ecológicos nos quais se incluem, para os organismos, os níveis de genes, de populações, de espécies e de comunidades e, para os sistemas, os níveis de habitat, de ecossistemas, de paisagens, de biomas e de ecorregiões. Os autores entendem que, se incluem ao conceito, todo o arcabouço de relações estruturais e funcionais estabelecidas dentro e entre os mais diferentes níveis de organizações biológicas, suas origens evolutivas e suas dinâmicas no tempo e no espaço, das quais as atividades

humanas fazem parte.

A perspectiva do desenvolvimento sustentável traz à tona uma ampliação do entendimento sobre a conservação da biodiversidade. Esse fato leva à inclusão da dimensão social e humana associada à dimensão ambiental, aliando as políticas de conservação da biodiversidade aos conflitos de ordem econômica, territorial, social e política que envolvem todas as ações voltadas à criação e à manutenção de uma Unidade de Conservação sobre as populações envolvidas, principalmente aquelas mais fragilizadas e expostas aos riscos e consequências do processo de proteção ambiental e sua reprodução social, cultural e econômica.

Segundo Horowitz (2003), os vários idiomas e as crenças religiosas, as estruturas sociais, as manifestações artísticas e musicais e as práticas de manejo da terra, as formas de cultivo, as dietas e toda variedade de padrões da sociedade humana demonstram a biodiversidade. Assim, a conservação da natureza precisa ser composta pela manutenção dos sistemas ecológicos que dão suporte a todas as formas de vida, incluindo a vida humana.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) foi criado em uma área ocupada economicamente desde 1734, data da descoberta das minas do Julgado de São Felix de Cantalice, por Carlos Marinho, uma vez que os bandeirantes ocuparam primeiro os arredores da Chapada dos Veadeiros (SARAIVA, 2006, p. 125).

O principal núcleo de influência daquele período era Cavalcante. Por volta de 1750, a região que hoje é denominada Chapada dos Veadeiros era chamada de Chapada de Cavalcante (ALBUQUERQUE, 1998). Segundo o autor, esse processo de ocupação ocorreu na contramão do ciclo do ouro estabelecido na maior parte do Estado de Goiás, o qual, posteriormente, experimentou forte declínio, tanto da exploração do ouro quanto populacional. Em 1822, Cavalcante contava apenas com 2.067 habitantes dos quais 163 brancos, 1448 homens livres de cor e 456 homens escravizados.

Juntamente com a mineração, a ocupação da Chapada dos Veadeiros no século XVIII deu-se por meio da pecuária extensiva, fazendas, sítios e posses que se espalharam em volta das lavras de ouro em busca de manchas de solo de melhor qualidade para atividades agropecuárias. Nas circunvizinhanças dos arraiais eram estabelecidas unidades produtivas para o fornecimento de víveres para a sociedade mineradora local, conforme salienta Albuquerque (1998). Nesse sentido, o autor caracteriza essas propriedades rurais como fazendas policulturais: unidades de produção generalistas produzindo todo tipo de víveres necessários à reprodução humana. Acrescenta Bertran (2002) que naquela época produziam café, mandioca, algodão, azeite, cana, gado e algumas com instalação de engenho fabricavam

açúcar e aguardente.

Ressalta-se que, em 1780, implantou-se na região a cultura do trigo, conforme Albuquerque (1998 p. 235) “trazido da Bahia por egípcios, com posterior migração e continuação do cultivo por poloneses no século XIX”, e mesmo alcançando significado econômico com a implantação de quatro moinhos no seu apogeu, por volta de 1876, com o passar do tempo a produção declinou gradativamente até seu completo desaparecimento.

Mesmo com a presença marcante do trigo nos séculos XVIII e XIX, grande parte das atividades produtivas continuou voltada à pecuária extensiva com baixa qualidade de rebanho, apenas um gado fraco, “curraleiro”, conforme Saraiva (2006), e que não se enquadrou no modelo de produção pecuária utilizado nas primeiras décadas do século XX em outras regiões do estado.

Saraiva (2006) afirma que em função dessa realidade, no início do século mencionado, o quadro de produção econômica da região começa a mudar, agora com a presença do garimpo de cristal de quartzo, conforme evidenciado na sequencia, Figura 19. Segundo Barbosa (2008), a partir de 1912, o cristal ganhou valor no mercado internacional, principalmente no período compreendido entre a primeira guerra mundial e a guerra da Coréia, por ter sido utilizado como matéria prima de rádio transmissores e minas terrestres, equipamentos de uso militar, atraindo ondas sucessivas de garimpeiros para a Chapada dos Veadeiros, dando origem a vários núcleos de povoação

Figura 19 - Pedras de quartzo



Fonte: DOMICIANO, (set./2012).

Segundo Albuquerque (1998), as comunidades das Chapadas dos Veadeiros foram submetidas a um completo isolamento, reforçando o processo de criação de pequenas comunidades que se estabeleciam em função de oportunidades de subsistência e renda. Assim, a oeste do povoado de Veadeiros inicia-se a garimpagem de cristal de rocha, que segundo Martins (2011) apresenta cores variadas onde o mais comum e encontrado na região é o incolor, juntamente com o de coloração rosa, formado mediante o contado de impurezas de titânio com o material de formação original da rocha.

Segundo Doles (1995), a partir do declínio econômico da pecuária tradicional e do distanciamento da estrutura produtiva e comercial do centro-sul do Estado, o cristal de quartzo tornou-se a única opção de reprodução social e econômica da população.

A partir do garimpo de cristal, novidade como possibilidade econômica na Chapada dos Veadeiros, também iniciam-se novas ocupações e formação de povoados. Desse modo, teve origem a Vila de São Jorge, inicialmente denominada Baixa dos Veadeiros (BEHR, 2001). Com a descoberta do “garimpão”, uma das primeiras jazidas de cristal da região, “formam-se então ranchos e casas, assentamentos de habitantes locais e muitos migrantes oriundos de Minas Gerais, Bahia e Maranhão buscando formas de oportunidade e melhores condições de vida” (SARAIVA, 2006, p. 129).

Após o Garimpão, foram abertos muitos outros garimpos e pousos como: Baixa, Varginha, Pedrão, Santana, Estíva, Silencio, Fiandeiras, Raizama e Segredo. Conforme a autora, consta em registros que a região do cristal contava, nessa época, com mais ou menos 2.000 pessoas. A ocupação dessa área da Chapada dava-se no entorno dos garimpos como forma de apoio ao trabalho e como moradia dos garimpeiros. Alguns desses lugares foram apenas temporários e com o esgotamento do garimpo deixaram de existir. Esse não foi o caso do “Garimpão” ou “Baixa”, que não só permaneceu como mudou de nome. No início de 1950, de acordo com Berh (2000, p. 60), “o garimpeiro José Teodolino Filho, o Zequita mandou trazer uma imagem de São Jorge e a comunidade adota esse nome, principalmente por não gostarem da denominação Baixa ou Baixa dos Veadeiros”. Hoje, São Jorge comemora seu aniversário em 23 de abril, data da primeira festa a São Jorge realizada em 1952.

Figura 20 - Vestígios do Garimpo do cristal na Torre do pôr do sol



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Após 1960, o garimpo de cristal apresenta acentuado declínio, porém seus vestígios encontram-se por toda parte em torno da Vila, conforme Figura 20 acima e na memória de seus moradores mais antigos.

Para contornar a decadência da atividade garimpeira, a solução foi buscar na agricultura, no extrativismo vegetal e na retirada de lascas de cristal para fins ornamentais maneiras para se fazer frente às necessidades e para dar condições de sustento à população local. Isso até 1961, com a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, unidade de conservação de proteção integral, que passou a não permitir nenhuma atividade econômica na área onde foi constituído o PNCV.

Outro aspecto relevante da ocupação da Chapada dos Veadeiros é a fundação da Fazenda Escola Bona Espero, em 1957. Conforme Berhr (2000), empreendimento estabelecido pelos adeptos do movimento denominado Esperantismo, movimento criado pelo médico judeu Ludwik Lejzen Zamenhof, a partir do esforço de se criar um idioma universal, mas também conforme Afiune e Oliveira (2015), trata-se de um movimento espiritual que defende a solidariedade entre todas as nações e o universalismo. Consta inclusive que a escolha da Chapada dos Veadeiros para sediar a iniciativa foi estabelecida espiritualmente, sendo que essa instituição desenvolve trabalhos filantrópicos voltados à educação integral para crianças e jovens.

A importância da Fazenda Escola Bona Espero, não se restringe ao campo social e educacional, pois foi através dela que se deu início a ocupação da região por grupos místicos. Segundo Lima e Siqueira (2003), o misticismo pode ser definido como a atitude humana que visa à união das pessoas com as forças sagradas, já para Afiune e Oliveira (2015), o misticismo é uma condição de busca de poderes manifestos, dos poderes cósmicos e uma fuga do mundo material.

Com a criação de Brasília, grande diversidades de grupos espiritualistas chegavam a Chapada dos Veadeiros e propunham novas formas de organização social. Acompanhando os espiritualistas, afluem os alternativos por volta de 1980, grupos interessados em propagar uma nova forma de viver, em detrimento da sociedade industrial, conforme Tavares (1985).

Os alternativos são oriundos do movimento de contracultura, das décadas de 1950 e 1960, decorrentes da frustração do meio intelectual jovem e pregam desobediência às autoridades constituídas e aproximam-se das práticas espirituais orientais, como o Zen-Budismo, que desencadeia no movimento Hippie. O Hippismo não conseguiu a consecução dos ideais originais, porém vivenciou a contestação, a rebeldia e desobediência que construíram o movimento alternativo.

Dentre os grupos que estão até os dias atuais presentes na região, destacam-se várias sociedades esotéricas e espiritualistas, como os cavaleiros de Maytreia, as Cúpulas de Saint Germain e os seguidores de Osho. Segundo Afiune e Oliveira (2015), a vinda desses grupos foi fundamentada por visões e profecias que apresentavam a Chapada dos Veadeiros como refúgio das catástrofes sociais e ambientais do Terceiro Milênio. Dessa forma, a Chapada dos Veadeiros se tornou um lugar que acolheu grande diversidade em que se misturaram culturas e religiões, conforme pode-se observar na existência de uma estrutura para a realização de práticas religiosas como mostra a Figura 21.

Figura 21 - Gota Kaliandra, Espaço místico destinado a mantras (Alto Paraíso de Goiás-GO)



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

1.4 A VILA DE SÃO JORGE COMO POPULAÇÃO REMANESCENTE DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Os moradores da Vila de São Jorge, de acordo com Barbosa (2008) e Saraiva (2006), constituíram ao longo dos anos o espaço vivido da tradição, abriram caminhos, formaram fazendas, plantaram, criaram, exploraram o cristal, fizeram comércio, estabeleceram vínculos com o lugar, criaram ritos, festas e deram nomes aos lugares, Baixa, Raizama, São Jorge, entre tantos outros que denominam rios, serras e baixadas. Porém, em 1961, com a criação do PNCV, inicia-se uma nova fase de ocupação do território. A esse respeito, Berhr (2000, p. 60) afirma que o fato “representou para a população da Vila de São Jorge uma mudança de comportamento, com um grande impacto cultural, além das repercussões econômicas e sociais sobre a comunidade local”.

O PNCV foi criado nesse espaço, desmantelando todo processo produtivo já estabelecido e impedindo todo tipo de utilização dos recursos naturais em sua área e criando conflitos com todos os atores. Saraiva (2006) considera que, cada um dos grupos ali existentes experimentou, de forma diferente, o fato de ver suas terras, roças e lugares ocupados por várias gerações, precisarem ser desocupadas em nome da preservação da natureza. Para Diegues (2001), a visão preservacionista do mito da natureza intocada predomina na implantação de áreas de proteção da biodiversidade, como neste caso.

As iniciativas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, entre elas a consolidação da Capital, levaram a Chapada dos Veadeiros a se integrar ao projeto modernizador em marcha, atuando como região tampão do fluxo migratório em direção a Brasília (SARAIVA, 2006, p. 160). A criação do PNCV está, então, diretamente relacionada a essa situação e aos interesses do Estado sem observar, no entanto, a estrutura social, cultural e econômica existentes, entre elas, a Vila de São Jorge e seus moradores.

Para Albuquerque (1998), a criação do PNCV marcou de maneira profunda o destino funcional da região, pois de um lado reconheceu-se a excepcionalidade geográfica e natural, e de outro trouxe desconforto econômico e social para a população local. Salienta o autor que a natureza autocrática do ato furtava o suporte de sua atividade produtiva, a posse da terra e a exploração dos recursos necessários para sua produção e para a reprodução do modo de vida.

É importante esclarecer que o Parque foi criado sem aquisição prévia das terras. O decreto de criação em seu texto original autorizava o Ministério da Agricultura, por meio de seu Serviço Florestal, a buscar junto ao governo de Goiás e outras instituições, entidades e pessoas, doações ou promover desapropriações.

Assim, conforme Domiciano (2014), o processo foi marcado por muitos conflitos, que acabaram por envolver os garimpeiros que exploravam o cristal de quartzo e, por consequência, os moradores da Vila de São Jorge como um todo, uma vez que a área do PNCV encerrava sua principal atividade produtiva, inclusive colocando a comunidade toda dentro dos limites do Parque. Segundo Saraiva (2006), esses conflitos serviram, entre outros, como justificativa para a primeira redução do tamanho do Parque em 1972, possibilitando aos moradores da Vila retornar ao seu local de origem.

Os pequenos vilarejos de garimpo, em especial São Jorge, seus entornos e seus moradores, encerravam toda uma forma peculiar de vida, as roças eram constituídas como atividade secundária, paralela e complementar. Conforme Saraiva (2006), havia o tempo da roça e o tempo do garimpo, a roça para comer e o garimpo para ganhar dinheiro, ou seja, o caso se assemelha aos "caipiras" descritos por Cândido (2010), onde o modo de produção pode ser caracterizado como de pequena produção mercantil. Nesse sentido, Diegues (2001) afirma que a assimilação de certos padrões de consumo capitalistas não afetam de forma significativa os padrões culturais básicos de uma população como essa, até mesmo porque toda cultura assimila, de alguma forma, elementos e práticas culturais externas.

A relação de proximidade com o modo de produção capitalista está no fato de não ser possível o isolamento mercantil, uma vez que havia necessidade de comercialização dos excedentes da produção de subsistência e do resultado da atividade mineradora. Todavia,

esses fatos não repercutiam em acumulação de capital, características da organização econômica e social dos garimpeiros e moradores da Vila de São Jorge na sua maioria e análogas a outras culturas tradicionais do Brasil, conforme Diegues (2001). Vale ressaltar que existiam intermediários na compra do cristal e que esses ficavam com a maior parte dos ganhos da atividade.

O espaço da roça e o espaço do garimpo, palco das relações sociais de produção, conforme ressalta Santos (1996), formam o vínculo com o lugar e com a natureza. O tempo de plantio, o tempo de colheita e o tempo de garimpo dependem dos ciclos naturais em uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza.

Ao analisar essa questão, Diegues (2001) salienta que além do espaço da reprodução econômica e das relações sociais, o território ocupado por populações como São Jorge, povos tradicionalmente estabelecidos por gerações de atividades de produção agropecuária ou extrativistas, consiste no lugar das representações do imaginário social, cultural e representativo dessa sociedade, como se observa na Figura 22 seguinte. A profunda relação do homem com seu meio físico natural capacita-o a retirar do ambiente os recursos necessários a sua sobrevivência, do sustento ao remédio, passando pelo alimento até o vestuário.

Figura 22 - Manifestação cultural na Vila de São Jorge



Fonte: DOMICIANO, (set./2012).

A Chapada dos Veadeiros constituiu não só o lugar de se viver, mas, também, de como viver. A dependência e a simbiose com a natureza, os ciclos de vida e os bens naturais,

renováveis ou não, construíram o modo de vida, que no caso da Vila de São Jorge, de acordo com Saraiva (2006), patrocinaram por um longo tempo, como demonstrado anteriormente, a subsistência de uma população carente e marcada pela pobreza, conforme enfatiza as carências, como a falta de infraestrutura visualizada abaixo na Figura 23.

Figura 23 - Vista parcial da Vila de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Diegues (2001), ao discorrer sobre comunidades como a Vila de São Jorge, enfatiza que a permanência histórica do modo de produção, reprodução social e ecológica deve-se à homogeneidade e à igualdade de sua estrutura que os capacita, uma vez que a capacidade reduzida de acúmulo de capital dificulta a emergência de classes sociais. Berh (2000) descreve a localidade na década de 1960 com um total de 63 casas e 268 pessoas, estas casas eram ranchos, tuperas ou casas simples, demonstrando a similaridade dos padrões sociais e econômicos da população, até então distante das ações e projetos do Estado, e que foram estabelecidos por meio do trabalho, eminentemente, voltado à natureza.

Assim, a revelia das populações locais e atrelado ao projeto governamental para o Centro-Oeste, concebido na era Vargas e devidamente institucionalizado na década de 1940, mediante a criação da Fundação Brasil Central, é que o Estado inicia sua efetiva intervenção na região, adotando, conforme Braga (1998), um caráter colonizador. Ainda de acordo com Braga (1998), essa orientação muda substancialmente a partir dos anos de 1960, pois o Estado assume uma nova orientação para o desenvolvimento da região em consonância com o

modelo econômico de substituição das importações e modernização tecnológica.

A consolidação de Brasília constituiu-se em um vetor para políticas regionais, em especial aquelas voltadas para o cerrado, tanto que Braga (1998) e Saraiva (2006) apontam o desejo do Governo Federal em desenvolver as regiões vizinhas e ocupar o cerrado, gerando uma superposição de espaços econômicos e proporcionando o surgimento da economia de escala nesse contexto.

Foi justamente a partir desse modelo de ocupação, projeto estabelecido pelo Estado, porém como contraponto a ele mesmo, que Albuquerque (1998) examina a criação do PNCV considerando a eminência de profundas transformações físicas e sociais e por interesses não muito claros nesse processo de criação e estabelecimento. O decreto original de criação não explicita o interesse de proteção ambiental, ou até mesmo o objetivo de sua instalação, porém deixa clara a possibilidade de execução de obras de implantação ou otimização de linhas de transmissão de energia elétrica (BRASIL, 1961), fato curioso levando-se em consideração o potencial hídrico/hidrelétrico da região, inclusive para abastecimento da nova capital.

Em consonância com o descrito anteriormente, anos depois, mais recentemente na década de 1990, foi construído no leito do rio Tocantins o lago artificial da Usina Hidrelétrica da Serra da Mesa, o quinto maior lago do Brasil em área alagada e o primeiro em volume de água, 54,4 bilhões de metros cúbicos, possibilitando às suas três unidades a geração de 1,275 MW de energia integrando o sistema Furnas de geração e transmissão (FURNAS, 2017). Marcante também é o fato de que o Parque não chegou a trazer mudanças concretas para a região em função da proteção à natureza na sua primeira década de existência.

Dessa forma, o Estado ocupa, moderniza, estabelece, expropria e também protege sempre por meio de contradições tanto políticas como econômicas e, na maioria das vezes, com atitudes autocráticas e substancialmente obscuras, evidenciadas, neste caso, no próprio ato de criação do PNCV, instituído sem levar em consideração os moradores, principalmente os mais vulneráveis e as ameaças a seu modo de vida, historicamente estabelecido naqueles sertões.

2 O ESTADO: PAPÉIS E RESPONSABILIDADES NO CONTEXTO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

2.1 A NATUREZA DO ESTADO E A PROTEÇÃO AMBIENTAL

O nome Estado para designar sociedade política é relativamente novo, e coube a Maquiavel (1975) incluir o termo na literatura política dizendo que todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens, são Estados e são repúblicas ou principados.

O Estado é uma sociedade obrigatória e dominadora, porém “não é a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder” (OSÓRIO, 2014, p. 17), além do mais, implica-se ao Estado, de forma intrínseca, a dominação de classes, as relações que conferem a uma comunidade (ilusória) o exercício da coerção e concentração da violência.

Pode-se afirmar ainda, segundo Menezes (1998), que os elementos que integram obrigatoriamente o Estado são: uma sociedade humana, a base territorial e um governo próprio, que se materializa por meio de um conjunto de instituições, um corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições; leis, normas, regulamentos e uma particular condensação da rede de relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade “em uma exigência marcada pela complexificação da vida societária” (OSÓRIO, 2014, p. 19). Tal vida societária é entendida mediante a organização e a reprodução histórica das classes sociais, os processos e as instituições que, organizam a separação entre dominados e dominantes e, os sistemas que garantam a organização produtiva dentro da estrutura capitalista. Porém o Estado somente existe como tal, e a partir das premissas apresentadas, quando estas são atravessadas pelas funções de dominação e poder das classes sociais.

Em sociedades capitalistas, a confrontação dos interesses das classes sociais acontece em espaços de forças e dominação. Conforme Baltar (1996), dentro de uma sociedade estruturada pelo modo de produção capitalista tem-se como resultado inevitável a submissão do poder público aos interesses da classe burguesa. O que importa, então, é a realização no plano político dos interesses de acumulação capitalista, que se nutre da contradição intrínseca das lutas de classes, e, desse modo, recondicionam seu papel de modo a favorecer a classe hegemônica e desarticular a classe operária. Os aparelhos de Estado “consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo de compromisso provisório entre o bloco no

poder e a fração de determinadas classes, conforme dominadas” (POULANTZAS, 1985, p. 40).

A profundidade da análise desses aparelhos, seja de caráter repressivo, ideológico ou econômico, demonstra uma complexa flexibilidade, uma vez que, conforme a fase de desenvolvimento do capitalismo, um ou outro aparelho pode acumular ou mudar a função propiciando que o Estado capitalista, para manter os interesses hegemônicos dominantes, produz dois efeitos contraditórios: o isolamento da burguesia e o de representante da unidade, na medida em que o Estado se apresenta como unificador das classes sociais e mediador da vontade geral do povo nação, conforme Silva e Rodriguez (2015). Porém, Poulantzas (1985) afirma que é inviável compreender a organização estatal sem que o Estado seja de fato mediador do conflito de classes.

Desse modo, como estratégia de mediação e ao mesmo tempo de manutenção da divisão social, apresenta-se o direito, que no Estado capitalista, está associado à repressão de acordo com Poulantzas (1985), o qual, inclusive, o utiliza de maneira “legítima” usando a violência como meio de estabelecer o controle das relações sociais mediante uma estrutura jurídica e ideológica, que serve também para legitimar as desigualdades socioeconômicas pertinentes ao modo de produção capitalista.

Com efeito, a busca do equilíbrio de forças socioeconômicas divididas em classes não se concretiza e volta-se à reprodução da classe dominante, mesmo quando ela permite a si mesma derrotas ou prejuízos. Seguir essa linha de pensamento possibilita a Poulantzas (1985) entender a não neutralidade do Estado, e a Osório (2014) referir-se ao Estado como uma síntese de redes e relações de força em uma sociedade que sustentam a produção e a reprodução de exploração e dominação.

Porém, torna-se reducionista entender o Estado como simples instituição de dominação da classe dominante, uma vez que existem interesses conflitantes na correlação de forças das classes dominadas, além de ser possível o fracionamento da classe dominante e de interesses pertinentes às especificidades, assim a predileção continua com a classe dominante. Deverá, portanto, se considerar a complexidade que atualmente alcança outros patamares com o avanço das relações globalizadas, que colocam o Estado no centro das atenções novamente. Para tanto, Osório (2014) afirma que essas situações não enfraquecem o Estado; ao contrário, o mundo globalizado promove sua reformulação para fortalecê-lo, uma vez que ele possa, por meio de seu poder, ditar e impor a reorganização do sistema que traga benefícios e estabeleça novos espaços estatais e territoriais para operacionalização do lucro.

É a partir do entendimento do Estado como natural proposito de políticas públicas e

sua afinidade com o poder dominante local e internacional, mesmo com uma correlação de forças com a sociedade civil organizada, é que se define o surgimento das políticas públicas.

Cada momento no transcorrer da história produz e operacionaliza as políticas públicas e, segundo Boneti (2012), é preciso entender o Estado no contexto da organização social de cada momento histórico. Assim, “política pública é uma ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública em uma realidade social” (BONETI, 2012, p. 27).

Entende-se a política pública como a resultante do jogo das relações de poder estabelecido pelo relacionamento entre grupos econômicos e políticos, classes sociais e sociedade civil organizada, que influencia a intervenção do Estado em uma dada realidade social. O benefício produzido, e a quem a política pública beneficia, é fruto desse jogo de forças, portanto, as contradições do Estado capitalista produzem-se e reproduzem-se por meio de sua forma de intervenção nas mais diversas áreas da vida humana; o que deveria trazer o aumento do bem estar dos indivíduos ou a maior felicidade do maior número de pessoas que dependem da luta por esses resultados.

2.2 PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Com intuito de situar o contexto de criação de áreas protegidas no Brasil, é necessário e importante delinear os principais fatos que marcaram as políticas públicas nessa área, entre elas a promulgação de leis, criação de órgãos ambientais e os eventos importantes que de alguma forma impactaram o cenário nacional e internacional e delinearam a atualidade dos assuntos referentes ao meio ambiente e sua correlação, especificamente, com as áreas protegidas, em especial, as Unidades de Conservação. De acordo com Faxina (2014, p. 8), as políticas ambientais no Brasil podem ser classificadas historicamente da seguinte forma

Regulatórias, que estão relacionadas à criação de leis específicas para normatizar o uso dos recursos naturais; estruturadoras, onde o poder público ou organismos não governamentais intervêm diretamente na proteção do meio ambiente, sendo o caso da criação de unidades de conservação, de origens pública ou reconhecidas pelo poder público e indutoras, que se referem às ações que visam influenciar o comportamento social. É o caso de políticas fiscais ou tributárias que beneficiam a proteção e a prática de atividades ambientalmente aceitáveis e busca inviabilizar ou dificultar aquelas consideradas degradantes.

A história da colonização brasileira é marcada pela forte exploração da biodiversidade nativa (FAXINA, 2014). Para a autora, em consonância com Magalhães (2002), a monocultura da cana-de-açúcar foi a primeira ação devastadora de áreas florestadas e,

concomitantemente, com a comercialização de peles silvestres, demonstram efetivamente o início da degradação ambiental desencadeada no Brasil ao longo do tempo.

As políticas públicas e, por consequência, a legislação desde a origem em Portugal evidenciam a preocupação inicial no sentido regulador, eminentemente pelo interesse ou preocupação econômica e não pelo viés conservacionista. Obviamente, as características ambientais da época não levariam a outros interesses, uma vez que os problemas materializavam-se de forma diferente e as dificuldades daquela sociedade estavam distantes dessas questões.

De acordo com Souza (2011), a recente legislação ambiental brasileira teve origem, como não podia deixar de ser, na legislação colonial portuguesa, uma vez que as chamadas ordenanças (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas) ditaram os procedimentos legais. Dom Afonso III estabeleceu como crime de injúria ao rei o corte deliberado de árvores frutíferas. A mesma autora aponta que Dom Manuel, no tocante à legislação ambiental, trouxe mais rigor e detalhamento proibindo a caça a determinados animais com instrumentos que lhe trouxessem dor e concebeu, também, uma introdução ao zoneamento ambiental, liberando a caça em alguns lugares e vetando-a em outros, observando inclusive a comercialização de colmeias, com objetivo de preservação das abelhas.

O sistema judicial aplicava penas aos infratores por diferença de posição social, variando de açoites a um peão, a degredação por 2 anos a quem não cabia açoites.

Quanto ao corte de árvores frutíferas de maior valor, o infrator era penalizado com o degredo para o Brasil.

Em 1595, o rei Felipe II da Espanha, com domínio sobre Portugal, ordenou a compilação das leis portuguesas que passaram a vigorar também nas colônias existentes. O corte de árvores, segundo Souza (2011), agora já era punido com degredo permanente para o Brasil. Outras ordenanças proibiam a pesca indiscriminada e, inclusive, a proibição de sujar as águas de rios ou lagos que levassem à morte de peixes.

Havia no Brasil, na vigência das ordenanças Filipinas, a partir do ano de 1605, uma tipificação penal ambiental, ou seja, nossa primeira legislação ambiental de acordo com as afirmações de Souza (2011). A esse respeito, a autora afirma que após a vinda da família real, no começo do século XIX, era prometida, legalmente, liberdade ao escravo que denunciasse o contrabando de pau-brasil.

Além disso, em 1808, foi criado o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Para Magalhães (2002), trata-se da primeira Unidade de Conservação por não possuir caráter econômico e, sim, conservacionista, estimulando a preservação das espécies e estudos científicos. Pode-se

dizer, então, que nesse momento também se estabeleceu a primeira política ambiental estruturadora do Brasil.

Apesar dessas iniciativas, Faxina (2014) afirma que o Estado brasileiro da época, no contexto econômico, era essencialmente exportador de produtos agrícolas e minerais. Portanto, a legislação em vigor na época não apresentava unidades de proteção ambiental e predominava o conceito de dano ou prejuízo à economia.

A política ambiental brasileira começou a ser delineada a partir da década de 1930, conforme Quadro 1 à frente, com a promulgação do Decreto de número 23.793 de 01 de janeiro de 1934, que cria o Código Florestal Brasileiro, de competência do Ministério da Agricultura, cuja finalidade centrava-se na proteção do solo para uso agrícola. Em seu artigo inicial, nas disposições gerais, ele considerava bem de interesse comum as florestas existentes no território nacional a todos habitantes do País, exercendo direito de propriedade de acordo com a lei vigente naquela época (BRASIL, 1934).

Em sequência, o Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934, estabeleceu o Código de Águas sob a gestão do Ministério de Minas e Energia, considerando no preâmbulo do texto a justificativa para que o poder público controlasse e incentivasse o aproveitamento industrial das águas, devido eminentemente ao interesse hídrico para hidrelétricas. Moura (2017) deixa claro que, inicialmente, nesse período, a principal preocupação era administrar ou controlar racionalmente os recursos naturais visando o seu melhor uso econômico, em consonância com a promulgação da nova Constituição de 1934.

Apesar de não existir, na época, nenhuma Unidade de Conservação, o Código Florestal estabeleceu, no seu artigo 5º, a nomenclatura de florestas remanescentes, que são aquelas que posteriormente formariam os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, bem como, no seu artigo 9º, a previsão da criação de Parques no âmbito dos três entes da administração pública direta. Textualmente, os parques foram mencionados constituindo-se em monumentos públicos naturais que perpetuariam, em sua composição florística e primitiva, trechos do país que por circunstâncias peculiares o merecem (BRASIL, 1934).

Esse Código Florestal, portanto, efetivou-se como a primeira lei a tratar de espaços de proteção ambiental, bem como criou o conceito de Parque Nacional e abriu a possibilidade legal da criação do primeiro Parque, o Parque Nacional do Itatiaia (PNI), localizado entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ocupando também áreas de Minas Gerais. Em função dessa iniciativa, criaram-se outros Parques Nacionais, todos sob a administração do Serviço Florestal Federal, vinculados ao Ministério da Agricultura, passando, conforme Moura (2017), a partir de 1967, à administração do IBDF.

Em 1973, criou-se no âmbito federal a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, principalmente voltada às questões de poluição industrial e urbana. Seguindo o exemplo, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro criaram órgãos com essa finalidade, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) e a Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema), respectivamente.

Conforme Souza (2011) e Moura (2017), a partir da década de 1980, com a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que criou a Política Nacional de Meio Ambiente, é que se consolidou o que se pode designar de uma legislação ambiental brasileira, estabelecendo princípios, diretrizes e instrumentos e atribuições de entes da federação e órgãos como um todo. Em 1985, criou-se o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, cabendo a ele coordenar as atividades governamentais na área ambiental.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, o meio ambiente foi alçado à categoria constitucional com o Artigo 225, da mesma Carta, gerando, então, uma legislação federal específica, conforme afirma Moura (2016). Tal acontecimento estava diretamente ligado ao aprofundamento das preocupações internacionais em torno das questões ligadas ao ambiente e à sustentabilidade.

Já na década de 1990, em função da realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Criou-se o Ministério do Meio Ambiente (MMA), porém com recursos limitados e insuficientes. Em 1998, a Lei 9.605 estabeleceu efetivamente um Direito Penal Ambiental, trata-se do que ficou estabelecido como a Lei de Crimes Ambientais. Em 2000, foi criado, por meio da Lei 9.985, o SNUC, organizando as categorias de unidades de conservação e os instrumentos de proteção, antes dispersos em vários dispositivos legais. Também, nesse mesmo ano, foi criada a Agência Nacional de Águas (ANA), vinculada ao MMA, com o intuito de implementar a Lei 9.433/97 que estabelecia a Política Nacional de Recursos Hídricos.

O ICMBio, criado pela Lei 11.516 de 28/08/2007, vinculado ao MMA, surgiu pelo desdobramento do IBAMA. Coube, então, ao ICMBio a gestão do SNUC, uma vez que sob sua responsabilidade estavam as unidades de conservação federais, além de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade. Assim, esquematicamente, o processo histórico da legislação ambiental brasileira pode ser visualizado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Principais marcos legais da legislação ambiental brasileira

Evolução da legislação ambiental brasileira por períodos (1930-2015)	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
Período - décadas de 1930 a 1960	
Decreto nº 24.643/1934	Decreta o Código de Águas.
Decreto-Lei nº 25/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, Inclui como patrimônio nacional monumentos naturais, sítios e paisagens de valor notável.
Lei nº 4.771/1965	Institui o novo Código Florestal.
Lei nº 5.197/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
Período - década de 1970	
Lei nº 6.225/1975	Dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate à erosão e dá outras providências.
Decreto-Lei nº 1.413/1975	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.
Decreto Legislativo nº 56/1975	Aprova o Tratado da Antártida.
Lei nº 6.453/1977	Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.
Período - década de 1980	
Lei nº 6.803/1980	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição e dá outras providências.
Lei nº 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação aplicação e dá outras providências.
Lei nº 6.902/1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
Lei nº 7.661/1988	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
Lei nº 7.347/1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.
Lei nº 7.805/1989	Regulamenta as atividades garimpeiras, tornando obrigatória a licença ambiental prévia e passíveis de suspensão as atividades de pesquisa ou lavra que causarem danos ao meio ambiente.
Lei nº 7.797/1989	Cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).
Lei no 7.802/1989	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências.
Período - década de 1990	

Lei nº 8.171/1991	Dispõe sobre a política agrícola (inclui a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos).
Lei nº 8.723/1993	Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.
Lei nº 8.974/1995	Estabelece normas para a engenharia genética e organismos geneticamente modificados (OGM) no país.
Lei nº 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de recursos hídricos.
Lei nº 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Período - 2000 a 2012	
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Lei nº 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
Lei nº 9.966/2000	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.
Medida Provisória nº 2.186-16/2001	Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.
Lei nº 10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e às informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.
Lei nº 11.105/2005	Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGMs e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de (CTNBio) e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB).
Lei nº 11.284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do MMA, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).
Lei nº 11.428/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Lei nº 11.460/2007	Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação (UCs).
Lei nº 11.445/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
Lei nº 11.516/2007	Cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio com a finalidade de executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação Federais.
Período - 2000 a 2012	
Lei nº 11.794/2008	Estabelece procedimentos para o uso científico de animais.

Lei nº 11.828/2008	Trata de medidas tributárias aplicáveis a doações destinadas à prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.
Lei nº 12.114/2009	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
Lei nº 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).
Lei nº 11.959/2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Pesca.
Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
Lei Complementar nº 140/2011	Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção do meio ambiente.
Lei nº 12.512/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Lei nº 12.651/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (revogou o antigo Código Florestal, Lei nº 4.771/1965).
Lei nº 13.153/2015	Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

Fonte: Extraído de BORGES, REZENDE e PEREIRA (2009, p.447-466).

2.2.1 Áreas naturais protegidas

A ideia de reservar determinados espaços possuía originalmente, segundo o Instituto Socioambiental (2017, s/p), ao menos duas motivações principais: “a preservação de lugares sagrados, nos quais o uso e mesmo a presença humana eram proibidos, como as florestas sagradas na Rússia e a manutenção de estoque de recursos”.

Reservas reais de caça aparecem em registros históricos assírios, desde 700 A.C. Os romanos já se preocupavam em manter reservas de madeira que visavam à construção de navios, entre outros produtos de acordo com Faxina (2014). Na Índia, reservas reais de caça foram estabelecidas no século III. Os senhores feudais destinavam porções significativas de suas florestas como reservas de madeira, caça e pesca. Os poderes coloniais na África, ao longo dos últimos séculos, também destinaram espaços para a conservação.

A destinação de espaços específicos para conservação da natureza só veio a partir da aceleração das ações antrópicas, em que se verificou a diminuição de áreas naturais intocáveis. Mesmo assim, os espaços escolhidos eram aqueles que segundo o Instituto Socioambiental (2017, s/p) possuíam sublimes paisagens.

Assim, do ponto de vista moderno, a criação e o estabelecimento de áreas naturais protegidas seguem a premissa de conservação da natureza por meio da proteção de

componentes ecológicos e cênicos para resguardar os seus atributos do ser humano e de sua ação sobre ambientes de relevada importância em função de suas características e representações. Assim, Colchester (2000) e Diegues (2000) estabelecem consequentes considerações contraditórias a respeito dessas colocações, apontando o seu caráter antropocêntrico e seletivo dado o privilégio de determinadas áreas naturais em detrimento de outras menos interessantes em função da paisagem, ou melhor, do olhar sobre o lugar ou da forma desse olhar, ainda que sejam importantes para funcionamento dos ecossistemas, além de expressar valores e percepções, muitas vezes, de caráter ideológico.

Segundo Diegues (2000), a criação de áreas protegidas, fundada na tradição de Parques, Reservas, Estações Ecológicas e outros, traz no seu bojo concepções e relacionamentos conflitantes entre a sociedade, a natureza e a proteção do chamado mundo selvagem, que perpassa por uma visão e concepção mítica e urbana, uma vez que o que é natural ou selvagem para alguns é a casa de outros.

Conforme já estabelecido anteriormente, o processo histórico moderno e ocidental de criação de áreas naturais protegidas teve sua base ideológica, de acordo com Faxina (2014), resultante do pensamento estabelecido nos Estados Unidos. Esse pensamento recebeu influência de iniciativas anteriores de proteção da natureza vindas da Europa, mais especificamente de trabalhos de manejo de florestas oriundos da Alemanha, além de experiências na África do Sul, Índia e Austrália que culminaram na criação dos primeiros Parques em meados do século XIX, conforme o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Primeiros países a criarem áreas naturais protegidas

Países	Ano
Estados Unidos	1872
Canadá	1885
México	1894
Nova Zelândia	1894
África do Sul	1898
Austrália	1898
Argentina	1903
Chile	1926
Brasil	1937

Fonte: COSTA, (2002).

A partir dessas premissas, conforme Diegues (2000), é que se estabelece o conceito de Parque Nacional como área natural, selvagem, não habitada, um espaço de contemplação e que se dissemina como um modelo referencial para todo o mundo, evidenciando a dicotomia

entre área protegida e população. É por meio dessa concepção de natureza intocada e desabitada que Diegues (2000) analisa e estabelece as características das ideias originais dos pioneiros nos Estados Unidos.

Dessa forma, e por consequência do entendimento preservacionista descrito por Diegues (2000), comentado por Colchester (2000) e, também por Arruda (2000), é que se reverencia a natureza vista de uma forma estética e espiritual, em uma evidente apologia à vida selvagem (*wilderness*), e se justifica a proteção da natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano, de forma que o homem é o agente destruidor intrínseco da natureza em função de suas ações, bem como o uso dos elementos naturais, seria o principal motivo de destruição, onde homem e natureza são destoantes e opostos.

Por outro lado, Diegues (2000) afirma que a proteção da natureza afastada do homem e o homem visto como destruidor, originalmente, passam a exigir, para a criação de unidades de conservação, áreas naturais que não sofram ação humana, admitindo o homem apenas como visitante não como morador ou integrante da natureza.

Neste momento, cabe lembrar a questão do atrativo cênico e a contemplação da natureza como fator relevante para o estabelecimento de um Parque, dado ao fato que, uma vez criadas, essas áreas de proteção tornam-se objeto de usufruto de visitantes, em detrimento das populações humanas locais, afastadas de seu lugar original. Assim, ao considerar a consequente expropriação do território e as diferentes concepções de mundo natural provocam estranhamento das comunidades locais, conforme salienta Colchester (2000).

Dessa forma, Diegues e Nogara (1999) evidenciam duas visões de mundo, uma já citada na forma proposta pelos preservacionistas urbanos de uma natureza intocável e, aquela própria das populações pré-urbanas e pré-industriais, antropomórfica, que mantêm um vínculo com o mundo natural particularizado e específico em função de suas práticas culturais simbólicas distintas, configurando, assim, duas visões míticas.

2.2.2 Criação de unidades de conservação no Brasil

A criação das primeiras áreas protegidas no Brasil reproduziu modelos referenciais estabelecidos externamente e destoantes da realidade socioambiental brasileira. Pretendia-se, portanto, que parcelas da natureza fossem protegidas da exploração de poucos indivíduos e mantidas para indireto usufruto das amenidades, socializando as belezas cênicas existentes no local. Os objetivos, até esse momento, eram apenas de caráter estético com preocupações ligadas estritamente à beleza cênica, conforme afirmam (DIEGUES, 2001; FAXINA, 2014),

os quais, posteriormente, passariam a adotar critérios ligados às necessidades bióticas e/ou antrópicas da conservação.

Uma Unidade de Conservação é entendida como uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e à manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos recursos culturais associados e manejados por meios jurídicos e outros eficazes (IUCN, 1994). Esse termo foi, inicialmente utilizado no Brasil, tratando-se de um subconjunto de áreas protegidas e chanceladas pelos órgãos ambientais. Por sua vez, do ponto de vista oficial da legislação brasileira, foi a partir da Lei 9.985/2000, que regulamentou o artigo 225 da Constituição Federal e, posteriormente, ela mesma regulamentada pelo Decreto 4.340, que instituiu o SNUC, é que se definiu Unidade de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites, definidos sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, s/p).

De acordo com o SNUC (BRASIL, 2000), as diferentes categorias de Unidades de Conservação se organizam em função de seus objetivos de manejo e tipo de uso, designadas como UC de Proteção Integral e de Uso Sustentável, conforme Quadro 3, abaixo.

Quadro 3 - Categorias e classificação das Unidades de Conservação brasileiras

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: COSTA, (2002).

As primeiras têm o objetivo de preservação da natureza, em que se admite apenas o uso indireto de seus atributos naturais e se subdividem em Parques Nacionais, Reservas biológicas, Estações Ecológicas, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre, com

especificidades inerentes a cada uma delas, conforme Quadro 4, adiante.

Quadro 4 - Características fundamentais das UC de proteção Integral

Proteção Integral					
Categorias	Estação Ecológica	Reserva Biológica	Parque Nacional	Monumento Natural	Refúgio da vida Silvestre
Objetivos principais além da conservação	Pesquisa	pesquisa e educação	pesquisa e educação	Conservação especialmente de beleza cênica, pesquisa e educação	pesquisa e educação
Processo de criação	Governo	governo	governo	governo	governo
Posse de terras	Pública	pública	pública	pública e privada	pública e privada
Compatível com presença de moradores?	-	-	-	Sim	sim
Processo de regularização inclui desapropriações de terra?	Sim	sim	sim	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC
Conselho Gestor	consultivo	consultivo	consultivo	consultivo	consultivo
Mineração permitida?	não	não	não	não	não
Instrumentos de gestão ordinários	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor
Realização de Pesquisas	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor			

Fonte: SNUC, (2000).

O segundo grupo tem como finalidade a conservação da natureza, compatível com o uso sustentável de parte de seus bens naturais e, se subdividem em Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva da Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), em que cada qual apresenta características peculiares, conforme o Quadro 5, à frente.

Quadro 5 - Características fundamentais das UC de uso sustentável

Uso Sustentável							
Categorias	Floresta	Reserva Extrativista	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Reserva de Fauna	Relevante interesse ecológico	Área de Proteção ambiental	RPPN
Objetivos principais além da conservação	pesquisa e produção de madeireiros e não madeireiros de espécies nativas	proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos	proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos	pesquisas técnico-científicas sobre manejo das espécies	conservação de relevância regional, normalmente áreas com baixa ocupação humana	ordenamento territorial, normalmente áreas com ocupação humana consolidada	pesquisa, educação e ecoturismo
Processo de criação normalmente iniciado por	governo	comunidade	governo	governo	governo	governo	proprietário
Posse de terras	pública com concessão real de uso para a comunidade	pública com concessão real de uso para a comunidade	pública com concessão real de uso para a comunidade e privada	pública	pública e privada	pública e privada	privada
Compatível com presença de moradores?	sim, populações tradicionais	sim, populações tradicionais	sim, populações tradicionais	sim	sim	sim	sim
Processo de regularização inclui desapropriações de terra?	Sim	sim	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC	sim	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC	não obrigatoriamente, apenas se o uso privado não for considerado compatível com o propósito da UC	não
Conselho Gestor	consultivo	deliberativo	deliberativo	não há restrições, usualmente consultivo	não há restrições, usualmente consultivo	não há restrições, usualmente consultivo	não há, mas em caso de serem localizadas em mosaico de áreas protegidas, o proprietário tem direito a uma cadeira no Conselho do mesmo
Mineração permitida?	-	-	-	sim	sim	sim	-
Instrumentos de gestão ordinários	plano de manejo, aprovado pelo conselho e pelo órgão gestor, plano de uso e contrato de concessão florestal	plano de manejo, aprovado pelo conselho e pelo órgão gestor e plano de uso	plano de manejo, aprovado pelo conselho e pelo órgão gestor e plano de uso	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor	plano de manejo, aprovado e publicado pelo órgão gestor
Realização de Pesquisas	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	depende de aprovação prévia do órgão gestor	-	-

Fonte: SNUC, (2000).

No caso desse trabalho, a ênfase será dada para a categoria dos Parques Nacionais. Conforme Faxina (2014), a proposta inicial de criação de Parques Nacionais no Brasil partiu de André de Rebouças em 1876, indicando a criação dos Parques de Sete Quedas e do Bananal. Porém, a possibilidade de institucionalização de Parques no Brasil somente veio pela Lei 4771, de 15 de setembro 1915, tendo a efetiva concretização acontecido em 1937, com a

criação do Parque Nacional de Itatiaia, conforme indicado no Quadro 6 seguinte. Inaugurou-se, assim, um novo entendimento estabelecido pela Carta Magna vigente naquela época, que vinculava os Parques ao conceito de monumentos públicos naturais e visavam resguardar porções do território nacional que tivessem valor científico e estético, segundo aponta Brito (2003).

Quadro 6 - Relação dos Parques Nacionais brasileiros (Elaboração do autor)

Categoría	Unidade de Conservação	Localização	Área (ha)	Ano de Criação
PARNA	Acari	Rondônia	896.407	2016
PARNA	Alto Cariri	Bahia	19.264	2010
PARNA	Amazônia	Pará	1.070.737	1974
PARNA	Anavilhas	Amazonas	350.018	1981
PARNA	Aparados da Serra	Rio Grande do Sul/Santa Catarina	10.250	1959
PARNA	Araguaia	Tocantins	557.714	1959
PARNA	Araucárias	Santa Catarina	12.841	2005
PARNA	Boa Nova	Bahia	12.065	2010
PARNA	Brasília	Distrito Federal	42.389	1961
PARNA	Cabo Orange	Amazonas	657.318	1980
PARNA	Campos Amazônicos	Amazonas/Rondônia	961.320	2006
PARNA	Campos Ferruginosos	Pará	79.029	2017
PARNA	Campos Gerais	Paraná	21.286	2006
PARNA	Caparaó	Espirito Santo/Minas Gerais	31.853	1961
PARNA	Catimbau	Pernambuco	62.300	2002
PARNA	Cavernas do Peruaçu	Minas Gerais	56.800	1999
PARNA	Chapada das Mesas	Maranhão	160.046	2005
PARNA	Chapada Diamantina	Bahia	152.000	1985
PARNA	Chapada dos Guimarães	Mato Grosso	33.000	1989
PARNA	Chapada dos Veadeiros (PNCV)	Goiás	240.611	1961
PARNA	Descobrimento	Bahia	22.693	1999
PARNA	Emas	Goiás	131.864	1961
PARNA	Furna Feia	Rio Grande do Norte	8.494	2012
PARNA	Grande Sertão Veredas	Minas Gerais/Bahia	231.000	1989
PARNA	Guaricana	Paraná	49.300	2014
PARNA	Iguaçu	Paraná	185.263	1939
PARNA	Ilha Grande	Mato Grosso do Sul/Paraná	108.166	1997
PARNA	Itatiaia	Minas Gerais/Rio de Janeiro	30.000	1937
PARNA	Jamanxim	Pará	858.860	2006
PARNA	Jaú	Amazonas	2.272.000	1980
PARNA	Jericoacoara	Ceará	8.850	2002
PARNA	Juruena	Amazonas/Mato Grosso	1.957.000	2006
PARNA	Lagoa do Peixe	Rio Grande do Sul	34.400	1986
PARNA	Lençóis Maranhenses	Maranhão	155.000	1981
PARNA	Mapinguari	Amazonas/Rondônia	1.744.852	2008
PARNA	Marinho das Ilhas dos Currais	Paraná	1.360	2013
PARNA	Marinho de Fernando de Noronha	Pernambuco	11.270	1988
PARNA	Marinho dos Abrolhos	Bahia	88.249	1983
PARNA	Montanhas do Tumucumaque	Amazonas	3.867.000	2002
PARNA	Monte Pascoal (Parque Nacional e Histórico)	Bahia	22.500	1961
PARNA	Monte Roraima	Roraima	116.000	1989
PARNA	Nascentes do Lago Jari	Amazonas	812.141	2008

PARNA	Nascentes do Rio Parnaíba	Bahia/Maranhão/Piauí/Tocantins	749.848	2002
PARNA	Pacaás Novos	Rondônia	764.801	1979
PARNA	Pantanal Mato-Grossense	Mato Grosso	135.000	1981
PARNA	Pau Brasil	Bahia	18.934	1999
PARNA	Pico da Neblina	Amazonas	2.200.000	1979
PARNA	Restinga de Jurubatiba	Rio de Janeiro	14.860	1998
PARNA	Rio Novo	Pará	537.757	2006
PARNA	Saint-Hilaire/Lange	Paraná	25.000	2001
PARNA	São Joaquim	Santa Catarina	49.800	1961
PARNA	Sempre-Vivas	Minas Gerais	124.000	2002
PARNA	Serra da Bocaina	São Paulo/Rio de Janeiro	100.000	1971
PARNA	Serra da Bodoquena	Mato Grosso do Sul	76.481	2000
PARNA	Serra da Canastra	Minas Gerais	200.000	1972
PARNA	Serra da Capivara	Piauí	100.000	1979
PARNA	Serra da Cutia	Rondônia	283.612	2001
PARNA	Serra da Mocidade	Rondônia	350.960	1998
PARNA	Serra das Confusões	Piauí	823.435	1999
PARNA	Serra das Lontras	Bahia	12.000	2010
PARNA	Serra de Itabaiana	Sergipe	8.030	2005
PARNA	Serra do Cipó	Minas Gerais	33.800	1984
PARNA	Serra do Divisor	Acre	846.633	1989
PARNA	Serra do Gandarela	Minas Gerais	31.284	2014
PARNA	Serra do Itajaí	Santa Catarina	57.374	2004
PARNA	Serra do Pardo	Pará	445.392	2005
PARNA	Serra dos Órgãos	Rio de Janeiro	20.024	1939
PARNA	Serra Geral	Rio Grande do Sul/Santa Catarina	17.300	1992
PARNA	Sete Cidades	Piauí	7.700	1961
PARNA	Superagui	Paraná	33.928	1989
PARNA	Tijuca	Rio de Janeiro	3.200	1961
PARNA	Ubajara	Ceará	6.851	1959
PARNA	Viruá	Rondônia	227.011	1998

Fonte: Instituto Socioambiental, (2017).

2.2.3 Tradição e cultura em áreas legalmente protegidas

Conforme Vianna (2008), no Brasil, muitas unidades de conservação de proteção integral foram criadas onde já havia presença humana, portanto, tornaram-se objetos de conflitos de interesse. Essas populações humanas são, de forma geral, diversificadas, incluindo as populações tradicionais.

Esses povos possuem uma relação com a natureza a partir da noção de território, conforme Diegues (2001). O espaço ocupado por essas pessoas é que garante o sustento mediante controle e uso de parte da totalidade dos bens naturais existentes e que elas desejam ou são capazes de utilizar. Para Raffestin (1993), o território é formado sob a natureza apropriada e que a partir desse pressuposto é que se abrigam todas as formas de reprodução social, econômica e política, assim sendo o território tem como característica ser uma

construção social intrinsecamente conflituosa.

O espaço ocupado caracteriza a natureza do homem (DIEGUES, 1996), mas, também, os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais que compõem a estrutura de uma sociedade.

Ressalta-se que o território é o espaço da construção do imaginário e dos símbolos específicos dessas culturas, além dos aspectos produtivos, econômicos e das relações sociais. Nesse sentido, culturas tradicionais, segundo Diegues (1996), são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, que se somam aos seus produtos materiais próprios do modo de produção mercantil.

O modo de vida específico dessas comunidades e sua identidade, frutos de sua percepção de pertencimento àquele grupo social, são fundamentais para a definição de culturas ou populações tradicionais.

Enquanto a natureza é definida pelos termos usuais como “um conjunto de leis e mecanismos físicos e biológicos, composta por fatores de ordem físico-químicos, edáfico, climático, hídrico e biótico” (VIANNA, 2008, p. 32), o homem, como uma de suas espécies biologicamente sujeita na condição de ser vivo traz como diferença fundamental e característica específica a cultura. Na expressão de Claval (2001, p. 61),

cultura é uma criação coletiva e renovada dos homens que molda os indivíduos e define os contextos da vida social que são ao mesmo tempo, os meios de organizar e dominar o espaço. Ela institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolve os grupos. As identidades coletivas que daí resultam, limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço.

Segundo Bernardi (1974) e Vianna (2008), cultura constitui-se por todo arcabouço que estabelece conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e todas outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade, ou seja, é como o ser humano percebe o mundo, define valores e organiza suas instituições e seu estilo de vida. Bernardi (1974) afirma que, como na arte, também na cultura os estilos são muitos e distinguem-se nitidamente entre si. Assim, a cultura permite particularidades e especificidades que geram diversidade expressa por cada povo; o pensamento do homem sobre si e tudo que o cerca produz cultura.

A partir da reflexão do que é cultura, Vianna (2008) estabelece uma contraposição cultura-natureza, uma vez que a espécie *Homo sapiens* estabeleceu a socialização da natureza. O homem utiliza a natureza como elemento de sua sociedade nos aspectos simbólicos,

estéticos e econômicos, assim, a cultura estabelece formas de relação com a natureza que diminui a sujeição do homem às condições naturais, esta relativização afeta, portanto, o conceito de natureza.

A relação homem-natureza, que por muitas vezes está no centro das discussões sobre a conservação da natureza, é por si mesma uma relação socializada. Diegues (1996) afirma que os homens e a natureza fazem parte do ecossistema, e que cada sociedade é um subsistema mais amplo, onde humanos, animais e vegetais nutrem relações bioenergéticas. Sob essa ótica, as populações tradicionais, por necessidade do seu modo de produção e reprodução social, estabelecem uma relação mais harmônica com a natureza, uma vez que a separação ou distanciamento não lhes facilita a vida.

O termo população tradicional, conforme Cândido (2010), Diegues (1996) e Vianna (2008), tem sido utilizado para designar um conjunto de grupos humanos remanescentes de ocupações em áreas geográficas específicas e que expressam comumente intensas ligações ancestrais, identificação, linguagem própria por vezes distinta da nacional, presença de instituições sociais e políticas tradicionais, além de sistemas de produção principalmente voltados à subsistência. De acordo com os autores, população tradicional são os pescadores artesanais, pequenos agricultores de subsistência, caiçaras, caipiras, camponeses, extrativistas, pantaneiros, ribeirinhos, englobando-se, ainda, especificidades como os jangadeiros, seringueiros e o gaúcho.

Ao ampliar o entendimento sobre as populações tradicionais, embora haja dificuldades para consenso e definição, Diegues (2001) as caracteriza como uma categoria populacional que faz parte do conjunto da sociedade que possui uma forte relação com o território construída ao longo do tempo. Por sua vez, Arruda (1999) estabelece que o modelo de ocupação do espaço territorial, bem como o uso de seus atributos, voltados ao próprio sustento, pouco articulado com o mercado, promove o reconhecimento de seu modo de vida como promotor de práticas produtivas sustentáveis devido à forma como se relaciona com a natureza.

O termo “tradicional”, segundo Vianna (2008), aparece constantemente na literatura internacional sempre como adjetivo de tipo de manejo, tipo de sociedade, forma de utilização de recursos, de território, de modo de vida de grupos específicos e de tipos culturais. De acordo com Pereira e Diegues (2010) e Vianna (2008), existe certa dificuldade nas obras científicas em utilizar o termo “populações tradicionais”, uma vez que há na diversidade étnica mundial grupos que não se identificam como indígenas ou tradicionais e uma certa discrepância semântica na tradução do termo em inglês *indigenous people*, conforme

Colchester (2000), uma vez que apresenta inúmeros significados de acordo com o idioma e o contexto.

Pimentel e Ribeiro (2016) afirmam, então, que o conceito de população tradicional apresenta especificidades relativas aos grupos sociais que os compõem. Os povos e as comunidades indígenas, em particular, possuem uma relação de independência com a estrutura de vida urbana, uma vez que sua reprodução social não depende de sua relação com o mercado, mesmo que de forma rudimentar como outros grupos.

Em uma análise mais ampla, povos e comunidades tradicionais também se constituem em população local, porém em determinadas situações população local pode incluir toda uma gama de populações humanas. Dessa forma, “as populações tradicionais são populações locais cujo conhecimento é tradicional, ou seja, os saberes sobre elementos da natureza e na dinâmica são utilizados como recursos de sobrevivência” (PIMENTEL; RIBEIRO, 2016, p. 226).

No Brasil, a legislação, por meio do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, no seu artigo terceiro, refere-se às populações tradicionais literalmente como povos e comunidades tradicionais e os definem como

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007, s/p).

Observa-se que o decreto é generalista e permite interpretações. Assim e pelo fato das dificuldades ainda persistirem, apesar do pensamento oficial, faz-se necessário estabelecer outras considerações em relação às populações tradicionais (ARRUDA, 2000; COLCHESTER, 2000; PEREIRA e DIEGUES, 2010). Os autores estabelecem como elementos primordiais: a oralidade na transmissão do conhecimento e na forma de perpetuação da cultura, a indissociabilidade entre homem e natureza e a existência de elementos culturais regulatórios.

O modo de produção das populações tradicionais não se enquadra no modelo urbano-industrial, de acordo com Pereira e Diegues (2010), o que somado em parte com a condição de subsistência, próprio das sociedades pré-capitalistas marca uma profunda ligação com o território de fixação. Assim e a partir daí, Castro (2000) também apresenta a relação estreita entre os diversos elementos da cultura das populações tradicionais com o seu território habitado, uma vez que Colchester (2000) corrobora, neste sentido, ao afirmar que a ligação

desses grupos com os seus territórios podem ser demonstrados pelo simbolismo e conhecimento detalhado dos bens naturais, decorrentes de anos de ocupação de gerações passadas.

Para tanto, de maneira pormenorizada, (DIEGUES, 1996, p. 87-88; VIANNA, 2008, p.245) apontam as características específicas das populações tradicionais, como:

- a) dependência e até simbiose com a natureza: os ciclos da natureza e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um “modo de vida”;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração;
- c) noção de “território” ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse “território” por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de “mercadorias” possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância da simbologia, mitos e rituais associados à caça, à pesca e as atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada relativamente simples e de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo o produtor (e sua família) domina o processo até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

No Brasil, as populações locais e tradicionais que viviam no interior e entorno das áreas protegidas, como no caso do PNCV, possuem representação da natureza e ideia de território próprias e diferentes dos agentes de implantação das áreas de proteção. Segundo Vianna (2008), a ideia de natureza das políticas ambientais é imposta às populações, pois se trata de uma categoria cultural transformada em conceito científico. Na prática, a relação entre os agentes responsáveis pela implementação das unidades de proteção integral e essas populações tem sido conflituosa.

A relação entre população tradicional, por vezes classificada como população local,² e conservação da natureza, e mais especificamente a criação de Unidades de Proteção Integral têm sido afetadas por diversos problemas com dimensões e ordens variadas, porém ligados diretamente à atitude das sociedades e do Poder Público em consequência da ideia de antinomia entre homem e natureza, em uma concepção dicotômica do tema. Porém, Vianna

(2008) considera que a visão da sociedade em relação à natureza é um fato social e, portanto, não se trata de oposição, mas uma representação dessa sociedade que permite um posicionamento frente à natureza. Então, em uma representação social de caráter industrial, a natureza é vista de forma externa ao homem, fonte de recursos, apta ao lazer e que reflete, segundo a autora, as ciências naturais, neste caso vista como um objeto científico.

Santos (1985) estabelece uma relação de dominação das sociedades urbanas sobre as sociedades menos complexas, uma vez que as primeiras ocupam todos os espaços produtivos, assim as Unidades de Conservação de Proteção Integral colocam-se em contraposição ao desenvolvimento ou tornam-se espaços reservados à fruição da natureza e seus atributos, principalmente estéticos, ao fazer parte do lugar dos trabalhadores urbanos distanciados da natureza pelo processo produtivo urbano-industrial, além da conservação da biodiversidade e do patrimônio natural. Domiciano (2014), nesse caso, aponta uma incoerência do processo de conservação, uma vez que os espaços protegidos contrapostos ao desenvolvimento são criados pela intervenção do Estado sob a influência da própria sociedade industrial.

Para essas finalidades, todas as Unidades de Conservação de Proteção Integral estabelecem mudanças sobre a dinâmica e apropriação dos espaços e dos bens naturais. Dessa forma, as populações locais são diretamente atingidas por esses mecanismos de conservação ambiental.

Nesse sentido, é na relação entre diferentes grupos sociais e na construção de diferentes formas de se apropriar do espaço é que se estabelecem as relações de poder. Para Sack (1986, p.265), "territorialidade é antes de tudo uma expressão geográfica de poder social", ou seja, os conflitos se estabelecem pelo relacionamento entre diversas territorialidades, onde o grupo mais suscetível é menos favorecido.

Historicamente, as populações, principalmente aquelas que vivem no interior das Unidades de Conservação e também em seu entorno, são tratadas como empecilho ao objetivo de conservação da natureza, sem observação da realidade, heterogeneidade, aspectos culturais, históricos ou fundiários, conforme assinala Brito (2003). Assim, a ausência de tais medidas sempre dificulta a gestão das Unidades de Conservação, consideradas injustas pelas populações locais e sempre criando situações de conflito e desconfiança.

A exclusão da população local no processo de criação e gestão das unidades de conservação, inclusive dos Parques Nacionais, tem caráter acumulativo, uma vez que, primeiramente, são expropriados de seu território e em um segundo momento excluídas do processo. Fonseca, Vianna e Brito (1990) afirmam que essas Unidades de Conservação têm que ser protegidas, mas devem estar inseridas no contexto das comunidades que as habitam.

Tais comunidades pelas características que as constituem apresentam alto grau de vulnerabilidade.

Colchester (2008) afirma que comunidades que são removidas de sua área territorial não sofrem apenas perda de sua base econômica, mas sofrem também uma redução do seu inventário cultural, ou seja, como ter a festa da colheita em alguns casos, se não se pode mais plantar? Para Little (2001), conflitos socioambientais são definidos como disputas entre grupos sociais que mantêm relações distintas com o meio natural. Desta forma, o conceito socioambiental, de acordo com o autor, remete às dimensões do mundo biofísico e os ciclos naturais, o mundo humano e os ciclos sociais, bem como as relações entre esses mundos.

2.2.4 Natureza protegida, sociedade em risco?

Discorrer sobre a relação entre homens e áreas protegidas sob a ótica de benefícios, a biodiversidade, considerando a humanidade como parte integrante de um sistema maior e mais universal, não é algo simples de se fazer sem levar em consideração as condições socioeconômicas elementares de vida das populações atingidas. Nesse sentido, considera-se não ser possível garantir, nesses termos, a proteção dos elementos da fauna e da flora ao não se proporcionar sustento e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

eu não consigo entender a criação de uma Unidade de Conservação para proteger a natureza, né! Sem levar em conta os moradores do lugar. Nós fazemos parte disso tudo aqui também (moradora A, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista fev./2019).

Lopes (2006), em consonância com Faxina (2014), propõe uma nova gestão social e pública dos Parques que leva a transformações no Estado e no comportamento das pessoas. A essas transformações o primeiro autor chama de ambientalização dos conflitos sociais e trazem à tona a interiorização de novas práticas, onde a questão ambiental é fonte de legitimação e argumentação, bem como a participação das populações locais no efetivo processo de gestão das áreas protegidas, conciliando desenvolvimento e proteção ambiental.

Para Lopes (2006), o envolvimento da população local, como cidadãos, com as questões públicas ambientais legitima a participação popular. O desafio está no questionamento do real papel do Estado, uma vez que as políticas públicas de caráter participativo implicam, conforme Jacobi (1999), em mudança de caráter sociopolítico, um aprofundamento do processo democrático e, por consequência, na forma de se tomarem as decisões.

A redefinição das relações entre Estado e sociedade civil implica na constituição de uma esfera de participação que se baseia na autonomia dos agentes na perspectiva de constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos.

Quando se fala de “participação dos cidadãos” deve-se enfatizar que se trata de uma forma de intervenção na vida pública com uma motivação social concreta que se exerce de forma direta, baseada num certo nível de institucionalização das relações Estado/sociedade. (JACOBI, 1999, p. 37).

A participação social é instrumento de fortalecimento da sociedade civil dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que a ela não têm acesso. O Estado, no caso dos Parques Nacionais brasileiros, é representado pelo ICMBio, responsável pela promoção da participação social na gestão das unidades. O arranjo institucional “participativo ampliado se consolida na medida em que se viabiliza a capacidade dos grupos de interesse de influenciar direta ou indiretamente a formulação e gestão de políticas públicas” (JACOBI, 1999, p. 39). A participação da população local na gestão das unidades de conservação evidencia as demandas sociais e permite a operacionalização de projetos que levem ao aumento de renda, ao mesmo tempo em que o diálogo com os demais agentes envolvidos, estatais ou não, permite a prática de atividades menos impactantes. Protagonizada pela própria Unidade de Conservação, esta interlocução permite, associada à educação ambiental, possibilidades de mudança de foco sobre a exploração dos elementos naturais para a prática de atividades que levem à conservação desses elementos (FAXINA, 2014).

A reflexão em torno de políticas de conservação, marcada por um contexto de degradação social, econômico e cultural, não pode abrir mão da análise dos determinantes do processo, dos atores envolvidos e das novas formas de organização em que possibilitem novas alternativas de ação que na prática levam ao desenvolvimento de políticas que se articulem de maneira concomitante entre recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das populações locais (JACOBI, 1999).

Não obstante a necessidade de criação de áreas protegidas no contexto deste trabalho, os Parques Nacionais, é possível visualizar a criação dessas unidades dentro de uma perspectiva de novas e promissoras oportunidades para a população local, desde que o processo de criação, implantação e gestão dos parques brasileiros venha se estabelecer em uma tendência integradora que possibilite a proteção da natureza e o desenvolvimento local considerados em um processo mais amplo de planejamento.

Assim, no caso da Vila de São Jorge, na qualidade de população tradicional, historicamente instalada na área onde foi implantado o PNCV, torna-se possível observar a

complexidade desse processo, uma vez que as mudanças sociopolíticas decorrentes da conservação ambiental via criação de unidades de uso restritivo alteram a lógica de sustentação da comunidade.

Predominantemente, segundo Vianna (2008), as áreas de conservação são estruturadas e geridas a partir das ciências naturais, ainda nesse sentido, Da Matta (1981, p.45) afirma que “o biológico diz respeito ao interno, ao intrínseco, ao que não é controlado pela consciência e pelas regras inventadas ou descobertas pela sociedade”. Logo, todas essas afirmações encontram eco em Beck (2011), o qual afirma que trazem alteração na população atingida e se confronta com o paradigma da sociedade de risco.

Segundo Beck (2011), a produção social da riqueza na modernidade é acompanhada por uma produção social do risco, e a multiplicação das ameaças de ordem socioambiental faz com que a clássica sociedade industrial seja, aos poucos, substituída pela nova sociedade de risco. Se a primeira era caracterizada pelos conflitos em relação à produção e distribuição da riqueza, a segunda está baseada no conflito em torno da produção e distribuição de riscos. Nessa perspectiva, o processo de proteção da natureza atual teve como motor indutor a revolução industrial, desenvolvimento tecnológico e consequente comprometimento da própria dinâmica ambiental advinda da modernidade.

Dessa forma, a produção industrial é inseparável do processo de produção de riscos, conforme frisa Beck (2011), uma vez que é consequência inevitável do desenvolvimento científico-industrial a exposição da humanidade a riscos que ameaçam o planeta e o meio ambiente, problema maior e mais intenso se os riscos forem analisados sob os efeitos às gerações futuras, afetadas de maneira mais drástica.

Importante também se faz observar que a sociedade de risco não é um processo intencional, uma vez que, segundo Beck (2011), os riscos do desenvolvimento industrial são tão antigos quanto ele mesmo; o risco não foi inventado na modernidade.

As classes sociais, conforme Osório (2014), diferenciam-se entre si pelo modo de obtenção de riqueza social. Sob essa ótica, Beck (2011, p. 24) afirma que “a questão gira em torno de como a riqueza pode ser produzida socialmente e ser distribuída de forma socialmente desigual e ao mesmo tempo legítima”.

O paradigma da sociedade de risco acompanha a lógica da produção e da acumulação sistemática de riqueza pelas classes dominantes. Em contrapartida, as ameaças e os riscos são sentidos por toda a sociedade, que também é responsável pelos seus efeitos colaterais.

Conforme adverte Demajorivic (2003), o processo industrial transforma o processo de modernização em uma modernização reflexiva, e a modernização reflexiva pode ser entendida

a partir do fato de que uma ação promovida por um sujeito recai novamente sobre ele mesmo. Os próprios agentes responsáveis por um processo de contaminação, poluição, degradação e outros são afetados por seus efeitos.

O risco assume um caráter político e social, bem como a vulnerabilidade, ou seja, “a estimativa dos danos potenciais que podem afetar um alvo, tal como o patrimônio construído ou a população” (VEYRET, 2007, p. 39). Dessa forma, os efeitos da modernização reflexiva não afetam todos os indivíduos ou populações da mesma forma. A exposição ao risco e seus aspectos econômicos, sociais e organizacionais são fatores a serem observados e acentuam os efeitos desses riscos, uma vez que a autora afirma que sua importância pode variar em função de um grupo social.

O reconhecimento social do risco, fruto de um processo de percepção em relação à fundamentação do contexto social e dos princípios dominantes da racionalidade, altera a forma de entender o próprio risco, muda a compreensão dos danos socioambientais e afeta, em especial, as organizações que podem ser causadoras. O risco existe dentro de um contexto social, econômico, cultural e o mesmo “apresenta uma grande dose de subjetividade que se traduz em diferentes limites de sua aceitabilidade” (VEYRET, 2007, p. 47).

No caso das Unidades de Conservação, do PNCV e da população da Vila de São Jorge, existem semelhanças com todo processo de produção de riscos seja em que área ou nível for, uma vez que todo processo implica na produção de ameaças. Assim sendo, deve-se iniciar a trajetória da reflexão ao reconhecer que o processo de conservação ambiental por meio de um sistema convencional promove, por um lado, efeitos mitigadores produzidos pela sociedade moderna industrial e, por outro, traz ameaças e riscos sociais, econômicos e culturais às populações locais e tradicionais, as quais, por seu modo de vida e especificidades, são vulneráveis e também são afetadas pela modernização conservadora.

Essas populações tradicionais, como os antigos extrativistas da Vila de São Jorge, também agora recebem os efeitos da sociedade de risco estabelecidos pelo Estado por meio de organizações e instituições oficiais e não oficiais. Essas instituições se responsabilizam pela proteção ambiental por meio de mecanismos como os Parques Nacionais, quer pela sua restrição de acesso aos seus recursos, como também pela falta de interação com as comunidades.

Unidades de Conservação para Hauff (2004) são áreas ou espaços que protegem a natureza, seus recursos e que podem se tornar úteis à humanidade. Mendes (2009) acrescenta que o estabelecimento dessas áreas, além de trazer um efeito positivo à biodiversidade, atua na contenção das atividades humanas que ameaçam um ambiente. Segundo esse autor, no

Brasil, a criação de parques e estações ecológicas foi crucial para a manutenção de ecossistemas que seriam dizimados, tanto pela expansão agropecuária como pelo aumento das cidades ou urbanização dos espaços.

Além do que é estabelecido para uma UC, no caso do Parque Nacional, é preciso considerar o seu entorno, uma vez que as pressões externas e imediatas podem interferir no ambiente natural da unidade. A legislação estabelece a criação de uma região fronteiriça com a finalidade de diminuir a pressão do ambiente exterior, denominada Zona de Amortecimento, e a define como “o entorno de uma unidade de conservação onde atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, com propósito de minimizar os aspectos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000, p. 391).

Conforme Pereira et al. (2004), a Zona de Amortecimento tem por finalidade proteger a vida das atividades antrópicas vizinhas. Nessas localidades, as atividades econômicas da população precisam estar adequadas em relação às atividades de conservação da natureza, circunstância que deve alterar o modo de vida dos habitantes locais, levando-os a buscar novas atividades, formas de sobrevivência e desenvolver atividades outras diferentes daquelas tradicionais e corriqueiras que normalmente exerciam.

A legislação através do SNUC restringe as atividades humanas na Zona de Amortecimento ao mesmo tempo em que redireciona essas atividades para ações que possuam caráter sustentável. Conforme o texto da lei, em relação a essas áreas, elas devem “promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2000, s/p). Subsequentemente, a legislação estabelece a proteção dos bens naturais importantes para a subsistência das populações tradicionais, com intuito, respeito e valorização de seu conhecimento e cultura, promovendo-as social e economicamente.

Para efeito da estruturação da UC, o SNUC também estabeleceu a obrigatoriedade de existência para cada unidade de conservação do plano de manejo, a saber:

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece seu zoneamento, e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade (BRASIL, 2000, s/p).

Dessa forma, cabe ao plano de manejo a normatização da Zona de Amortecimento, e caso ele não exista prevalece o Parágrafo 2º, do Artigo 1º da Resolução de nº 428 do Conselho Nacional do Meio Ambiente/CONAMA, de 17 de dezembro de 2010.

Para o PNCV, o seu plano de manejo (BRASIL, 2009, p. 392) determina para a Zona

de Amortecimento a priorização de atividades agrícolas de caráter mais sustentável no sentido de “estimular dirigentes e produtores a empregarem técnicas menos predatórias que associam o desenvolvimento econômico a conservação da natureza”, além de mitigar os efeitos negativos da ocupação humana.

Para Hauff (2004), as áreas periféricas desempenham papéis importantes para a proteção do interior das unidades, tanto quanto se prestam para promover a manutenção econômica das populações humanas e manter os recursos essenciais e o funcionamento de todo o sistema. Para Hercowitz, Mattos e Pereira (2009), essas zonas são importantes na medida em que permitem uma interação entre as pessoas e a unidade, bem como exercem a função de contenção da degradação antrópica. Todavia, Hauff (2004) menciona a sobreposição da questão espacial em detrimento das populações residentes na vizinhança das unidades.

O plano de manejo do PNCV estabelece para a sua zona de amortecimento “a inserção das comunidades residentes” (BRASIL, 2009, p. 392), uma vez que Guanaes (2006) estabelece que se deve constar nos planos de manejo das UC, por meio de um zoneamento, uma relação harmoniosa e eficaz com as populações locais. Hauff (2004) enfatiza que o estabelecimento dessas zonas tem como preocupação fundamental a questão espacial em detrimento da preocupação com a população local.

Acselrad (2004) ressalta que quando se estabelece uma ameaça a um grupo social quanto a sua forma de sobrevivência estabelece-se um conflito. Esses conflitos são constituídos a partir de impactos indesejáveis decorrentes das práticas de outros grupos que passam a integrar o território. Nesse sentido, Veyret (2007) afirma que a ameaça traduzida ou percebida como tal por aqueles que estão susceptíveis torna-se um risco e acrescenta ainda que tomar decisões em relação à organização do território, a repartição de bens ou uso dos recursos gera sempre uma dose de risco.

O SNUC (2000, s/p) prescreve uma “relação eficaz e harmoniosa entre populações locais, a natureza e os agentes externos” que devem fazer parte do plano de manejo, porém, da mesma forma anteriormente citada, há uma sobreposição dos aspectos técnicos e ecossistêmicos em relação às necessidades de acesso dos bens naturais que garantam a sobrevivência dessa população. Diegues (2001), quando trata do relacionamento das comunidades com as UC, salienta que a ocupação do espaço é vista pelos moradores como usurpação do meio de vida. Nesse caso, esses moradores estão sujeitos a toda sorte de riscos, desde a condição de saúde, risco de morte por desolação, riscos de adquirirem doenças psicoafetivas como o uso de drogas e álcool. Mas também riscos de não adaptação ao novo

ambiente e ainda de não conseguirem reproduzir as condições de existência.

Particularmente quando da criação do PNCV, o estudo foi feito em uma região caracterizada pelo apossamento feito principalmente por pequenos produtores e, segundo Bezerra da Silva (1998), não houve nenhum tipo de desapropriação ou indenização. Esse fato encontra similaridade quando Diegues (2001) descreve a precarização fundiária em áreas de instalação de outras UC e quando isso acontece quase nada ganham na desapropriação.

A sobrevivência dos moradores locais, por ocasião da criação do PNCV, girava em torno da extração mineral e da agricultura, e a primeira não era uma prática pouco impactante ou sustentável. A esse respeito, Novaes (2002, p. 24) afirma que “a mineração demanda(va) a retirada da cobertura vegetal conforme escavações profundas das quais até hoje se podem ver testemunhos dentro do Parque Nacional e em outras áreas”. Essa afirmação pode ser confirmada por meio da Figura 24, apresentada a seguir.

Figura 24 - Catas do garimpo de cristal de quartzo no interior do PNCV



Fonte: Elaboração própria, (jan./2018).

Contudo, juntamente com a garimpagem, Saraiva (2006) reitera que existiam outras práticas como a agricultura de subsistência e o extrativismo de plantas do cerrado. Dessa forma, e como preconizado por Colchester (2000), criava-se um vínculo das pessoas com o seu espaço natural por meio dos ciclos da natureza, das floradas e da frutificação da vegetação endêmica.

Domiciano (2014) pondera que a garimpagem não proporciona equilíbrio ecológico

entre o garimpeiro e a natureza, e esse equilíbrio se dá por sentimentos de medo e respeito manifestos na sua atividade, nas festas e em rituais religiosos. Castro (2000), por sua vez, afirma não haver separação nas sociedades tradicionais entre organização do trabalho, festividades religiosas ou sociabilidade grupal.

A partir de 1990, com o aumento de interesse da sociedade urbano-industrial pelas questões ligadas à preservação da natureza, conforme afirmam Brandão e Barreto (2009), e a criação do IBAMA, em 1989, e do ICMBio, em 2007, estruturou-se definitivamente o plano de manejo das UC e também sua integração com as comunidades de seu entorno.

Desta forma, os planos de manejo começaram, então, a mencionar características socioeconômicas dos municípios no raio de ação abrangido por uma determinada UC, bem como ações de extensão visando o desenvolvimento local de forma ambientalmente adequada. A partir desse momento é que se deu o envolvimento da população da Vila de São Jorge com o ecoturismo, o qual transformou-se em um grande negócio, ao passo que a riqueza produzida tem sido um meio que os conservacionistas vislumbram para reaproximar as populações locais com as áreas protegidas em vários lugares do mundo, conforme atesta Colchester (2000).

Quando as atividades turísticas tomaram impuxo na Vila de São Jorge, foram observadas mudanças estruturais estabelecidas via aperfeiçoamento básico da infraestrutura de saneamento, saúde e educação, bem como mudança nos afazeres das pessoas, principalmente dos ex-garimpeiros que se transformaram em condutores de visitantes. Essas pessoas, por meio de ações oficiais do IBAMA via Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e do Programa de Execução Descentralizada (PED) e algumas organizações não governamentais, foram capacitadas para atuarem como condutores de visitantes no interior do PNCV. Para Brandão e Barreto (2009), esse arranjo proporcionou à população local condições de subsistência e permanência no seu ambiente, porém com mudança de suas atividades.

Seabra (2011, p. 27) argumenta que quando da implantação de uma UC, além dos seus objetivos de manutenção da diversidade biológica e da proteção dos bens bióticos que lhe são próprios, é necessário que a mesma garanta “desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, e proteja as comunidades tradicionais, respeitando e realizando sua cultura e promovendo-as social e economicamente”.

Por conseguinte, é preciso considerar a presença das populações locais e tradicionais e, ao mesmo tempo, promover a participação destas no processo de conservação, sob pena de propiciar o surgimento de frequentes antagonismos e significativas sequelas socioeconômicas

e culturais na população atingida.

3 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS, A VILA DE SÃO JORGE E A COMPLEXIDADE DA PROTEÇÃO DO HOMEM E DA NATUREZA

3.1 A VILA DE SÃO JORGE E OS CONFLITOS PELO USO E ACESSO AOS BENS NATURAIS

Não obstante a legislação ambiental brasileira ter definido formas de proteção aos ecossistemas, bem como conservação e manutenção da biodiversidade através da criação, implantação e gestão de áreas protegidas, dentre elas as Unidades de Proteção Integral, além da obrigatoriedade da existência de ferramentas e processos de planejamento e gestão devidamente estruturados, ainda hoje dão margem a intrincadas situações de conflitos ambientais, principalmente ligados às populações tradicionais e locais, seja pela restrição ao acesso e uso dos bens naturais essenciais à reprodução do seu modo de vida, como devidamente ilustrado pelo cercamento das áreas do PNCV, de acordo com a Figura 25 abaixo, seja pela realocação das populações residentes em tais áreas.

Figura 25 - Vista parcial da cerca do Jardim de Maitreya, PNCV



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Em termos das relações conflituosas, as partes possuem percepções particulares e heterogêneas, uma vez que, como afirma Fontana (2004), o modo ou posicionamento das pessoas em relação ao ambiente, são externalização de suas percepções sobre ele. Essa

percepção, segundo Whyte (1978), diz respeito à consciência e compreensão do ambiente pelos humanos, além da sua percepção sensorial individual. Tratam-se das memórias, experiências, valores, interpretações, atitudes, e condicionamentos culturais, conforme Ferreira (2005), portanto diz respeito ao comportamento humano em relação ao ambiente, uma vez que suas atitudes são consequências de sua percepção do meio ambiente (FONTANA, 2004).

Tuan (1974), afirma que a percepção se trata tanto da resposta dos sentidos, das ações externas, como as atividades propositais. O que é perceptível ao ser humano, tem valor a ele, a sua atitude é uma posição frente ao mundo, formada por uma grande e extensa sucessão de percepções. Segundo o autor, com base nas experiências vividas obtém-se não só um mundo, mas uma visão de mundo.

Assim, o entendimento de distintas percepções, experiências e visão de mundo, possibilita a compreensão da origem de conflitos e também permite analisar expectativas e interesses das populações locais, em relação a uma Unidade de Conservação, seja de uso sustentável ou de proteção integral, conforme ressaltam Pacheco e Silva (2006). Por outro lado, as distintas relações com meio natural podem intensificar as disputas entre grupos, uma vez que os laços com o meio ambiente ultrapassam questões materiais e incluem os laços afetivos. Esses, segundo Tuan (1974, p.107) diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão e sendo assim, o meio ambiente é percebido como símbolo, o lugar, o ambiente e é também o “*locus*” dos sentimentos, compreendendo nesse trabalho, que meio ambiente é o ambiente modificado para atender as necessidades humanas “Eu amo aqui, sempre vivi aqui, trabalhei aqui, criei meus filhos, não quero tá em outro lugar, quando vou para a cidade logo quero vir embora”. (moradora C, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista, fev./2019).

Originalmente, de acordo com Vianna (2008), as Unidades de Conservação de caráter restritivo têm elementos potencialmente geradores de conflitos, tanto no Brasil como em toda a América do Sul, uma vez que são implantados em áreas ocupadas por agrupamentos humanos e que são, na maioria das vezes, heterogêneos na sua forma e modo de produção, que vão desde a produção agropecuária, coleta vegetal ou mineral, passando pelo artesanato.

Ao analisar com maior profundidade, a mesma autora afirma existirem outras similaridades quanto ao alto índice de analfabetismo, à baixa renda, à prática de atividades ilegais, à organização incipiente e aos problemas fundiários, e no que diz respeito a sua distribuição geográfica nas unidades, “essas populações ocorrem como famílias isoladas, comunidades rurais, vilas e bairros urbanos” (VIANNA, 2008, p. 191). Corroboration com

essa visão, Diegues (1998) enfatiza que esses conflitos se originam em função da forma como foram criadas as primeiras áreas de proteção, já que visavam apenas a proteção de recursos naturais. Conforme demonstra o morador F, ex-garimpeiro (entrevista, fev./2019) que estabelece a relação de uso, modo de vida e a criação do PNCV.

Eu saia cedo da Vila *pra trabaiá* no garimpo, saia lá pelas quatro horas da manhã, *trabaiava* o dia todo. *As veiz* era longe, *trabaiava* até lá pelas uma, duas pra chegar na faixa das quatro da tarde e ainda ia lavar o cristal, descascar prá *podê vendê*. Nós garimpava as *veiz* no córrego do Zé Jacó pra lá, hoje é o Parque, *mais eles* vai invadindo, metendo a cara, não indeniza ninguém. Porque aqui prá baixo no Rio Preto, *virô* Parque, passando pro outro lado, não indenizô ninguém. No garimpo *nóis* *trabaiô* uns dez anos, na roça uns seis, *prantando* e colhendo, nas horas vagas, garimpo, *nóis* não foi indenizado de nada (morador F, ex-garimpeiro, prestador de serviços, fev./19).

Por outro lado, Carvalho e Scotto (1995) explicitam os conflitos segundo os distintos modos de apropriação social da natureza em contraposição das relações sociais que subentendem, ou seja, como elementos de uso comum ou mercadoria, e se apresentam em duas gêneses, quais sejam: conflitos em função de transformação/degradação ou conflitos associados às ações de preservação ambiental.

No caso em estudo, semelhantemente a outros, o antagonismo se estabeleceu em princípio, pelos usos do espaço e da natureza e os interesses e usos conforme a perspectiva da conservação; assim vale lembrar que o espaço é um fator das relações sociais. Nesse sentido, Santos (1985, p.67) afirma que

para expressá-lo, o espaço, em termos mais concretos, sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto novos como velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial.

Assim, o espaço é resultado e condição dos processos sociais, uma vez que cada parte envolvida, dependendo do seu referencial, torna-se aos olhos do outro, agente ou vítima. As populações, locais ao serem desalojadas das áreas a serem protegidas, têm o poder público como agente, ao passo que, se veem como vítimas. Por outro lado, o poder público os veem como agentes, uma vez que suas permanências, atividades ou modo de vida, ameaçam os objetivos das Unidades de Conservação.

Segundo a moradora A, ex-garimpeira, os efeitos da criação do PNCV foram marcantes, ao mudar o cotidiano produtivo, bem como demonstra em sua fala a dificuldade de relacionamento Parque/Comunidade, à época.

Esse Parque pra *nóis* foi uma derrota, na época *nóis* sobrevivia do garimpo e eles não deixavam mais garimpar e as vezes a gente ia garimpar *nos lugar* que *eles* não

deixava, escondido né! A gente ouvia o barulho do carro, nós *escondia* dentro do mato, quando ele passava a gente voltava e ia garimpar. Foi uma tragédia, *mais* a gente falava que *eles ia paga* o que *eles fazia* com a gente, a gente tinha sentimento, tinha raiva, porque *nós vivia* do garimpo. Eles tomavam e até multavam (moradora A, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista, fev./2019).

De maneira geral, segundo Costa e Murata (2015), bem como Vianna (2008), conflitos socioambientais envolvem relações sociais de disputa ou tensões entre distintos atores sociais, pela apropriação ou uso do patrimônio natural, tanto no nível material, quanto simbólico e, assim verifica-se outra forma de visualizar os problemas e os conflitos, ou seja, a partir de uma construção social estruturalmente conflituosa.

Para Vargas (2007), até a pouco tempo os estudos e pesquisas e o entendimento a respeito dos conflitos, compreendia duas visões. A primeira denominada objetivista, entendia os conflitos como resultante de situações estruturais da sociedade e a segunda, subjetivista, em função da percepção das partes envolvidas. Conforme Costa e Murata (2015), o entendimento objetivista procura as origens dos conflitos na situação político-social e na estrutura da sociedade, uma vez que o conflito pode existir, dissociado da percepção das partes envolvidas. Já na perspectiva subjetivista, as explicações dos conflitos encontram-se basicamente na percepção e na discrepância de objetivos entre as partes.

A partir desses pressupostos, percebe-se mais uma vez a instalação de uma relação dicotômica; de um lado as questões socioestruturais e de outro as percepções. Porém, segundo Vargas (2007), as duas situações fazem parte do processo conflituoso, assim, ao abordar o tema de maneira distinta e fragmentada, impede observar todas as vertentes das situações conflituosas.

Para a autora, com vistas à superação dessa dicotomia, sugere-se o entendimento do conflito a partir da inserção nas questões sociais compreendidas como diferença de percepções, como forma de enfrentamento e busca de direito e justiça social, bem como estimulante às mudanças sociais. Dessa maneira, fica evidente que as diferentes possibilidades de se entender o problema, também levam a variadas formas de solução.

Nesse sentido, testemunham através das entrevistas, os moradores E e H, que estabelecem o entendimento da população local e dos representantes do PNCV no período que comprehende a criação e início da implantação da Unidade de Conservação.

Quando já de criança, comecei ter a ideia do conflito entre a unidade de conservação e os moradores da Vila. O PNCV veio depois do garimpo, as pessoas chegaram em 1910, para explorar o cristal de quartzo e as pessoas vieram para viver do garimpo. Nas imediações do Garimpão, acampamento onde as pessoas faziam seus barracos de palha, em 1948 aconteceu um grande incêndio, queimô tudo, saíram de lá e

vieram para cá, aqui chamava-se baixa dos garimpeiros, aqui formou a Vila. Eu já nasci convivendo com esse conflito, sou de 1965.

Em meados de 1970, ainda muito nova, participei do garimpo, ajudei beneficiando lascas. Não foi fácil, pois foi retirado de nós todo o nosso sustento, nossa sobrevivência, na época era o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e eles não tinham uma relação humanitária, eles entendiam que os garimpeiros tinham que sair de dentro do parque, não consideravam de hipótese alguma que essa era a forma de sobrevivência, eles eram muito truculentos, muitos garimpeiros foram para longe e outros garimpavam lá pelas Fiandeiras, mas quando sentiam falta das pessoas na Vila eles iam atrás tomavam tudo. Foi muito difícil (moradora E, ex-garimpeira, e atual proprietária de estabelecimento, entrevista, fev./2019).

Eu vim pra cá para trabalhar com objetivo de tirar os garimpeiros de dentro do parque, pagar o povo que tinha terra, fechar (cercar) o Parque, tirar o gado, expandir o turismo e construir uma estrutura básica. A missão foi muito pesada, esperava ajuda dos funcionários daqui, não tive, mas os chefes eram bons, mandavam dinheiro e conseguimos pagar (indenizar) alguns, fizemos estrada dentro do parque (morador H, ex-funcionário do PNCV e proprietário de estabelecimento, entrevista, fev./2019).

As dificuldades sociais inerentes à criação, implantação e gestão de unidades de conservação, bem como os conflitos socioambientais em áreas protegidas, levam as populações locais a ter dificuldade de respeitar as normas e exigências instituídas pelo Sistema de Gestão de Unidades de Conservação, no que tange aquelas de uso restrito, conforme a fala dos remanescentes da implantação do PNCV, que apontam para o fato de que, as regras que colocam em risco a reprodução do modo de vida, através do voto radical de acesso aos bens naturais, onde nem as flores podiam ser colhidas conforme a Figura 26, são responsáveis pelo surgimento de situações conflituosas.

Na época das flores, que era maio, junho, julho, *ai nós ia*, colhia flores do cerrado, *nós ficava* acampado, pegava pirex, palipalã, douradinha. *Nós pegava*, secava e fazia molho. Era *escundido* quando pegava no parque... tinha que pegar lá, era onde tinha mais. (moradora G, ex-garimpeira, ex-extrativista vegetal, aposentada, entrevista nov./18).

Figura 26 - Palipalã (*Paepalanthus elongatus*) - Chuveirinho



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Para Pimbert e Pretty (2000), para o estabelecimento de Unidades de Conservação ou qualquer outro projeto de proteção ambiental, estes devem envolver as populações locais no planejamento das áreas protegidas, bem como proporcionar efetivos ganhos diretos, uma vez que a exclusão das comunidades existentes às conduzem a degradação. A participação efetiva e sistemática é condição essencial para alcançar um manejo verdadeiramente sustentável das áreas protegidas. É preciso mudança da abordagem, deixar a visão conservacionista clássica, conforme aponta Colchester (2000), em que há o reforço das divisões existentes e o aumento da alienação e conflitos, por uma nova visão que reconhece os direitos das populações locais e que, para a sua consecução exige-se “grandes mudanças nos profissionais, políticas e instituições” (PIMBERT E PRETTY, 2000, p.218).

De acordo com a moradora E, até hoje a participação nas decisões são incipientes e continuam gerando impasses, como também destaca a moradora A, em que se evidencia o distanciamento profundo entre a direção do Parque e a comunidade.

Eu não tenho uma relação de confiança, porque eles nos dão rasteira, agora a última é a questão da terceirização dos serviços turísticos do parque, nos preocupa porque são pessoas que vem para cá com a intenção de ganhar dinheiro, quem vem para cá com esse espírito não quer saber de comunidade. Qual é nossa relação? Mais uma vez eles estão passando a rasteira, como dizia nossos pais, não confiem nesse povo, não são de confiança (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista fev./19).

Tem esse diretor, eu não conheço esse povo, tem outro que eu não conheci. Eu não vou lá e ele não vem aqui. Esse pessoal do parque está mais longe que Brasília, até vieram fazer entrevista, *mas* eu nem lá fui. Pra mim tá lá para o Rio de Janeiro ou São Paulo de distância (moradora A, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista nov./18).

Do ponto de vista da construção do conhecimento a respeito da proteção da natureza, as bases do pensamento que constituem a organização e gestão das Unidades de Conservação, apresentam-se também de forma dicotómica, a partir de visões polarizadas, conforme afirma Guivant (2002), mas que podem ser compreendidas de forma mais adequada através do entendimento da gênese do conhecimento construído por elas e que, lhe dão suporte epistemológico.

3.2 ANTAGONISMOS TEÓRICOS: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DOS PARADIGMAS TRADICIONAIS DE CONSERVAÇÃO

A criação de áreas naturais protegidas, Unidades de Conservação destinadas a proteção da biodiversidade no mundo atual, constitui-se em uma das principais respostas do Estado às preocupações ambientais da sociedade, como os Parques Nacionais, e dentre eles o PNCV, conforme se vê o seu portão de entrada na Figura 27. Historicamente verifica-se ao longo da relação com a natureza, a preocupação de controle do homem sobre o próprio homem com vistas a proteger a natureza, tanto por questões ligadas ao estoque de recursos, tanto quanto por questões religiosas, de recreação e lazer e subjetivas.

Figura 27- Placa de sinalização na entrada do PNCV



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

A criação de uma Unidade de Conservação pela decisão de proteção de atributos naturais significativos para a sociedade atual e para gerações futuras, pode ser amparada, segundo Vallejo (2003), por argumentos relacionados com atribuição de valores dos bens naturais e com a sua conservação decorrente da preocupação com a perda da biodiversidade e a busca de sustentabilidade.

Esses valores estão ligados tanto aos produtos extraídos que podem ter valores de uso no futuro, visto a criação de novos medicamentos, fornecimento de genes que configurem resistência a novas plantas e animais, ou desenvolvimento de novas formas de controle biológico. Já do ponto de vista de valores indiretos, Vallejo (2003) aponta benefícios ligados a proteção da água e recursos do solo, controle climático, relacionamento entre espécies, recreação e ecoturismo, valor educacional e científico, e indicadores ambientais, ou seja, sistema de alerta para monitoramento da saúde ambiental.

Os argumentos econômicos, por vezes, são insuficientes, pouco convincentes e por isso, é necessário ultrapassar as questões de valores objetivos e concretos à proteção da diversidade biológica e encontrar respaldo também no valor intrínseco da natureza, visão essa que se sustenta na compreensão da natureza sob aspectos éticos, “a proteção da natureza não se faz apenas para garantir a nossa sobrevivência, tampouco com o objetivo principal de lucrar com ela; a proteção da natureza é antes de tudo uma necessidade moral essencial” (MILANO, 2002, p.21).

Para Primack e Rodrigues (2001), os princípios gerais que amparam os valores inerentes das espécies são: direito de existência das espécies independentemente de seu valor de uso ou troca; interdependência entre espécies, que devem ser respeitados; responsabilidade social de proteger a Terra no presente e para gerações futuras; o fato de que a natureza tem valor estético e espiritual, que transcende seu valor econômico e a diversidade biológica necessária para determinar a origem da vida.

Assim, a existência de Unidades de Conservação, a partir de uma visão calcada na ecologia científica, busca a representação da natureza pela distribuição de poder sobre os recursos territorializados, ora reivindicando o respeito aos equilíbrios naturais, ora evocando a natureza como reservatório de recursos (COSTA e MURATA, 2015, p.92).

De forma mais ampla, a corrente chamada preservacionista entende que o gerenciamento compartilhado de bens naturais perde eficiência quando em contraste com as questões fundiárias ou uso tradicional da terra. Para Milano (2002), autor que representa essa corrente, as medidas de exclusão ou restrição de populações humanas no interior de parques nacionais são essenciais para garantir a proteção da biodiversidade, como no caso específico

do pato-mergulhão espécie em extinção endêmica no PNCV, como mostra a Figura 28, uma vez que a essência da conservação, segundo o autor, reside na proteção da natureza das atividades humanas.

Figura 28 - Pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*)



Fonte: ICMbio - Sávio Freire Bruno, (jan./2008).

A outra concepção, chamada de conservacionista, é aquela que preconiza a racionalização do uso dos bens naturais (DIEGUES, 2001, p.29). O pensamento conservacionista, explica McCormick (1992), tem origem na preocupação dos ingleses do século XVIII, com o processo de exploração incongruente da natureza, entendendo mesmo naquele momento que os bens naturais são esgotáveis e que o bem estar do ser humano, bem como a sua sobrevivência, solicita a conservação da natureza. Para o autor, essas seriam as bases da verdadeira concepção de conservação.

O conservacionismo ganhou impulso nos EUA, através de Gifford Pinchot, que segundo Diegues (2001), preconizava a utilização racional dos bens naturais, se desdobrando na transformação da natureza em mercadoria. Acreditava-se, a partir dessa concepção, que a conservação deveria se basear em três princípios: “o uso dos recursos naturais pelas gerações presentes, a prevenção dos desperdícios e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos” (DIEGUES, 2001, p.29).

Esses pressupostos deram origem segundo Brito, Brito e Souza (2015), ao entendimento atual de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, segundo Diegues (2001),

Gifford Pinchot foi predecessor do movimento contra o “desenvolvimento a qualquer custo”, porém postulava que os recursos naturais deveriam fazer parte do desenvolvimento econômico e social dos países, de forma que se convencionou chamar de sustentável.

Assim, ao se fazer um contraponto entre o pensamento conservacionista e o preservacionista, verifica-se a origem de outra dicotomia: aquela da proteção ambiental e da relação homem/natureza. Para os conservacionistas, a proteção deve estar relacionada ao bem estar da sociedade e diretamente ligada aos interesses humanos, ao passo que a corrente preservacionista distinguiu-se da anterior, uma vez que tem como fundamento a apreciação da natureza a partir da contemplação estética e espiritual da vida selvagem, conforme destacam Brito, Brito e Souza (2015), corroborados por Diegues (2001) que afirmam que as ideias de Gifford Pinchot e John Muir constituem-se arquétipo das diferenças entre a conservação de recursos e a preservação da natureza.

As reflexões anteriormente colocadas revelam os referenciais básicos da criação de áreas de proteção da natureza, como os parques nacionais, em que a visão preservacionista se sobrepõe a conservacionista.

A proteção de áreas naturais se estabelece a partir de percepções conflitantes, tanto quanto a escassez e a utilização dos bens naturais, que envolvem diferentes agentes, entre eles a população local, ambientalistas e o Estado, bem como as percepções de caráter epistemológico em que a própria ciência se posiciona frente às questões homem/natureza/sociedade de forma conflitante.

Em contrapartida, sem deixar de lado a importância da discussão e o respeito à liberdade de pensamento, mas ao mesmo tempo considerando tantos interesses e condicionantes, postula-se que a proteção da natureza, conforme assinalam Brito et al (2011), seja estabelecida de forma mais interdisciplinar e dialógica, uma vez, como já demonstrado nesse trabalho, que as Ciências Naturais construíram a base do pensamento científico dos movimentos ecológicos e ambientalistas. Entretanto, as Ciências Humanas têm contribuído para o aprofundamento das discussões das questões ambientais.

Assim conforme Leff (2003), a criação, gestão e manejo de Unidades de Conservação, como o caso do PNCV, compreendem não apenas aspectos bióticos da proteção da biodiversidade, como também problemas de ordem social, econômico, cultural e político, necessitando de uma visão mais ampla da situação, uma vez que se trata de um emaranhado de situações e que os agentes envolvidos têm expectativas variadas e por vezes não muito claras, quanto aos reais interesses da proteção ambiental, criação de unidades de conservação, bem como dos interesses quanto à apropriação dos bens naturais.

3.3 A (RE) CONEXÃO DA VIDA: UM NOVO OLHAR SOBRE A PROTEÇÃO DA NATUREZA

O processo de criação e gestão de Unidades de Conservação em todo o mundo, bem como as questões e situações relacionadas às pessoas que vivem em seu interior e entorno, se apresenta como um grande desafio. Os conflitos, segregações, deslocamentos da população local e o estabelecimento de um relacionamento social difícil, apresentam-se como regra na maioria dos casos.

Nessa última expansão do Parque, ninguém recebeu nada ainda, só isso é uma agressão. Eu costumo dizer que não somos nós que estamos perto do parque, é o parque que está perto da gente, nós chegamos primeiro. O que aconteceu, a parte nova que nós estamos falando, acho que se trata de umas trinta mil famílias (30.000) aí dentro, tem sítio de uns cento e quarenta anos (140), vem de avô, do bisavô, não é fácil sair. Fala por aí até que o último incêndio de dois anos atrás é retaliação. Aparecia o fogo aqui, apagava e logo aparecia outro ali, apagava e aparecia outro. O pessoal que não estava satisfeito, falava que era retaliação. *Mais* foi um jeito na cabeça deles pra dizer que não estava satisfeito. (morador D, filho de ex-garimpeiro, proprietário de estabelecimento, entrevista, fev./19).

Depois que criou o parque em mil novecentos e sessenta e um (1961), num foi na época que acabou o garimpo, demorou um pouco. Foi assim, continuou mais o cristal acabou não dando em nada, aí lá para os meados de setenta (1970), *começô* a lasca (cristal pequeno), como essas aqui, ó (detalhe na Figura 29), daqui ia pra Cristalina e depois para o Rio. Aí quando a área virou Parque de vez, não podia mais *trabaia*, muita gente foi embora. Isso foi até o começo dos anos noventa (1990), depois veio o turismo. (morador F, ex-garimpeiro, prestador de serviços, entrevista, fev./19).

Figura 29 - Lascas de cristais de quartzo



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Para Bensusan (2014), a adoção de modelos de conservação, que tem como premissa a ideia de exclusão, pode trazer em casos específicos, danos à manutenção da biodiversidade, uma vez que a perturbação antrópica dos ecossistemas, segundo a autora, é muitas vezes necessária para a manutenção da diversidade biológica, como caso de queimadas intermitentes ou manejo ativo do fogo, utilizado por populações indígenas há séculos.

Segundo Capra (2006), a crise ambiental é oriunda de uma crise de percepção, principalmente quando a base do pensamento da proteção ambiental se estabelece a partir de uma análise fragmentada das questões ambientais, que leva a impossibilidade de entendimento da complexidade das ações envolvidas. Dessa forma, tal ponderação pode ser estendida aos conflitos decorrentes dos esforços predominantes de preservação/conservação e o estabelecimento de áreas protegidas.

Essa análise cartesiana e fragmentada produz concepções simplificadas de caráter reducionista, conforme Penteado e Fortunato (2013), em detrimento de uma postura mais ampla que postula uma “revolução via mudança de visão de mundo na ciência e na sociedade” (CAPRA, 2006, p.23).

Assim, a complexidade ambiental segundo Leff (2009), leva a uma nova forma de aprender o mundo, em função de uma reavaliação do conhecimento desde o ser do mundo e do ser no mundo, uma nova visão, uma transformação do conhecimento, do saber que segundo o autor, constitui o ser, portanto se trata de uma desconstrução do conhecimento linear, unitário do questionamento das certezas categorizadas, homogeneizadas e pouco sustentáveis na busca de novos significados e percepções. Significa repensar a produção e o processo econômico, estabelecido pelo padrão de desenvolvimento determinado pela globalização econômica e pela produção de larga escala, como no caso da cultura do milho, de acordo com a Figura 30, representante desse processo na Chapada dos Veadeiros, imediações do PNCV.

Figura 30 - Vista parcial de plantação de milho (Chapada dos Veadeiros)



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Prementemente se faz, dessa forma, o entendimento da natureza além da métrica econômica e que envolve questões que afetam a qualidade de vida e o respeito a todos os seres vivos.

Segundo Capra (2006), o problema reside no fato de que as instituições humanas se estruturaram a partir de uma visão de mundo ultrapassada e que requerem profundas mudanças nos valores e forma de pensar. Estrutura-se o conhecimento em saberes desconexos, compartimentados; a construção do pensamento é construída a partir de fragmentos isolados, assim o homem acaba em desacordo com o meio.

Dentro dessa perspectiva, chama atenção ao acessar a portaria principal do PNCV, uma inscrição no muro lateral direito com a frase “No meio do caminho tinha uma pedra e essa pedra era um quartzo rosa gigante com um parque que vivia em cima dela”, conforme Figura 31. Observa-se, assim, a ausência das pessoas que viviam no lugar e que passavam por esses caminhos à busca do quartzo rosa que lhes garantia o meio de vida, e que para garantir o seu sustento precisavam ir às profundezas do chão (catas). Para encontrá-lo, pondo em risco, muitas vezes, a própria vida, conforme relato de muitos dos garimpeiros, hoje condutores de visitantes, quando em suas passagens nas conduções pelas trilhas do Parque, que um dia foram seus pontos de mina.

Figura 31 - Vista parcial do muro de entrada do PNCV



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Acrescenta-se também a essa problemática, por muitas vezes, a métrica do pensamento paradigmático concreto, direcionado ao acúmulo de riqueza que afasta da subjetividade e da sensibilidade, conforme Mafessoli (1998). Esse racionalismo materialista destrói a correspondência com as coisas naturais ou sociais, o mote é a competitividade e a ambição pessoal.

O consumismo, que é o consumo em excesso, demanda a exploração dos bens naturais também em excesso e faz parte de uma visão de mundo originada na crença de que os valores maiores da humanidade estão no consumo e na busca da satisfação pessoal. Para Capra (2006), entender a interdependência entre tudo e todos, significa entender as relações, para o autor uma comunidade humana sustentável compreende a múltiplas relações existentes, seja entre os seus membros, como também com outros seres vivos.

Nesse aspecto, um processo ecológico se diferencia de um processo econômico na medida em que esse último, conforme Capra (2006, p.232) “é linear, extraem recursos, transformam-nos em produtos e em resíduos, e vendem os produtos a consumidores, que descartam ainda mais resíduos depois de ter consumido os produtos”, já o processo ecológico é cíclico, uma vez que Capra (2006), descreve a situação afirmando que todos os membros de um ecossistema produzem resíduos que são aproveitados por outros e que ao final do ciclo, todo o sistema fica livre de resíduos, portanto, como sistema aberto todos beneficiam a todos.

Conforme o autor acima citado, o sucesso de uma comunidade ecológica reside na interdependência em que todos de alguma forma dependem de todos. O grande desafio a partir desse pensamento é criar e manter formas de vida, economias e tecnologias que não afetem a capacidade inerente da natureza de manter a vida.

Morin (2003) ao indagar sobre as condições para um mundo sustentável o concebe apenas a partir da percepção complexa, base de uma reforma de pensamento. Para Capra (2006), a crise ambiental, que se deriva também das instituições sociais, são estabelecidas a partir de uma visão de mundo obsoleta e que demanda novas formas de compreender os fenômenos. Compreender o que é a vida.

Buscar uma definição do que é a vida, não é tarefa fácil, uma vez que ao procurar uma explicação, encontra-se variadas percepções, contudo, quando se busca resposta na ciência, a pergunta se traduz em quais são as características dos seres vivos. A primeira delas consiste no fato de que os seres vivos se organizam em células, mas ainda não é o suficiente para uma definição da vida, uma vez que sem o inter-relacionamento entre as células e sem processo metabólico, tratando-se que elas fazem parte do todo, sendo elas mesmas em si, um todo específico, não esclarece em definitivo o que é a vida, mas percebe-se que esse sistema metabólico é capaz de desempenhar todas as funções de um organismo e faz parte de todos os organismos vivos (CAPRA, 2006).

Portanto, esse sistema se alimenta e sustenta a si mesmo em uma cadeia de reações no seu interior, porém separado do seu meio por uma membrana, ou seja, em um sistema aberto, mas operacionalmente fechado. Trata-se do modelo de autopoiese (autocriação) descrito por Maturana e Varela, segundo Capra (2006). Para Maturana e Varela (2005), os seres vivos se caracterizam por produzirem de modo contínuo a si mesmos, fato proporcionado por certas relações formando uma organização e que, portanto, crescem e evoluem de forma conjunta. Por outro lado, ao estudar o sistema nervoso humano, concluíram que o processo de cognição é um processo biológico em que as células “aprendem” a partir de cada mudança ocorrida nas suas relações, a ponto de afirmarem que sistemas vivos são sistemas intelectivos.

Para Capra (2006), uma visão sistêmica da vida leva em consideração o todo das interações entre os constituintes de um organismo. Como visto, a vida provém de um conjunto de relações organizadas, que somadas dão origem a uma organização e justamente essa conformação é que dá nexo as interações em um conjunto de redes.

O pensamento sistêmico esclarece que a organização em redes é um padrão dos organismos vivos, através da autopoiese organizado por um processo cognitivo em que “o cérebro não é, naturalmente, a única estrutura por meio da qual a cognição opera” (CAPRA,

2006, p.146), ou seja, os organismos mais simples são capazes de percepção, por consequência de cognição. Não é preciso ter cérebro para ter mente e não envolve necessariamente o pensar, e por essas características, um sistema vivo é ao mesmo tempo estruturalmente aberto, pelas suas relações e organizacionalmente fechado em uma estrutura dissipativa. Dessa forma, as perturbações ambientais, “estímulos do meio”, são oportunidades naturais de aprendizagem.

Uma vez posto isso, se faz necessário extrapolar o pensamento de auto-organização para esferas maiores. Segundo Capra (2006) coube ao químico James Lovelock, a partir de estudos relativos ao desenvolvimento de equipamentos de vida no planeta Marte, ponderar que todos os seres vivos extraem energia e matéria, ao mesmo tempo em que descartam resíduos, e que se trata da mais geral característica da vida identificável, e em consequência disso, propôs que a vida poderia ser detectada ao analisar condições químicas do planeta. Segundo ele, no caso de Marte, a atmosfera se encontra em perfeito equilíbrio químico e no caso da terra não. Dessa forma, percebeu que a vida seria responsável por esse fato, sendo que a atmosfera consiste em um sistema aberto, com fluxo constante.

Ao perceber a profundidade dessa concepção, James Lovelock juntamente com a bióloga Lynn Margulis, apresentaram a teoria de Gaia que propõe que diversas formas de vida na Terra cooperam para estabelecer as condições de existência e manutenção da vida no planeta, assim, Gaia consiste em um sistema vivo, auto organizador e regulador, que se constitui em um sistema que é a própria vida.

Segundo Capra (2005), é possível entender a vida em sociedade também como sistema ou redes. Para ele, as redes nas sociedades humanas são redes de comunicação, que formam uma dinâmica em que, cada mensagem cria pensamentos e significados simbólicos, que gera mais comunicação.

A formação de círculos de comunicação interligados produz um sistema de crenças e valores que são compartilhados mutuamente e que se transformam no que se chama de cultura. Conforme Capra (2005), esse sistema é retroalimentado por mais comunicação, que por sua vez gera identidade e características de uma rede social, que gera regras e normas comportamentais, realimentadas mais uma vez por mais comunicação, portanto, “são produzidos e continuamente reforçados por sua própria rede de comunicação” (CAPRA, 2005, p.105). Esse processo cria por outro lado a forma como vê-se o mundo, como formula-se as ideais.

Todas essas ideias se baseiam na concepção de sistemas como redes em todos os níveis, por conseguinte redes dentro de redes, tanto quando se fala de um organismo parte da

biodiversidade, ou dos ecossistemas e biomas, ou quando se trata da sociedade que se torna dessa forma, essencial na ecologia e na vida em que a parte é um todo, e não se analisa o todo sem a parte.

Nessa direção, Morin (2005) estabelece que a complexidade implica em reflexão e consciência, uma vez que se coloca como método, e portanto organizador da teoria. Assim é preciso conceber no campo teórico/prático que o ser humano é parte do todo, ecossistemáticos, parte do bioma e da natureza enquanto casa de todos. A questão ambiental vai além dos fenômenos ligados a uma espécie animal ou vegetal, ou até mesmo a coleção deles em um dado lugar, se trata de olhar e perceber além dos fenômenos específicos para se entender as conexões e relações existentes.

O ambiente é mais do que um conjunto de unidades ecológicas, se trata da conexão de todas as coisas com vida e sem vida dentro de um contexto que associa a ciência ao mundo vivido, que pode ser comprovado pela fala da moradora E. “Eu tenho um sentimento de pertencimento, São Jorge representa para mim uma satisfação, representa minha vida”. (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista, nov./18).

Para tanto é preciso estabelecer um novo pensamento sistemático/complexo

O grande impacto que adveio com a ciência do século XX foi à percepção de que os sistemas não podem ser entendidos pela análise. As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do todo mais amplo. Desse modo, a relação entre as partes e o todo foi revertida. Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do todo. Em consequência disso, o pensamento sistêmico concentra-se não em blocos de construção básicos, mas em princípios de organização básicos. O pensamento sistêmico é “contextual”, o que é o oposto do pensamento analítico. A análise significa isolar alguma coisa a fim de entendê-la; o pensamento sistêmico significa colocá-la no contexto de um todo mais amplo (CAPRA, 2006, p.41).

Essa concepção é confirmada por Leff (2003), uma vez que para ele a construção de uma nova reflexão sobre a natureza se faz a partir da mudança do pensamento, da mentalidade e da transformação do conhecimento para alcançar uma nova racionalidade que não prescinda de uma análise de ordem “ontológica, ética e política que permita reorientar as ações sociais-individuais e coletivas para construir o mundo na imanência da vida” (LEFF, 2016, p.174).

3.4 REFLEXÕES SOBRE O HOMEM E A NATUREZA

As questões ambientais estão diretamente ligadas às formas de se ver o mundo, na qual se contempla as evidências da dependência mútua necessária a manutenção da vida por

um lado, como já visto anteriormente, e por outro as consequências do modelo estabelecido pelo homem iniciado principalmente pela Revolução Industrial e fomentado pelo aprimoramento tecnológico, que ao lado de uma estrutura econômica e social, baseada no consumo em larga escala, tem provocado exaustão dos bens naturais.

A organização capitalista que impulsiona o consumo estrutura-se em torno da produção de lucro e não de satisfação das necessidades. Foladori (1999) afirma que a busca do lucro ilimitado gera também ilimitada poluição e depredação ambiental.

Assim, o processo econômico fundado na natureza como causa da riqueza aumenta a pressão sobre os ecossistemas, gerando incapacidade de manutenção e fornecimento de insumos que garantem a vida. Beck (2011), quando discute a produção de riscos, afirma que aquilo que não pode ser previsto e não pode ser evitado, entretanto, não se trata de um problema ignobil, trata-se de uma ameaça já percebida, como por exemplo, diminuição da biodiversidade via aquecimento global ou problemas de sustentabilidade dos ecossistemas, e que, portanto, se constituem em risco à manutenção da vida.

Nesse cenário, a criação de Unidades de Conservação de uso restrito ou não, se trata em última análise, de um paliativo frente ao desafio estrutural e sistêmico desencadeado pela exploração da natureza, causado pela racionalidade econômica vigente que promove insustentabilidade ambiental sistêmica em uma estrutura de produção de risco à vida que só pode ser tratada de maneira também sistêmica, em que implica em uma profunda reflexão que leve a mudança da sociedade, substituindo os atuais modelos econômicos e produtivos utilizados, apesar de que o homem, segundo Leff (2006) continua a subestimar os impactos de sua ocupação em relação ao planeta.

Para Srour (2000), ética é justamente a reflexão dos princípios que norteiam toda e qualquer ação. Dessa forma, a ética se faz necessária nas práticas mais corriqueiras às mais complexas, do julgamento entre o que se pode, se quer, ou se deve fazer; se trata das tomadas de decisão, sejam individuais ou de caráter social. Assim se estabelece referenciais éticos que se estendem desde o caráter individual até aqueles que envolvem as relações entre os povos no mundo todo. Esses referenciais são um resumo dos valores estabelecidos em uma sociedade, fruto de uma análise que pode variar no tempo e na história.

Para Vazquez (2003, p.21), em relação à ética,

Não lhe corresponde formular juízos de valor sobre a prática moral de outras sociedades, ou de outras épocas, em nome de uma moral absoluta e universal, mas deve antes, explicar a razão de ser desta pluralidade e das mudanças de moral; isto é, deve esclarecer o fato de os homens terem recorrido a práticas morais e até opostas.

Necessário se faz esclarecer que para o autor, bem como para Srour (2000), a moral é o conjunto de normas e valores pelas quais as relações se regulamentam, sejam essas individuais ou entre indivíduos ou grupos, de tal forma que essas referências com características históricas e sócias são acatadas livremente através de uma construção social.

Dessa forma, a natureza é o “*locus*” em que o ser humano realiza ações de produção, isto é, a humanidade se constrói em constante relação com o meio ambiente, o homem pertence à natureza, a ela está ligado pela sua origem e pelo seu destino. Interessa nessa altura então, entender que se a ética trata das ponderações sobre as convicções, conceitos, ideias e juízos construídos pelas relações do homem em sociedade, também ele mesmo forma uma determinada opinião, seja empírica ou científica, do que é natureza. Essa opinião criada, portanto artificial, forma a base da qual o homem estrutura todas as suas relações, do material, ao espiritual.

Nessa direção, ao longo da relação homem/natureza, diversas concepções, como demonstrado anteriormente, foram construídas, desde uma visão mística, passando por ideia de dominação e separação, conforme Pessoa e Barreto (2015), até a modernidade marcada pelo pensamento cartesiano de fundo utilitarista e antropocêntrico; nessa visão a natureza se trata apenas de um “recurso” a ser aproveitado, visando o bem estar humano.

Em face da necessidade de dimensionar valores e princípios em função da crise ambiental, por conseguinte os modelos de proteção, é preciso redefinir a reflexão sobre a relação homem/natureza, ao que Boff (2000) afirma, vive-se a crise do projeto humano em que a degradação acelerada da maioria empobrecida da humanidade, a degradação ecológica e a violência, são evidências do colapso do modelo vigente e que não amparam mais os anseios e necessidades da humanidade.

Nesse sentido, para Leff (2006), a racionalidade econômica e tecnológica é responsável pela degradação socioambiental, causa predominante da crise ambiental. Ainda segundo o próprio Leff (2009), se faz necessário uma racionalidade produtiva alternativa para substituir os modelos que sustentam a racionalidade econômica dominante. Trata-se de um novo paradigma, de um rearranjo das estruturas do conhecimento que levem ao redirecionamento para uma racionalidade ambiental que busque a transformação de conceitos amparados, ainda, segundo o autor, em uma racionalidade produtiva fundada no potencial ecológico do ambiente. Dessa forma, a criação de uma ética ambiental que questione o positivismo e o tecnocentrismo.

Apesar da ciência até hoje ter focado seus esforços no domínio e no distanciamento da natureza, a urgência da reflexão ambiental trouxe a necessidade de se repensar os trajetos da

modernidade. Para Pellizzoli (1999), nesse caso, se impõe mudanças comportamentais que vão de novas formas de interpretações à novas concepções ou maneiras de pensar e agir em relação a natureza, que devem possuir caráter e abrangência holísticas. De acordo com Boff (1999), trata- se da ética do cuidado, fruto do repensar o conhecimento, das modificações de valores e condutas, inclusive de forma mais pragmática através dos hábitos de consumo.

Desse modo, a racionalidade ambiental se estabelece a partir de uma nova sustentação ética que resulte em “comportamentos humanos em harmonia com a natureza; em princípios de uma vida democrática e em valores culturais que dão sentido à existência humana” (LEFF, 2001, p.85), sendo que esses pressupostos devem levar ao estabelecimento de uma nova ordem social e econômica, bem como a transformação dos alicerces do poder, criando uma racionalidade social e a ambiental alternativa.

Para Boff (2003), a ética e as morais devem estar a serviço da vida, ao convívio humano e também a proteção ambiental, que consiste em um sistema de valores que orienta a vida e que reivindica, portanto, o sentido mais amplo da existência. Essa cosmovisão busca superar as fronteiras da visão estritamente antropocêntrica, propondo uma nova leitura ética, ou seja, a ética da natureza. Segundo Molinaro (2006), à natureza se atribuí relevância moral capaz de justificar uma ação em seu benefício, já que o equilíbrio natural é de interesse humano. Portanto, a ética da natureza confere ao ser humano responsabilidades em relação ao ambiente.

Para Leff (2001), a ética ambiental propõe um sistema de valores associado a um entendimento produtivo alternativo, traduzindo os valores ambientais em novas práticas. Esses novos valores ambientais surgem contra a cultura do poder estabelecido, segundo o autor, na razão tecnológica e nos fundamentos da economia globalizada, uma vez que todo o sistema econômico e social é construído pelos pressupostos éticos, sejam eles instintivos, sejam frutos da construção cultural ou como princípios morais intrínsecos do ser humano.

Por certo, o centro da discussão em que consiste a crise ambiental e de proteção da natureza, não pode estar focado em aspectos fragmentados, externos, bem como na evolução das sociedades como justificativa, uma vez que, segundo Trevisol (2003), não é a natureza que estabelece a desarmonia, mas sim a sociedade.

3.5 A REDENÇÃO DO TODO: BASE PARA NOVOS CAMINHOS DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

Na busca de uma sustentação teórico filosófica, para fundamentar uma nova relação homem/natureza e que reverta a ruptura estabelecida, é preciso, conforme Leff (2001), um novo paradigma em que prevaleça uma visão do todo e tenha como objetivo o bem estar pessoal e coletivo.

Para tanto, a ecologia profunda se mostra como esteio de uma nova abordagem e se constitui importante ponto de partida. Caracterizada por Capra (2006) principalmente em dois aspectos: o primeiro pela análise da interdependência de todos os fenômenos em que se utiliza para descrevê-los os termos “holísticos” ou por vezes “ecológicos”, e o segundo pela elaboração de questionamentos de extrema relevância a respeito do relacionamento homem-natureza em todos os seus aspectos, inclusive do homem consigo mesmo e com as gerações futuras, indaga portanto, as complexas relações da vida. Importante é o fato de que a ecologia profunda, segundo ele, não segregá os diversos componentes do mundo do meio natural, “se trata de uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes” (CAPRA, 2006, p.26).

Na esteira da ecologia profunda, segundo Capra (2006), se arquitetou outras duas escolas filosóficas de ecologia: a ecologia social e o ecofeminismo, que segundo análise do autor, se tratam de abordagens complementares do paradigma ecológico atual, uma vez que a ecologia social, tanto quanto o ecofeminismo, encontram sustentação calcada na crítica a dominação, seja através do patriarcado, capitalismo ou racismo, como protótipos, ou como toda e qualquer forma de exploração que encontra similaridade com a exploração da natureza. Assim também devem fazer parte de toda mudança paradigmática, os aspectos ligados aos padrões construídos pela sociedade e que são responsáveis pela crise ambiental.

Essa perspectiva aborda e questiona velhos preceitos materialistas, o modo de vida moderno consumista, bem como as concepções científicas que as sustentam, e sobretudo uma reflexão sobre o relacionamento homem-sociedade-natureza, inclusive com interface entre essa geração e gerações futuras.

Em se tratando de mudança, uma nova relação se estabelece através de outro conceito de ecologia como arquétipo que leve a uma nova forma de vida que busca sustentabilidade de maneira mais ampla e geral, que religa ecologia, economia e sociedade. Capra (2006), afirma que a ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos. Assim, uma visão de proteção ambiental, seja na forma de áreas restritas ou de uso sustentável, necessita

estar fundada em perspectivas holísticas com viés multi e transdisciplinar, inclusive em conexão com os saberes tradicionais e as populações locais.

Segundo Pimbert e Prety (2000), o modelo positivista, até agora em vigor tem características tão envolventes que acabam por dificultar a concepção de outras possibilidades para descrever o mundo, uma vez que a visão reducionista não considera os fenômenos de forma complexa e mutável em relação às ações de proteção e sustentabilidade. De acordo com os autores, nessa forma de pensar, a verdade se encontra encoberta envolta em um mundo feito através de pessoas.

Para Leff (2001), é preciso transpor o pensamento ecológico como algo apartado do ser humano, incluindo outras preocupações como a erradicação da pobreza, atenção às necessidades básicas da população local, qualidade de vida, a diminuição da concentração de poder, preservação dos modos de vida e gestão co-participativa das Unidades de Conservação.

Assim, uma rationalidade, de fato ambiental, precisa ir além das soluções técnicas para a proteção ambiental e se colocar em um todo complexo que reconheça outros saberes como interdependentes, se desvincular da rationalidade técnica, mecanicista e instrumental. Gerando mudanças de pensamento, conhecimento e prática para permitir a construção de um novo saber em que, a vida se configura de forma sistêmica.

Dessa forma, segundo Capra (2005), mesmo que se formule questões mais profundas em relação às problemáticas ambientais e por consequência a proteção da natureza, e para que isso leve a um estilo de vida de fato ecológico, se faz necessário abordar também “os padrões culturais de organização social que produziram a atual crise ecológica” (CAPRA, 2005, p.26).

É preciso trazer à tona as dinâmicas sociais, no caso desse trabalho no interior e no entorno de áreas a serem destinadas a proteção ou em Unidades de Conservação já instaladas. Por esse caminho e por uma nova direção, se faz necessária a inclusão da população local no processo de conservação, em que pese como fundamento de trabalho de proteção, a preservação também à diversidade cultural e as necessidades sociais das comunidades humanas envolvidas.

A participação da população local no processo de gestão de Unidades de Conservação é também profundamente ligada à sustentabilidade social e assim, para uma visão mais ampla, é preciso que essas pessoas não só façam parte do processo de implantação das Unidades de Conservação, mesmo de uso restrito, como também delas participem efetivamente. Para Arruda (2000), a inclusão de seguimentos culturalmente diferenciados é crucial para o sucesso do esforço de conservação da natureza, bem como sua participação na construção de um

modelo político do qual também sejam beneficiados, conforme a fala da moradora E e do morador D.

Eu não tenho uma relação boa, falo por mim. Não tenho confiança. O turismo começou a partir de uma reportagem na televisão falando da invasão da área do Parque por criadores de gado. Passou em 1988, aí começou a vir gente para ver as belezas! Foi algo natural, num foi planejado por ninguém (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista, out./2018).

Depois é que fizeram o curso de guia, foi um diretor do parque, chamava Dr. Adílio que propôs o primeiro curso de guia, trouxeram gente de São Paulo. (morador D, filho de garimpeiro, proprietário de estabelecimento, entrevista fev./19).

A criação do PNCV, como já mencionado, se deu em uma área anteriormente ocupada e que servia a reprodução do modo de vida de uma população específica, um conjunto de atores sociais que ocupavam o espaço. Conforme Becker e Santos (2007), é o espaço usado pelas atividades, que também é espaço com identidade, que trata do fundamento do trabalho e do exercício da vida.

A Vila de São Jorge, além do mais, também se constituía em um modelo marginal de uso do espaço, na medida em que as pessoas se estabeleceram no local fruto de uma onda migratória excludente e segregadora, que se manifestava através da precarização da posse da terra e do trabalho extrativista mineral, como se denota nos relatos dos moradores a seguir

Sou daqui, mas os primeiros vieram de fora, a maioria da Bahia como o meu pai, aqui era uma currutela de garimpo e o meu pai era garimpeiro. (morador D, filho de garimpeiro, proprietário de estabelecimento, entrevista fev./19).

Tinha o Antônio velho, era garimpeiro, ele também era da Bahia, tinha até *birimbau*. Lembro *nóis* trabalhávamos na Fianeira, era mais fácil conseguir as lascas do cristal lá (moradora A, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista fev./2019).

Nóis ia para o garimpo, *nóis trabaíava* no Pedrão, na Santana, tinha o patrão, dono do garimpo, *nóis chamava* meia-praça porque *trabaíava* da renda do cristal e quando acabou a lasca fomos pegar as fraguias (cristal bem pequeno), aí vendia por quilo, vendia 200 a 300 quilos do produto, hoje parou de tudo (morador F, ex-garimpeiro, prestador de serviço, entrevista fev./2019).

A desigualdade brasileira tem raízes profundas, recorrentes da concentração de capital, que por sua vez se comunica diretamente com a distribuição de renda e de riqueza. Conforme Singer (2000), o capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e o trabalho são mercadorias apropriadas; o processo capitalista, de forma sistemática e repetitiva, leva a acumulação da riqueza, como já visto, que por sua vez, amplia as desigualdades, que ao se reproduzirem geram, conforme Asseburg e Gaiger (2007), pobreza, exclusão e vulnerabilidade social. Portanto, o modelo econômico vigente, historicamente estabelecido, é

excludente e reproduz uma lógica econômica que resultou na crise ambiental e social conforme (LEFF, 2010).

A crise socioambiental edificada por uma relação com a natureza através da lógica capitalista, em que a natureza se estabelece como sustentação de aumento de recursos, que se transformam em capital, é que trouxe todo um conjunto de problemas que prevaleceram e dão forma a organização social e econômica vigentes. Todas as coisas passam a fazer parte de um sistema de valor monetário sujeitos somente a lógica de mercado. Para Leff (2010, p.49) “a natureza se reconverte na forma econômica e sofre a interferência da tecnologia; o mundo se coisifica”.

O processo de dominação e exploração, engendrado na modernidade, provoca desequilíbrio ecológico, destruição dos ecossistemas, degradação ambiental, pobreza e desigualdade social, além de colocar em risco a vida de futuras gerações.

A criação de Unidades de Conservação, nesse contexto, como estratégia de mitigação dos efeitos nocivos causados pelo processo econômico, principalmente sobre a biodiversidade como no caso do PNCV, que ao mesmo tempo protegeu, colocou em risco aqueles que já eram atingidos pelos danos do processo econômico, fragilizados pela pobreza extrema e expostos aos riscos potencializados pela sua vulnerabilidade social.

Aqui tudo era difícil e pra *comê* um quilo de carne aqui... meu amigo, *huuum*, dava *trabaio*. Quando ouvia alguém batendo uma taubinha (cortando a carne de caça), a gente falava, fulano hoje vai passar bem. No mais era *trabaiá* no garimpo pra *podê comprá* o de *comê*. Quem tinha nome comprava pra depois *pagá*, quem num tinha... (morador F, ex-garimpeiro, prestador de serviço, entrevista fev./2019).

O questionamento dessa racionalidade econômica deve ser acompanhado também pelo questionamento dos saberes e conhecimentos que deram suporte teórico e de meios instrumentais do processo civilizatório, (LEFF, 2001). Portanto, torna-se evidente que o conhecimento científico produzido proporcionou sustentação para a eficiência produtiva e os objetivos da dominação do capital, concomitantemente com o aumento da produção dentro da lógica de mercado em que o consumo, conforme Lipovetsky (2007), passou a ditar as regras.

Segundo Leff (2001), o saber ambiental precisa questionar a hegemônica racionalidade capitalista e científica como formas de dominação da natureza que se transformam em razão da alta produção e alta produtividade e que ao fim do processo resultam em ações destrutivas, o exemplo não está muito longe da localidade, alguns quilômetros da Unidade, em São João da Aliança, onde se situa o portal da Chapada, encontram-se propriedades agrícolas que se dedicam à produção de sementes de novas

variedades de plantas. O cerrado converteu-se em vastos campos experimentais da agricultura dita moderna, com todos os ônus que isso acarreta, como se observa na Figura 32.

Figura 32 - Lavoura de soja na Chapada dos Veadeiros



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Se o consumo para o processo econômico representa a satisfação de necessidades, para a natureza representa o saque dos “ativos” ambientais, ou seja, o uso dos bens naturais que muitas vezes comprometem os limites ambientais e estabelece um paradoxo, uma vez que o consumo alavanca o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que gera prejuízos ambientais em escalas catastróficas.

A crise ecológica é, sobretudo, uma crise de interação homem-natureza-sociedade e o reconhecimento do ser humano quanto ao seu lugar. As sociedades foram dominadas por um modelo de desenvolvimento que não percebe o todo natural.

Através da modernização científica e tecnológica, a perspectiva sistêmica, característica das sociedades tradicionais, foi substituída pela lógica produtiva especializada-fragmentada, por sua vez destrutiva. Para Capra (2006), o todo não pode ser analisado pelas partes, em que um sistema vivo só poderá ser entendido dentro de um contexto maior; como exemplo específico o Pato Mergulhão, que existe na Chapada, pois nas águas dos rios habita o Lambari, que só resiste em locais onde as águas são límpidas, puras, sem contaminações.

A crise ambiental também é uma crise da humanidade, uma vez que é premente que se reflita como o ser, enquanto sujeito, se posiciona frente à complexidade dentro de uma visão

mais ampla que perceba a conexão entre os variados saberes, evitando consequências negativas da desagregação estabelecida até hoje. Dessa forma, é preciso substituir o paradigma anterior e tradicional por um modelo com dimensões sistêmicas que compreendam o econômico, o social e o ambiental de forma integral e integrada.

Para Diegues (2000), é preciso construir comunidades e sociedades sustentáveis em contrapartida ao conceito de desenvolvimento sustentável cunhado pela lógica produtiva, que permitam de maneira mais específica e em função das diferenças de populações e comunidades, estabelecerem seus próprios padrões de produção e consumo a partir de sua cultura, dinâmica de formação histórica e de sua relação com a natureza em que são efetivamente sujeitos e não objetos de desenvolvimento.

Portanto, o modelo de criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação, não deve reproduzir a lógica de uma racionalidade desenvolvimentista e as centralidades geradas por um modelo que não possibilita a distribuição equitativa dos bens naturais, a participação das comunidades locais nas decisões e que por consequência não levam a um processo democraticamente justo e nem a satisfação de suas necessidades essenciais.

Assim não podemos dispensar o contextual, “uma vez que explicar coisas considerando o seu contexto significa explicá-las considerando o seu meio ambiente” (CAPRA, 2006, p.46). Nesse sentido é necessário levar em conta que o contextual possui especificidades que se constituem em padrões de relações que fazem parte de redes maiores. Salienta o próprio Capra (2006), que cada componente de uma rede ou sistema tem por função individual estar presente na produção e transformação de outros componentes da rede, e o homem faz parte desse emaranhado ao constituir-se, como um dos fios, que forma a totalidade.

Nessa perspectiva, é possível estabelecer uma correlação entre o protótipo tradicional de relacionamento com a natureza e as considerações de Leff (2009) e Capra (2006), como se observa no Quadro 7, seguinte:

Quadro 7 - Comparativo entre os fundamentos propostos pela racionalidade econômica, racionalidade ambiental de Leff e a percepção ecológica profunda de Capra

Racionalidade vigente	Racionalidade ambiental de Leff	Percepção ecológica profunda de Capra
Superexploração da natureza	Caracterizada por ritmos produtivos que levam em consideração a capacidade de resiliência dos ecossistemas	Interrelação e interdependência de todos os fenômenos ambientais, sociais e econômicos
Obtenção de lucro e acúmulo de capital por uma minoria	Distribuição uniforme dos benefícios obtidos dos processos produtivos	
Concentração de renda	Distribuição de renda equitativa	
Hiperconsumismo	Consumo para atender as condições que garantam qualidade de vida	
Exploração da mão de obra do trabalhador	Mão de obra em parceria com os processos produtivos	Todo sistema complexo é formado por partes, mas não podem ser subdivididos, caso aconteça, as partes se deformam
Mercados Globalizados	Mercados que atendam as demandas locais e regionais	
Desenvolvimento sustentado	Desenvolvimento sustentável	
Processos que agregam a máxima eficiência térmica e garantia da produtividade	Implementação de processos ecotecnológicos	
Desigualdades sociais	Equidades sociais	
Neoliberalismo Ambiental	Economia Ambiental	
Democracia representativa	Democracia participativa popular direta	
Fragmentação e disciplinarização das ciências	Interdisciplinaridade como solução para sistemas ambientais complexos	Homem ligado a laços de formação e informação a todas as coisas, tendência a integração
Orientada por processos quantitativos		

Processos poluidores	Processos que procuram ao máximo minimizar os impactos ao ambiente	Todo sistema complexo é formado por partes interligadas que não podem ser subdivididos, caso aconteça surgem deformações Não existe escala de inferioridade, tudo é importante. O que existe são funções distintas
----------------------	--	---

Fonte: PITANGA, (2015).

Interessa, portanto, entrelaçar o homem à complexa relação entre todos os elementos da natureza que garantam, dessa forma, a viabilidade ou sustentabilidade da vida. Significa constituir comunidades sustentáveis em que haja integração entre as Unidades de Conservação e seu esforço de proteção da natureza, com a preservação social, cultural e econômica das populações atingidas. É necessário que os diferentes atores estejam interconectados em um pensamento sistêmico que, repercute em ações práticas e que se torne, de fato, ecológico.

4 A VIDA E O SIGNIFICADO DA VIDA A PARTIR DE UMA VISÃO SISTEMÁTICA DE PROTEÇÃO DA NATUREZA

4.1 A INSTABILIDADE DO MUNDO INTEIRO E O DIREITO DE VIVER NA VILA DE SÃO JORGE

A criação de espaços ou territórios com finalidade de proteção da biodiversidade tem sido responsável pela desterritorialização de inúmeras populações locais, tradicionais ou não, que segundo Haesbaert (2002), diz respeito à perda de controle individual ou coletivo do território, sendo que em relação aos moradores da Vila de São Jorge tratou-se, principalmente, da limitação de acesso ao seu espaço historicamente ocupado.

Segundo Santos (2002), o território diz respeito ao chão usado e aos sentimentos que acompanham o pertencimento, ao passo que Zhouri e Oliveira (2005), ao analisarem as questões socioambientais envolvendo populações atingidas por grandes projetos, dizem que se trata da luta pelo espaço ocupado, pela reivindicação à apropriação material e simbólica da natureza que pode, ao mesmo tempo, se opor em imagens de riqueza e pobreza.

Para Little (2003), qualquer território é fruto de um processo histórico, social e político, que na maioria das vezes traz consigo a marca das desigualdades geradas pela economia de mercado. Vale ressaltar que esse processo leva a um esforço coletivo do grupo social, no caso desse trabalho, da comunidade da Vila de São Jorge, para usar e controlar o seu ambiente biofísico.

Em termos da criação do PNCV, o que aconteceu trata-se do processo de territorialização/desterritorialização que perpassa as pendências e controvérsias de caráter social e territorial entre a população local e os diversos agentes ligados à proteção ambiental, com preponderância daqueles financiados pelo Estado.

Assim, a racionalidade ambiental que deu origem às unidades de conservação como são conhecidas, reproduz uma lógica que não permite reconhecer a importância de outras formas de racionalidade. Conforme Leff (2001), a mesma lógica capitalista industrial que promove a separação homem/natureza, que leva a desterritorialização simbólica, e a diminuição do sentimento de pertencimento presentes também nos grandes empreendimentos agroindustriais ou em outros grandes projetos de caráter urbano-industrial, também se apresenta na concepção dos projetos voltados à proteção da natureza, mais especificamente no que diz respeito às Unidades de Conservação de Uso Restrito, como no caso do PNCV.

Esse fato pode ser elucidado no discurso dos moradores locais a cerca da proibição da atividade garimpeira, com a instalação da Unidade de Conservação.

Quando o Parque foi implantado de vez, muita gente foi embora, porque não tinha de onde tirar o sustento, ficaram apenas algumas famílias. Mesmo assim permaneceram aqui as mulheres e crianças, os homens foram garimpar em outras regiões e mandavam recurso quando podiam (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista fev./19).

Haesbaert (2002), assegura que, territorialização/desterritorialização/reterritorialização refere-se a um conjunto das diferentes formas de construção ou apropriação do espaço social em relação aos elementos de poder, os interesses de ordem econômica e financeiro ou as carências ecológicas, como no caso da construção de barragens que afetam populações indígenas, quilombolas ou rurais, que são obrigadas a se realocarem ou organizarem movimentos de resistência.

Portanto, o que acontece é um grande processo que atravessa uma disputa entre as populações locais e os vários agentes institucionalizados ou não, que se apropriam do espaço, a partir de variados argumentos que vão do produtivismo ao protecionismo, cada um com a sua lógica imanente que solicita a obtenção de todo arcabouço natural regional disponível, em detrimento das comunidades locais.

Essas comunidades, incluindo a Vila de São Jorge, têm em sua gênese, conforme Wanderley (1996), corroborado por Faria (1998), a prioridade dada ao latifúndio colonial e o avanço capitalista no campo. Mesmo que não houvesse necessidade de exclusão de outras formas de produção não especificamente capitalistas, essas populações tiveram o seu desenvolvimento obstruído, criando um contexto de marginalização, e por consequência a apropriação de espaços marginais, como no caso dos quilombolas e posseiros, os moradores dos arredores de Unidades de Conservação, em especial da Vila de São Jorge que passaram a garantir o seu sustento por meio de atividades de subsistência como a pecuária, policultura, extrativismo vegetal, caça, pesca e garimpagem, principalmente. E como vestígio de suas atividades também vão surgindo as marcas no ambiente, como se pode notar na Figura 33, a seguir.

Figura 33 - Vista parcial de Catas do garimpo no entorno do PNCV



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Esses modos de vida adaptados tinham a vegetação nativa, bem como os bens naturais, como parte de sua cosmovisão comunitária.

Eu morava em casa de palha, lá na roça tinha umas vaquinhas, galinha, porco. Meu pai tinha problema com bebida, quando ele vinha pra cidade ele vendia uma vaquinha pra despesa, um tanto do dinheiro ele bebia... Plantava seu feijão, seu arroz; não passei fome, mas foi difícil. Dava só para o gasto (moradora I, filha de ex-produtor rural, ex-extrativista, proprietária de estabelecimento, entrevista fev./19).

Constitui-se, portanto, em um *habitat* específico, conforme sugere Leff (2001), em que configura tanto a base física como espaço geográfico dos simbolismos e significados que estabelecem as identidades culturais e estilos étnicos, o habitar. De acordo com o autor, se trata da resultante dialética entre a espacialidade geográfica, organização ecológica e significados culturais e, sendo assim, diz respeito ao lugar de viver e se confronta com o conceito de natureza protegida excludente, ao contrário trata-se da conexão homem-natureza.

No caso de São Jorge, não se trata apenas de um espaço a ser ocupado, a Vila se confunde com a vida de seus moradores, como pode ser observado no relato a seguir.

Tinha gente nos antigamente, que nasceu aqui e morreu aqui sem conhecer Alto Paraíso. O mundo inteiro era São Jorge. Naquele tempo se ficasse doente tinha um velho muito entendido, o pai do Elpídio, ele dava o remédio, chá feito de plantas do cerrado. No tempo das chuvas, começava em setembro, num chegava nada aqui, num tinha açúcar, num tinha café. As pessoas iam dividindo umas com as outras,

cinquenta gramas aqui, cem gramas ali. Matavam um porco e davam um pedaço para os vizinhos. As vezes num tinha nada, naquele tempo passava muita fome. Num tinha dinheiro e num tinha o que comprar, aqui era um deserto, era o fim do mundo. A gente se virava com o que tinha aqui, como podia (moradora C, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista fev./2019)

Mesmo em face das necessidades e dificuldades, bem como da uniformização cultural produzida pelo capital globalizado que acarreta mudanças sociais, conforme Diegues (1996). Cada população deseja desenvolvimento conforme sua cultura e é necessário permitir que os habitantes de cada lugar tenham o “direito de decidir sobre as formas de vivenciar as suas territorialidades” (RUA, 2007, p.171).

Assim, não obstante a necessidade de proteção da biodiversidade, a criação de espaços estabelecidos pela racionalidade dominante pressupõe resistências no sentido de buscar uma organização e articulação entre a visão de mundo das populações locais e a realidade apresentada. Dessa forma, é preciso questionar as imposições institucionalizadas de diversas formas, em busca de novas territorialidades. Segundo Leff (2001), não se trata de compatibilizar conservação e desenvolvimento, mas pensar um desenvolvimento alternativo que integre natureza e cultura em um processo sustentável de fato.

Em São Jorge, até hoje, as ruas não são pavimentadas, em função da indisponibilidade por parte do poder público de tecnologias decapeamento ecológico, assim a população opta pela manutenção das ruas somente através do encascalhamento, conforme a Figura 34, a seguir.

Figura 34 - Vista parcial da Rua Cinco - Vila de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

4.2 OS ANTECEDENTES DO LUGAR E A MATERIALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

A proteção do meio ambiente, considerada em um sentido mais profundo e amplo, deve levar em consideração a universalização da sobrevivência digna para todos os seres, olhar com equidade, levando em consideração os mais vulneráveis; observar as relações sociais existentes considerando a necessidade efetiva de ações que sejam inclusivas, que busquem outros saberes.

De acordo com Leff (2001), é necessário fazer submergir novos conhecimentos, levando as pessoas a participarem na busca de alternativas para sanar necessidades a partir de uma reconstrução do mundo, uma nova concepção e novas formas de apropriação. Para Boff (2012), os conceitos básicos dessas premissas se encontram no respeito aos biomas e as necessidades de cada geração.

O tratamento que se deve dar à sustentabilidade, necessita de um aprofundamento dos questionamentos sobre as relações sociais, econômicas, culturais, ecológicas e homem-natureza, que se traduz em comunidade-natureza no caso em estudo. Para Mazzeto Silva (2012), sem a sustentabilidade local, a sustentabilidade global é uma abstração inútil, vazia e desterritorializada.

Dessa forma é factível estabelecer uma relação direta entre o esforço de proteção ambiental e proteção do lugar, concretizado nesse caso na comunidade da Vila de São Jorge, bem como no ponto central de uma nova racionalidade ou projeto alternativo à concepção de proteção ambiental engendrado pelo capital globalizado generalista, que segundo Leff (2001), busca ecologizar a economia.

Assim sendo, para se conceber uma nova visão de mundo, se contrapondo a onipresença da racionalidade econômica, é preciso passar pela valorização dos saberes locais apoiado em um conceito de sustentabilidade arraigado nos sentidos culturais locais, como parte da reorganização do mundo e dos paradigmas ecológicos, em uma diversificação do pensamento. Esse fato contraria a lógica racional da globalização, que continua a empenhar-se para totalizar e generalizar a compreensão da crise ambiental, no sentido de permitir a continuidade do processo de exploração dos bens naturais de acordo com o modelo de desenvolvimento que corresponde ao individualismo e consumismo.

Ao falar em sustentabilidade, nem sempre se encontra consenso, tampouco é possível equivaler desenvolvimento sustentável com sustentabilidade, dadas as inúmeras visões e

posições ideológicas. O termo sustentável significa, segundo Freitas (2007), o que se pode sustentar, mas também conservar, guardar, criar e permitir o crescimento.

Para Boff (2012), sustentabilidade diz respeito a toda ação necessária a sustentar todos os seres vivos, em especial a terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, com vistas a sua continuidade, preservar as necessidades de gerações presentes e futuras, de maneira que a natureza seja mantida e melhorada a sua capacidade de regeneração, reprodução e co-evolução. Nesse sentido, Herculano (1992) esclarece que sustentabilidade se refere à estabilidade, equilíbrio e interdependência entre os ecossistemas.

Assim, ao incluir o ser humano como parte integrante do conceito, é possível afirmar que a qualidade de vida das populações humanas também deve ser considerada, (DALLA ROSA, 2011). De modo que Jacobi (2003, p.195) afirma que “a noção de sustentabilidade implica, portanto, numa inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a premente ruptura com o atual padrão de desenvolvimento”.

O entendimento de desenvolvimento sustentável, que passa pela sustentabilidade, de acordo com Barreira Filho e Sampaio (2004), tem como elementos fundamentais o fato de ser socialmente justo, economicamente viável, no sentido de contribuir para melhor distribuição de renda, ser ecologicamente correto e, deve passar obrigatoriamente pelo desenvolvimento local e pela valorização das potencialidades das comunidades, bem como pela participação democrática da população, uma vez que são necessários “ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras” (CAPRA, 2006, p.24).

No caso em estudo, o esforço de proteção ambiental institucionalizado pelo Estado, via PNCV, não se levou em conta em seu projeto de criação e implantação, as necessidades econômicas, sociais e culturais da comunidade da Vila de São Jorge. A população não foi chamada a participar, nem fez parte do planejamento que a considerasse como parte existente da complexa necessidade de preservar a biodiversidade. A resiliente restauração da Vila se deu de forma espontânea e aleatória desde sua origem, decorrente do incêndio do acampamento do Garimpão e depois, do declínio da atividade garimpeira, ressurgiu com atividade turística, fruto de oportunidades criadas ao acaso e aproveitadas por ausência de opções, conforme o morador D abaixo:

O turismo aconteceu porque as pessoas vinham acampar nas corredeiras (Figura 35), era de barraca, aí fazia muito lixo. Muitas vezes carro atolava e eles cortavam uma árvore ou outra pra fazer de macaco. Acabaram fechando e não podiam mais acampar lá, aí eles tinham que acampar aqui. Começou então o *camping*, pousada e por aí. Em 1991, aí sim o pessoal do Parque trouxeram o curso de condutor de

visitante, foi bom (morador D, filho de ex-garimpeiro, proprietário de estabelecimento, entrevista fev./2019).

Figura 35 - Corredeiras do Rio Preto, PNCV



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

A participação da população é essencial para a formulação de políticas públicas de proteção da natureza, especialmente no que tange a criação de Unidades de Conservação, bem como em todo o processo de gestão, uma vez que é no lugar, nas comunidades diretamente atingidas, que se comprehende ou constata os efeitos das ações políticas e de administração das Unidades de Conservação.

Qualquer transformação ocorrida na dinâmica territorial, bem como no processo de gestão do ambiente institucionalizado, como no caso do PNCV, traz repercussões à comunidade da Vila de São Jorge, que vai da simples mudança de horário de funcionamento do Parque, a desobrigoriedade do acompanhamento dos condutores de visitantes nas trilhas do Parque, a partir de 2013, até situações mais importantes, como a concessão de serviços de uso público do PNCV repassados à iniciativa privada pelo ICMBio, concretizado em 18 de dezembro de 2018, sem a participação da comunidade.

A Vila de São Jorge é o *locus* da concretização das relações sociais que envolvem o processo de proteção da natureza. É o lugar mais diretamente impactado pelas repercussões oriundas do Parque, desde o princípio de sua criação até os dias atuais.

No entanto, é certo afirmar que a implantação do PNCV, uma vez que se tornou importante atrativo turístico, trouxe a médio e longo prazo, benefícios à Vila de São Jorge,

atendeu algumas necessidades e ofereceu melhoria da qualidade de vida, conforme o entendimento dos próprios moradores:

A gente não tinha nada, era abaixo da linha da pobreza, levantava de manhã e não tinha comida para comer, simples assim. Não tínhamos o entendimento de organização. Aconteceu por acaso. Acabou que ao longo do tempo trouxe vantagem, agora não tem volta (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista, nov./18).

Aí melhorou! Não tem outra atividade, o turismo foi uma mudança para melhor, trouxe oportunidade. Hoje todo mundo estuda, hoje tenho um café, um chalé no fundo do quintal, uma filha trabalha comigo aqui, outra em uma lojinha ali embaixo, constroem-se uma coisa aqui outra ali tudo voltado para o turismo. (morador D, filho de ex-garimpeiro, proprietário de estabelecimento, entrevista, fev./2019).

Conforme mencionado pelo entrevistado acima, sobre tudo em São Jorge ser voltado ao turismo, o crescimento imobiliário na Vila gira em torno das atividades relacionadas à prática turística, uma vez que a demanda por bens e serviços encontram-se em franca expansão, como mostra a Figura 36, abaixo.

Figura 36 - Reformas e adaptações particulares na Vila de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Porém, se faz necessário ponderar como prosseguir nesse processo, e ao mesmo tempo trazer reais avanços à população de São Jorge, em um contexto que traga a toda a comunidade melhoria da qualidade de vida. Conforme Arruda (2000), a simples transposição de modelos para o Brasil se mostra problemática, uma vez que os espaços a serem utilizados para fins de

proteção da natureza, no caso, quase sempre são espaços já habitados, portanto, existe uma necessidade de envolvimento local diferente. O desenvolvimento tem, portanto, a necessidade do aumento da participação da população.

Dessa forma é necessário elucidar o significado de desenvolvimento, uma vez que para efeito desse trabalho, não foi possível desvincular o termo das desigualdades e das injustiças sociais, sob pena de construir-se uma análise apenas fundamentada na visão econômica. Sachs (2007) alerta sobre a necessidade de o desenvolvimento ter finalidade social e prevalência ecológica. Para o autor, o desenvolvimento passa pela seguinte escala: “o social no comando, o ecológico enquanto restrição assumida e o econômico em seu papel instrumental” (SACHS, 2007, p.266).

Até agora sobrevivemos ainda com pouca pressão, vende quem quer, mas tá chegando o poder, nesse momento que eu não sei se as pessoas vão aguentar. O meu vizinho falou: que se der um milhão de Reais (R\$ 1.000.000,00), no meu terreno eu vendo! Tem gente que pede trezentos e cinquenta mil (R\$ 350.000,00) num terreno pequeno com uma casinha... Eu não sei como vai ficar, a gente vai ficando suprimido, tem o grande empreendimento do lado do seu. Eu não tenho dinheiro para isso, o meu é pequeno, familiar, com a minha cara. Como vai ser a concorrência com esse outro que tem muito? Eu fico pensando como vai ser, eu me preocupo muito (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista fev./2019).

Conforme entrevista da moradora E acima, a população se recente da sobrevalorização dos imóveis, que acarreta difícil acesso a moradia, aumento da segregação espacial, e um relevante ambiente de especulação imobiliária, que assusta os moradores locais, conforme se observa na Figura 37, logo abaixo.

Figura 37 - Anúncio de venda de propriedade particular no Distrito de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Segundo o exposto é preciso estar alerta às contradições que a visão de Sachs (2007) vislumbra, uma vez que enquanto as ações e preocupações de sustentabilidade dissociativas hierarquizadas avançam e incorporam inovações tecnológicas e sustentam, inclusive, a criação de áreas protegidas, verifica-se, conforme Foladore (2007), que questões como a má distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida de grande parte da população mundial ainda não foi resolvida.

Outrossim, o avanço do capital, paralelamente ao proporcional avanço da pobreza, provoca a inviabilidade da sustentabilidade ecológica ou as disparidades sistêmicas, uma vez que o acúmulo de capital, aumento de consumo e supervalorização dos bens naturais, não promovem o equilíbrio entre as variáveis social-ecológico-ambiental.

Para Foladore (2007), somente com a redução das forças de mercado é que se poderá proporcionar uma relação de equilíbrio entre sociedade e natureza. Leff (2001), por sua vez aponta que a existência de uma economia ecológica questiona a economia tradicional, baseada na escassez de recursos via acumulação capitalista, sendo que é justamente o crescimento econômico que destrói as condições ecológicas e culturais da sustentabilidade.

O mercado e o consumo, em todas as suas formas, não se constituem no alicerce fundamental da vida. A subsistência da vida só é possível quando se entender o valor intrínseco de todos os seres vivos e das estruturas inanimadas em uma completa coexistência. Para tanto, se faz necessário entender o problema ambiental e a implantação de Unidades de Conservação, considerando a existência da necessidade da manutenção da civilização humana no seu estado local e imediato e a importância das populações atingidas.

Cochester (2000) pondera que os planos de proteção de espécies e habitats naturais não prosperam adequadamente quando as dimensões locais são desprezadas. Nesse mesmo sentido, Pimbert e Pretty (2000) afirmam que sem a participação da população local, há pouca possibilidade de proteção à biodiversidade e chamam atenção ao fato de que os custos de manejo de áreas protegidas são muito altos quando a população local não está envolvida e colocam a Unidade de Conservação e a população local em frequentes situações antagônicas, uma vez que as necessidades de sobrevivência das pessoas continuam a existir, conforme discorre a moradora de São Jorge.

No começo era só garimpo, eu garimpei dez anos, meus filhos foram criados mais com o garimpo do que com a roça. Muitas vezes quando o jipinho do parque, IBDF, passava, *nóis* chuchava nas grotas! Tinha que esconder, nunca ninguém pegou, era para a sobrevivência, era prá comê, vivê, *nóis* vivia de contrabando, né (moradora G, ex-garimpeira, aposentada, entrevista nov./ 2018).

A participação precisa ser efetiva e que nos objetivos da sustentabilidade e conservação da diversidade, os processos de participação da população local sejam defendidos e incentivados por todos os agentes envolvidos no processo de implantação de áreas protegidas de caráter restrito, sob pena de se colocar em risco ao mesmo tempo os objetivos da proteção da natureza e as necessidades da comunidade local.

O processo de desenvolvimento convencional, em qualquer área, segundo Leff (2001), é direcionado pelo crescimento econômico e pelo progresso tecnológico, ao mesmo tempo em que privilegia-se o interesse privado, ao passo que Pimbert e Pretty (2000) afirmam que no centro dessa direção está a expropriação da população de seus direitos e na criação de uma falsa impressão de que as populações locais apoiam iniciativas vindas do exterior.

De acordo com Leff (2001), é preciso reconfigurar a cidadania e idealizar uma cultura de governança calcada nos direitos humanos, que se traduz nos direitos do ser, segundo o autor o direito de existir, consolidar e firmar uma cultura, reapropriar-se da sua relação com a natureza e cunhar um desenvolvimento sustentável.

Nessa direção, não é possível reconfigurar os direitos do ser numa ótica sustentável sem a participação da população, em um processo que ao menos parta da análise conjunta entre a comunidade local e os agentes institucionalizados de planos de ação, criação e fortalecimento de grupos locais de interesse comum, e que tenham condições de participar das decisões, bem como criar um sistema de iniciativas populares independente dos agentes oficiais que busquem resgatar e manter a identidade cultural, o modo de vida das pessoas da localidade. Assim organizações e entidades podem ser criadas com esse intuito, como a que se pode observar na Figura 38, adiante.

Figura 38 - Vista Parcial da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Segundo Pimbert e Pretty (2000), a participação da população precisa ser efetiva e interativa, de forma que se garanta à comunidade local processos contínuos de aprendizagem em relação à realidade que a envolve. Assim, a descentralização das decisões em torno da criação, implantação e gestão de áreas protegidas pelos comunitários, é uma barreira que precisa ser superada.

Apesar de o SNUC garantir que a administração das Unidades de Conservação seja participativa, que inclui a gestão compartilhada, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2015), muitas unidades ainda não conseguiram realizar consolidação territorial, não possuem plano de manejo e nem conselhos, considerando ainda que muitas unidades foram criadas sem ampla consulta e participação da população local, conforme preconiza o próprio SNUC. O PNCV, em seu processo de criação e implantação, repercutiu, segundo os moradores da Vila de São Jorge, essa lógica:

O Parque veio depois do garimpo do cristal de quartzo, as pessoas chegavam e acampavam em seus barracos de palha; ali onde era o Garimpão, ainda tinha vestígios, pés de manga... marca das pessoas. Depois por causa de um grande incêndio vieram para cá, onde nós estamos, chamava-se Baixa dos Garimpeiros. Eu levava comida para o meu pai no garimpo e não foram anos de felicidade, pois tiraram de nós a sobrevivência. Eles entendiam, quer dizer o IBDF, que os garimpeiros tinham que sair e muitos foram trabalhar longe, lá plantavam também, era nas Fiandeiras. Foi difícil a relação com a Unidade de Conservação. No garimpo também era muito desumano, porque tinham os donos do garimpo e os meia praça, que éramos nós. As vezes bamburrrava, quer dizer achava um veio muito grande, era como ganhar na mega sena, mas o dono do garimpo que ficava rico, não o meia praça, o trabalhador. Quando chegou uma época em que não podia mais garimpar mesmo, muitas pessoas foram embora, só ficou quem não tinha para onde ir, ficaram aqui na Vila as duras penas, umas dezessete famílias. Muitas vezes ficavam só as mulheres, os maridos saiam para trabalhar (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista nov./2018).

De acordo com Koury e Guimarães (2012), ao se estabelecer um parâmetro entre os vários modelos de áreas protegidas existentes no mundo e as Unidades de Conservação de proteção integral no Brasil, fica claro que o sistema de governança é centralizado no governo, em que, o mesmo, tem autoridade e responsabilidades de forma majoritária na gestão das Unidades de Conservação.

O mesmo estudo aponta que os desafios das Unidades de Conservação brasileiras são: orçamento insuficiente, uma vez que no Brasil, o Estado gasta US\$ 4,00/ha, a Costa Rica emprega US\$ 18,00/ha e os EUA, US\$ 78,00/ha; recomposição de quadro de servidores; consolidação territorial; vigilância e proteção; uso público; relação insuficiente entre a comunidade científica e seu diálogo com os conhecimentos tradicionais; e, aceitação da existência da Unidade de Conservação pelos seus atores locais.

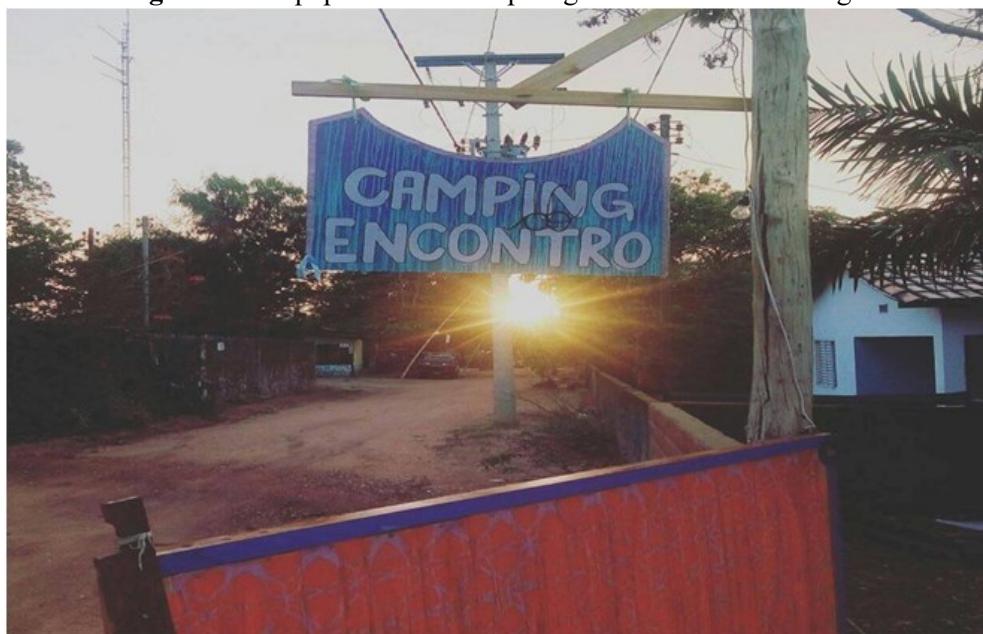
Dessa forma, todos os apontamentos listados acima deixam claro que o modelo de implantação/gestão das Unidades de Conservação está equivocado, sendo que os itens apontados são passíveis de solução, via participação da população local, bem como por uma governança compartilhada em que a autoridade administrativa passa pela responsabilidade conjunta com as próprias comunidades humanas envolvidas.

Entretanto, construir modelos de participação que alteram o centro de decisões e que levem em consideração que todos são fios de um intrincado sistema que passa pelo indivíduo, pelo lugar e pela sociedade, criando uma cosmovisão que aproxima o homem da natureza, não é fácil, requer tempo e variadas articulações.

Faz-se necessário então, conforme Gohn (2001), superar faccionismos e construir institucionalidades que correspondam à preservação e respeito também das identidades, pluralidades, saberes e experiências das populações locais. É preciso que se dê continuidade ao melhoramento do lugar, de modo que na relação específica entre o PNCV e a população local, a Vila de São Jorge se trata do único suporte espacial que lhes restou para viver e produzir.

A partir da premissa estabelecida acima, uma vez que a Vila de São Jorge se localiza estrategicamente na única via de acesso público ao Parque, tornou-se fundamental para visitação ao PNCV. Efetivamente coube a comunidade oferecer a infraestrutura básica de bens e serviços para atender as necessidades dos visitantes do parque, conforme ilustrado na Figura 39, a seguir.

Figura 39 - Equipamento de hospedagem na Vila de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Dessa forma, os moradores que anteriormente se atinham com atividades agrícolas e extrativistas passaram a estar cada vez mais envolvidos com as atividades turísticas, tanto como proprietários de estabelecimentos, bem como prestadores de serviços.

Inúmeras áreas no interior da Vila foram transformadas em acampamentos; casas, após reformas e adaptações passaram a ser utilizadas como restaurantes, lojas, pousadas, lanchonetes, bares; sem contar a edificação de inúmeros chalés para aluguel de temporada e pequenos e médios hotéis, equipamentos turísticos diversos, o que se visualiza na Figura 40.

Figura 40 - Vista Parcial de Pousada na Vila de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Portanto, o espaço subtraído, agora reterritorializado, a partir da atividade turística em função da crescente demanda pelo contato com a natureza das populações urbanas, passou a garantir novamente sustento e meio de vida à comunidade.

4.3 O ECOTURISMO E A REINVENÇÃO DO MODO DE VIDA DOS MORADORES DA VILA DE SÃO JORGE

O turismo como atividade, com inegável capacidade de transformação nos lugares onde é praticado, precisa ser analisado, assim como a proteção da natureza, de uma forma sistêmica, observando seus aspectos culturais, econômicos, históricos, sociais e ecológicos. Beni (2001), sinaliza que as variáveis que compõem o turismo se interage de forma tão

complexa com outras variáveis, que causa e efeito não podem ser separados, formam segundo o autor uma superestrutura, ou seja, um sistema multifacetado

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), “a prática turística constitui-se das atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora do seu ambiente natural por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios, ou outros objetivos” (OMT, 2003, p.18), e é apresentada de forma segmentada de vários tipos. Para Ignarra (1999) e Andrade (2000), pode subdividir em várias modalidades a saber: rural, cultural, histórico, étnico, religioso, artístico, ecológico, de aventura, de descanso, esportivo, gastronômico, de negócios e eventos, de saúde, de pesca e ecoturismo.

Cabe, portanto, as considerações nesse caso ao ecoturismo, sendo que a partir de 1980, com a definitiva implantação do PNCV, coincidindo com o crescimento das temáticas ambientais ao final desta década, nos âmbitos mundial e nacional, repercutindo nas políticas governamentais, o ecoturismo tomou impulso e criou um novo ciclo econômico na Vila de São Jorge, com um considerável aumento de equipamentos turísticos, cuja diversidade pode-se observar nas opções ilustradas na Figura 41, seguinte.

Figura 41 - Sinalização de apoio ao turista da Vila de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

O ecoturismo, conforme Rodrigues (1996), pressupõe as viagens que tem como principal finalidade usar e desfrutar dos recursos naturais existentes em ambiente escolhido, assim ocorre em lugares onde a natureza se manifesta de forma preservada. Não se trata de

uma atividade nova, em termos gerais, os primeiros parques criados nos Estados Unidos (Yellowstone e Yosemite), conseguiram atrair inúmeros visitantes, conforme Mendonça Filho (2007), uma vez que o ecoturismo permite a contemplação e usufruto das amenidades e educação ambiental, em consonância de objetivos com as áreas de proteção, por estar ligado à manutenção da qualidade do ambiente. Para a OMT (2003, p.201), o ecoturismo visa “promover um turismo com bases sustentáveis, promover investimentos em conservação de recursos naturais e culturais e beneficia as comunidades envolvidas, econômica, cultural e socialmente”.

Conforme Brandão e Barreto (2009), a partir de 1996, com a pavimentação asfáltica da GO-118, que liga Brasília a Arraias, no Estado de Tocantins, é que se deu o incentivo ou interesse pelos atrativos do PNCV. Porém, conforme depoimentos da população local, também tudo aconteceu em função do interesse da grande mídia pelo abandono que se encontrava o parque naquela época. Sobretudo a população brasiliense tomou conhecimento dos atrativos naturais ali presentes. “Lá por volta de 1989-1990 teve um jornalista que trazia turista de Brasília pra cá, ficavam acampado dentro do Parque” (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista fev./2019).

Em 1991, devido à incapacidade de receber visitantes de maneira estruturada, conforme depoimento do morador H, em entrevista concedida em fevereiro de 2019, o PNCV foi fechado para visitação pública pelo Departamento de Unidades de Conservação do IBAMA. Essa normativa vigorou por todo o ano, porém resultou, conforme informações da comunidade, na criação do Programa de Treinamento para Condutores e Visitantes, possibilitando as pessoas da comunidade guiarem visitantes no interior do Parque.

Aí tudo começou com a história de acampar dentro do Parque, só passava aqui, não deixava nada, voltava, passava por aqui e ia embora, mas começou ficar muita sujeira, lixo, lata. Aí quando, em 1990, chegou um diretor aqui, ai ele chamou o pessoal e fez uma proposta: olha, o garimpo acabou, o turismo tá começando, mas precisa dar uma melhorada. Foi quando nós fizemos o primeiro curso de condutor em 1991, tava tudo fechado, não podia descer no Parque de carro, tinha que acampar aqui. Foi através disso que começamos a construir as pousadas, os *camping*, restaurante, tudo né! Os guias desciam com um grupo de manhã e voltavam a tarde. (morador D, filho de ex-garimpeiro, proprietário de estabelecimento, entrevista fev./2019)

Consta também, que a partir desse momento, o acesso ao Parque passou a ser vinculado ao pagamento de uma taxa de entrada, e a obrigatoriedade de acompanhamento de um condutor, responsável por no máximo 10 pessoas. Nesse período também se criou, conforme a moradora E, em entrevista concedida em novembro de 2018, algumas

organizações comunitárias como a Associação dos Moradores da Vila de São Jorge (ASJOR) e a Associação de Condutores da Chapada dos Veadeiros (ACVCV), que permitiram efetiva incorporação dos moradores ao processo ecoturístico, trazendo benefícios sociais e econômicos à comunidade.

Vieram pessoas, que compraram sítios aqui perto, viraram nossos amigos e diziam: vocês precisam se organizar; nós tínhamos medo de mais uma vez ficarmos sem nada, porque aquele repórter começou a trazer visitantes, alugava casas e organizava grupos grandes, ai essas pessoas que compraram sítios, tinha advogado e nos ajudou a criar a associação dos moradores. O Parque, o Governo não ajudou, foi esse grupo de amigos, né. Eles viram que nós precisávamos participar desse movimento, mas de forma organizada. A associação foi criada por nós, como o parque nunca nos respeitou, jamais iam fazer algo nesse nível. Tinha algumas pessoas do IBDF, alguns técnicos, que achavam que nós precisávamos participar. Ai é que eles contrataram um instrutor, que era o Ismael Nóbrega, que deu um curso para condutores. Foi criado um Plano Emergencial de Turismo, até sair o plano de manejo em 1998. Nessa época começou uma relação de parceria pela primeira vez. (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista nov./2018).

A participação dos atores locais na efetivação do ecoturismo em todas as suas fases, ou seja, desde o início, mesmo que de forma involuntária até a implantação, a partir de uma base comunitária, promoveu o controle das pessoas de seu processo de desenvolvimento, conforme Salvati (2003). Para Irving (2009), a atividade turística sustentável necessita que a população local participe do processo de implantação da atividade coletivamente, resguardando o poder de decisão sobre a atividade turística desenvolvida em seu território, incluindo, nesse caso, o entorno do Parque diretamente, e o PNCV, de forma indireta.

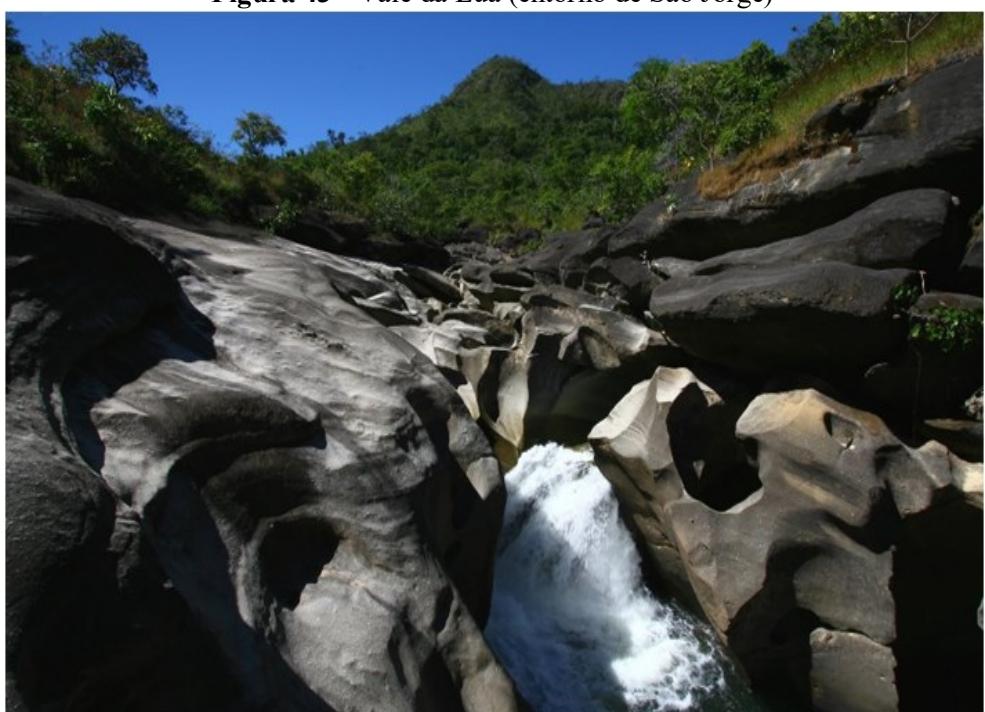
Em termos dos atrativos sob o domínio da população local, tomando como referência a Vila de São Jorge, é possível acessar inúmeros atrativos nos arredores. Destacam-se o Vale da Lua, distante 9 km de São Jorge, cujo acesso se dá pela GO-239, a 5 Km da Vila, sentido Alto Paraíso, como ilustram as Figuras 42 e 43, constituído por um cânion rodeado por rochas erodidas, pelo Rio São Miguel. Outra possibilidade de lazer é a cachoeira Raizama, que se encontra em uma propriedade privada, a 4km de São Jorge, GO-239, sentido Colinas do Sul, que oferece trilha de fácil acesso e agradável percurso, como pode ser visto na Figura 44, a frente. As Águas termais, distante 14 km entre estrada pavimentada (GO-239, sentido Colinas do Sul), somada a estrada de chão, oferecem banho em águas termais naturais com temperatura entre 28°C e 32°C, de acordo com a Figura 45; além desses pontos existem outros com menor procura como no caso do Mirante do Areião, Mirante da Janela (vista panorâmica das cachoeiras Salto 120 e 80 no PNCV); Praia do Jatobá; Cachoeira do Segredo e Encontro das Águas (encontro entre os Rios Tocantizinho e São Miguel).

Figura 42 - Sinalização de acesso a atrativo no entorno de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Figura 43 - Vale da Lua (entorno de São Jorge)



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Figura 44 - Raizama (entorno de São Jorge)



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Figura 45 - Águas Termais (entorno de São Jorge)



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Esses atrativos contribuem, portanto, para a descentralização do turismo em relação ao PNCV, e propicia aumento de renda também aos moradores do entorno do Parque e da sede da Vila, uma vez que a maioria dos atrativos oferecem bares, restaurantes e pequenas lojas de conveniência.

O turismo de base comunitária, de acordo com Irving (2009, p.111), é o turismo que traz “a coesão e o laço social, o sentido coletivo da vida em sociedade, e que por essa via promove qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento”. Segundo a autora, escapa das imposições da globalização, mesmo fazendo parte da sua dinâmica.

Assim, o turismo de base local, no seguimento de ecoturismo, tratado dessa forma, não se atém somente ao crescimento econômico, mas às diferentes dimensões relacionadas ao ser humano, (VEIGA, 2005). Fato é que esse entendimento propicia à comunidade local, a vida dentro de sua concepção, formando uma comunidade sustentável dentro de uma postura sistêmica.

De maneira objetiva, a implantação do ecoturismo em São Jorge iniciou-se a partir do serviço de condutores a visitantes, que foi obrigatório até 2013. Os moradores começaram a receber turistas e participar de maneira efetiva do processo turístico, passando a ser a principal fonte de renda da população local.

A Vila de São Jorge, inicialmente de forma rudimentar passou a oferecer a infraestrutura básica para o turismo no Parque, era na Vila, como é até os dias de hoje que os visitantes conseguem dormir, comer e atender as suas necessidades.

Como em outros lugares do mundo, as comunidades locais circunvizinhas de Unidades de Conservação, são fundamentais para o turismo, portanto, a população local deve participar do processo decisório em relação à conservação dos bens naturais, assim como das questões ligadas à gestão das Unidades de Conservação. Porém, não é o que se observou no caso da Vila de São Jorge, conforme a moradora B “Eu tenho outra relação, mas a comunidade em si mesmo, poderia estar mais envolvida, mas não está. Mas é uma questão de base deles lá (PNCV)” (moradora B, filha de garimpeiro, dona de estabelecimento, entrevista fev./2019).

Segundo Seabra (2011), o ecoturismo se constitui em um complexo de atividades e serviços que vão do deslocamento, passando por alojamento, alimentação e inúmeras outras atividades culturais de visita, lazer e entretenimento voltados a proteção do meio ambiente. Hoje em dia, segundo o Centro de Atendimento ao Turismo da Vila de São Jorge, conforme se visualiza na Figura 46, para oferecer essa atenção básica são cerca de 50 (cinquenta) pousadas e 15 (quinze) áreas de *campings*, que compõem, juntamente com bares, restaurantes e lojas de *souvenirs*, a principal fonte de emprego e renda da localidade, de modo que se trata de uma proporção de aproximadamente 11 (onze) habitantes por equipamento turístico à disposição do visitante.

É assim né, tudo aqui é em torno do turismo, tudo direcionado para o turismo de alguma forma, tem muita gente que é guia, não acabou não! Pousada, *camping*, um café, tudo gira em torno do turismo (morador D, filho de ex-garimpeiro, proprietário de estabelecimento, entrevista fev./2019).

Figura 46 - Vista parcial do Centro de Atendimento ao turismo da Vila de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Dessa forma, conforme Faria e Carneiro (2001), corroborados por Seabra (2011), visando ações sustentáveis e mitigação da atividade ecoturística, em detrimento de intervenções danosas ao ambiente, seja ele natural ou social, é que se faz necessário uma abordagem sistêmica, a partir de uma visão de planejamento e ações integradas. Trata-se de promover o lazer, educação ambiental e proximidade com a natureza através dos bens naturais e culturais, porém, com a preocupação de garantir a qualidade de vida e proporcionar que parcela significativa da renda permaneça com a população local.

O ecoturismo em São Jorge permitiu a inserção social e o fomento aos empreendimentos e serviços, oportunizou a criação de empregos para os moradores e propiciou, inclusive, trabalho a pessoas oriundas da sede do município e outras cidades circunvizinhas, trazendo repercussões regionais de geração de renda.

O ecoturismo pode oferecer grandes benefícios, conforme Seabra (2011), trazendo desenvolvimento social e econômico, tanto para as populações locais, tanto para áreas naturais que se encontram em risco, promovendo maior proteção e recuperação do espaço natural, bem como na manutenção das pessoas no seu lugar de origem, ou permitindo o seu

retorno, após ondas de evasão da localidade, por falta de oportunidade, conforme se constata nos depoimentos do morador D e a moradora E:

Eu nasci aqui, criei aqui, saí para trabalhar, eu morava em Rio Verde. São Jorge mudou para melhor. Aqui só existia uma rua e muita gente foi embora, aí chegou o turismo (morador D, filho de ex-garimpeiro, proprietário de estabelecimento, entrevista fev./2019).

O turismo chegou e a gente não sabia o que era, não foi um planejamento, foi uma bênção, virou uma grande oportunidade. Hoje ele move toda uma economia, trouxe mudança de vida de cem por cento (100%), deu oportunidade para todos nós. Alguns não venderam, teve perseverança como a nossa família, fui condutora e depois montei negócio (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista fev./2019).

Para Mello e Silva (2006), a discussão do turismo passa por fatores endógenos e exógenos. Para o autor, a valorização da dinâmica dos fatores internos através da territorialização turística é fator preponderante e a valorização dos laços de união e solidariedade somados a capacidade de organização espacial e política do território, levam a maior capacidade de desenvolvimento da atividade.

Assim, a capacidade de organização que privilegiou um turismo local de base comunitária, assim como a resiliência da população da Vila de São Jorge ao vislumbrar as oportunidades oferecidas pelo ecoturismo, independentemente da ação ou falta de ação dos agentes estatais, foi de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade.

Nesse ponto, vale ressaltar as questões ligadas à pavimentação asfáltica da GO-239, no trecho entre Alto Paraíso de Goiás a São Jorge, que esteve suspensa por mais de uma década, uma vez que a comunidade solicitava ao poder público um projeto que atendesse as necessidades ambientais, e também turísticas. Assim, em 2015 foi concluído o asfaltamento dos 14 km finais e inaugurada a estrada no formato de “Estrada Parque”, com a denominação de Estrada Parque Prefeito Divaldo Rinco, criada por Decreto do Governo Estadual, de 1999, com estrutura parcial de atendimento às necessidades ambientais e turísticas, porém, com razoável atenção às ponderações da comunidade, conforme relato de moradores em entrevistas concedidas em novembro de 2018 e ilustrado na Figura 47, abaixo.

Figura 47 - Vista Parcial da GO-239



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

Steinberger (2009), ao analisar o turismo e a sua relação com a população local, afirma que o turismo configura-se como o uso do território, e se esse uso não se efetivar, não há turismo; ou seja, o ecoturismo trouxe, de certa forma, a reapropriação do espaço pela comunidade da Vila de São Jorge, uma vez que o turismo permite, conforme Cruz (2000), concorrer no uso e transformação do território com outros usos. No caso específico de São Jorge trata-se de uma subtração do espaço anterior e do modo de vida e que de forma incongruente, se torna novamente espaço de uso e reprodução do seu modo de vida, agora não mais o garimpo, a vez é do ecoturismo, no desenrolar de sucessivas e contínuas formas de uso do território.

Por outro lado, toda atividade humana traz alterações no ambiente natural que podem se apresentar de variadas formas, espacialidades e intensidades, entre outras características. O ecoturismo também comprehende essa problemática, como destaca Ruschmann (1992, p.54);

“a descaracterização das tradições e costumes da comunidade, valorização de mercadoria e terrenos e a migração de pessoas de outras regiões, são efeitos negativos geralmente encontrados objeto das atividades do turismo”.

Tal afirmação encontra ressonância nas entrevistas concedidas pela moradora A e a moradora E, quando comentam sobre as mudanças trazidas pelo turismo;

Mudou muito, hoje a comemoração de São Jorge, dia 22 e 23 de abril, mas não é como antes, tinha missa, batizado, casamento, levantava o pau da bandeira, a igreja ficava cheia. Agora tem a festa, digamos na mesma data, mas a festa virou comércio. Hoje não é mais o que era. Aqui mudou muito... Hoje eu peço a Deus, principalmente em feriado para não deixar trazer gente ruim pro nosso povoado. Também agradeço porque as pessoas trazem dinheiro para o nosso lugar, mas por outras partes não foi bom, esse negócio da droga foi muito ruim (moradora A, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista nov./2018).

Hoje nós temos fluxo de turista o tempo todo, todo final de semana tá cheio [...] Olha, a coisa mais negativa é o uso de substâncias proibidas, e nós não temos um modelo de controle, hoje já tem traficante que mora na Vila. Nós não temos um modelo de gestão ativo, há muita omissão [...] Até agora nós aguentamos, mas não sei até quando nós vamos aguentar, é preciso ver para onde vai (moradora E, ex-garimpeira, proprietária de estabelecimento, entrevista nov./2018).

Em consonância com as entrevistadas acima, verifica-se os esforços da comunidade em manter as tradições através do cuidado com os símbolos representativos da fundação do povoado, um dos marcos é a igrejinha de São Jorge, como se denota na Figura 48, que resiste ao tempo, apesar das dificuldades decorrentes das inovações trazidas pelo turismo.

Figura 48 - Vista parcial da Igreja Católica da Vila de São Jorge



Fonte: Elaboração própria, (jan./2019).

No caso de São Jorge, conforme Brandão e Barreto (2009), se adicionam alguns outros efeitos do ecoturismo como a poluição sonora, lixo, saneamento insuficiente, tanto quanto insuficiência de água e esgoto; além da perda de identidade cultural e questões de ordem fundiária. Em função dos impactos gerados e por solicitação da comunidade, não foram

abertos postos de abastecimento de combustível e agências bancárias na Vila, para não atrair assaltantes.

Para Beck (2011), na sociedade de risco, saber lidar com o medo e a insegurança se torna uma qualidade reconhecida como avanço cultural e a pequena comunidade de 700 pessoas tem se questionado a respeito das ameaças da modernização que agora começam a serem reconhecidas como tal. Na declaração do autor, os “efeitos colaterais” pedem a palavra, ou seja, o medo se apresenta através da crescente ameaça das drogas ilícitas, bem como a grande concorrência do capital do *trade* turístico ou ainda pela concessão dos serviços no interior do Parque, através de licitação vencida em 18 de dezembro de 2018 pelo consórcio firmado entre as empresas Parquetur Participações S.A e à Socicam Terminais Rodoviários e representações, que terão a concessão de serviços de acesso ao Parque, recepção de visitantes, venda de ingressos, alimentação, loja de conveniência, espaço de campismo e transporte interno, ICMbio (2019).

Cabe ressaltar que a indiferença do Estado frente à desproporcional concorrência e sua posição favorável à privatização dos serviços turísticos do Parque, refuta ou nega o risco da pressão do capital de investimento sobre os moradores, o que segundo Beck (2011), faz com que a reação necessária da população não seja efetivada, e o perigo aumente em relação à proteção de seu meio de vida, afetando acampamentos, pousadas, bares, restaurantes, lojas e outros. O morador J enfatiza a falta de informação e participação da população no processo;

Diz que privatizaram, é a partir de junho, tô vendo contar, não tenho certeza. Diz que a empresa que vai tomar de conta, vai cobrar uma taxa até do morador pra entrar no Parque, me falaram que vai ter até restaurante. Tem um lado que vai ser ruim com a cobrança, aí a visita vai diminuir. Eu acho que as coisas da União deveria ser da União. As taxas... eu mesmo não vou mais ao Parque, porque só guia não vai pagar, é o que eu tô sabendo. Deixa ver o que vai acontecer (morador J, ex-comerciante de pedras, proprietário de estabelecimento, entrevista fev./2019).

Ao contextualizar e caracterizar a situação dos moradores da Vila como situação de risco, é preciso esclarecer que não se trata do produto de causas técnico-científicas, da produção industrial ou riscos tecnológicos, diz respeito mais uma vez ao risco da pobreza, que já enfrentaram no passado, quando a região era conhecida como corredor da miséria, e da desterritorialização, produto de ações, omissões e pressões do Estado e das forças produtivas.

Giddens (2002) afirma que, na modernidade, o risco é criado socialmente, independentemente da consciência dos sujeitos. Já Beck (2011) assegura que produção social da riqueza vem acompanhada invariavelmente pela produção social de riscos e dessa forma, o

ecoturismo explorado tanto pela comunidade local ou pelo capital de investimentos que produz de diferentes formas, riscos que se somam aos riscos já existentes.

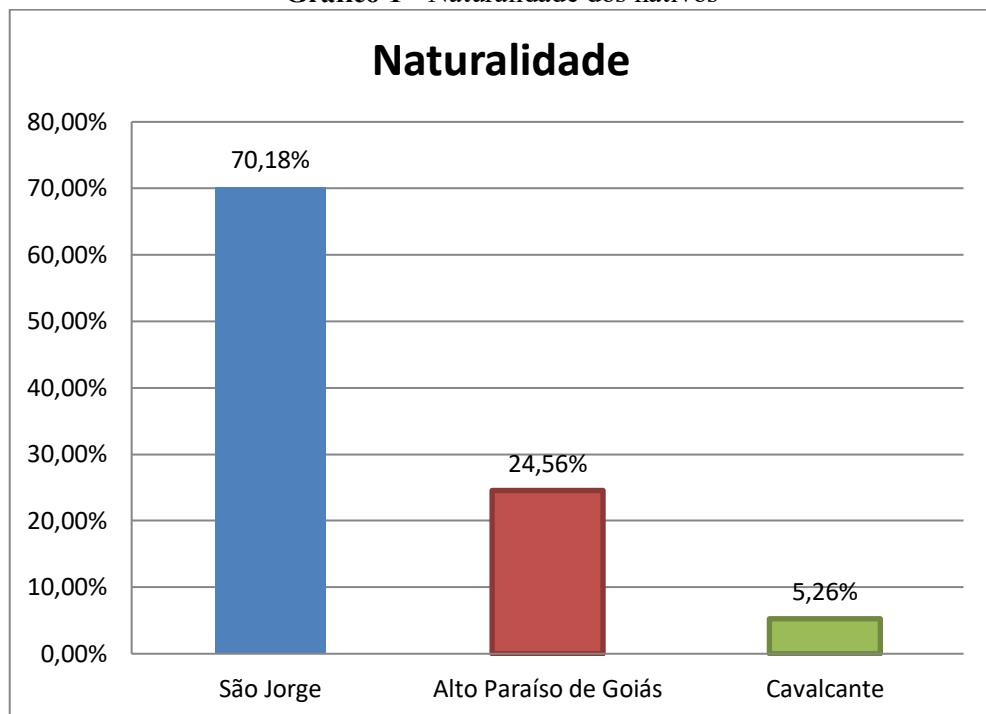
As ameaças, dessa forma, são disseminadas pela própria sociedade, envolvendo todas as suas camadas, em um movimento contínuo e constante. No entanto, os mais ricos e privilegiados obtêm mais informações rapidamente, evitando ou minimizando os riscos por possuírem mais opções de escolha. A população mais pobre tem menor possibilidade de escolhas e ficam mais sujeitas a qualquer mudança, principalmente aquelas que garantem sustento e qualidade de vida, e que, por várias vezes interferem diretamente no seu modo de vida.

4.4 O ENCONTRO DO PESQUISADOR COM A POPULAÇÃO DA VILA SÃO JORGE ATRAVÉS DA PESQUISA DE CAMPO

Em se tratando dos moradores da Vila da São Jorge, relativo à sua origem, 77,38% são pessoas oriundas de outras localidades, regiões e estados, os chamados “chegantes” e 22,62% são pessoas “nativas”, originárias da Vila.

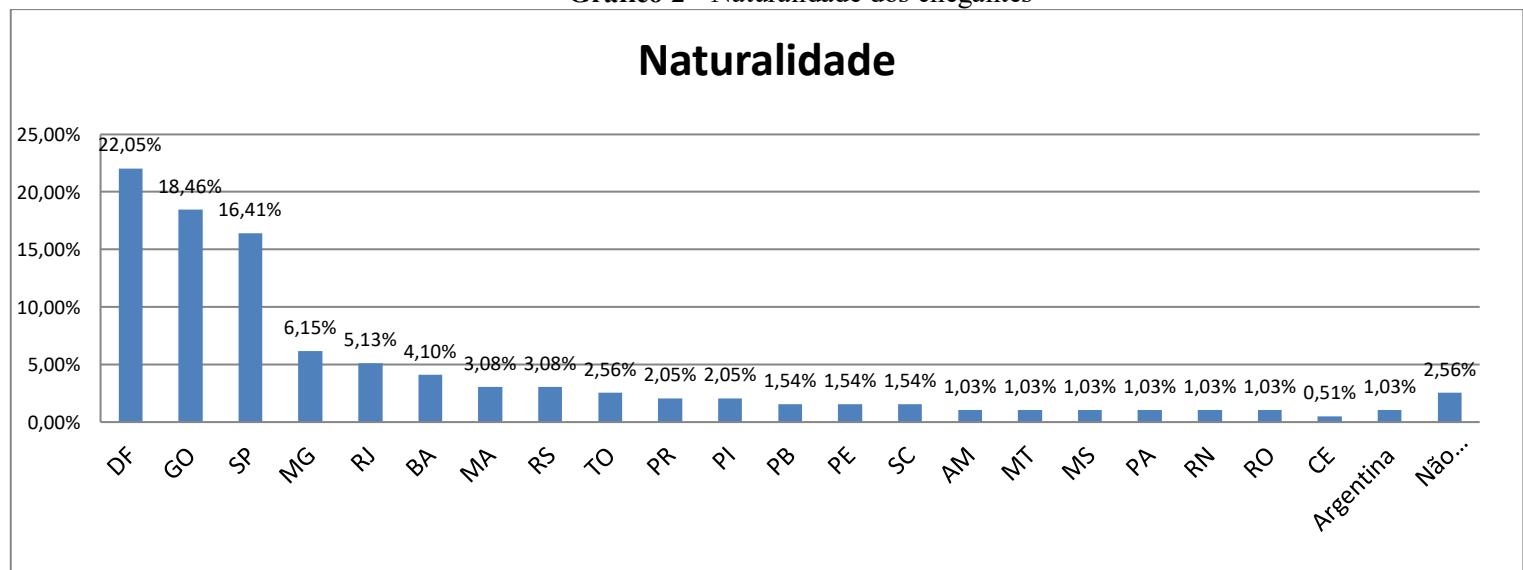
Dado o tamanho da discrepância amostral por grupo, procedeu-se uma análise comparativa entre nativos e chegantes, uma vez que o entendimento, percepções e visões das questões ligadas à criação, implantação e gestão do PNCV poderiam ser diferenciados em função das experiências vividas por cada grupo.

Em relação à naturalidade dos nativos, conforme Gráfico 1, convém esclarecer que São Jorge é um Distrito de Alto Paraíso de Goiás, portanto, aqueles que se identificaram como naturais da Vila, da sede do Município ou Cavalcante, o fizeram apenas por uma questão de infraestrutura hospitalar, uma vez que a Vila de São Jorge não possui hospital/maternidade e por vezes as pessoas, procuram atendimento em outros estabelecimentos médicos da região.

Gráfico 1 - Naturalidade dos nativos

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Entre os chegantes, destacam-se os que se originam do Distrito Federal, cuja distância não excede 250 km, fator que facilita a mudança para a localidade, seguidos pelos originários do interior de Goiás que apresentam, também, as mesmas facilidades. O Estado de São Paulo contribuiu com uma boa parcela dos novos moradores, somam-se aos anteriores o Estado de Minas Gerais e o Estado do Rio de Janeiro, perfazendo a essas origens mais de 50% dos moradores chegantes, conforme o Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Naturalidade dos chegantes

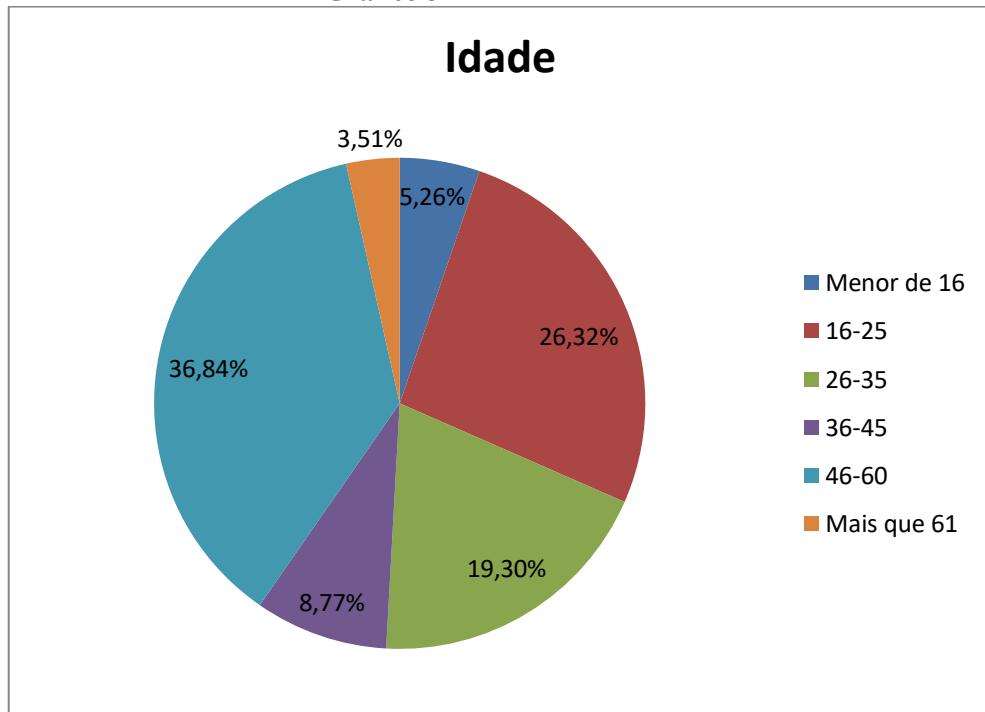
Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Pela distribuição dos Estados com seus respectivos representantes, pode-se perceber que todas as regiões do país contribuíram para formar o conjunto de moradores chegantes, na maioria visitantes que se radicaram no lugar, o que fez da Vila de São Jorge um resumo de experiências, uma mistura de culturas, com inúmeras contribuições em relação aos mais variados temas, principalmente aqueles ligados à proteção da natureza, além de contribuir para o acelerado crescimento da Vila.

Quanto aos moradores provenientes do exterior, verificou-se um pequeno número, em torno de 1%, originários da Argentina, muito embora o PNCV e a Vila de São Jorge sejam objeto de visita de turistas oriundos de várias partes de mundo.

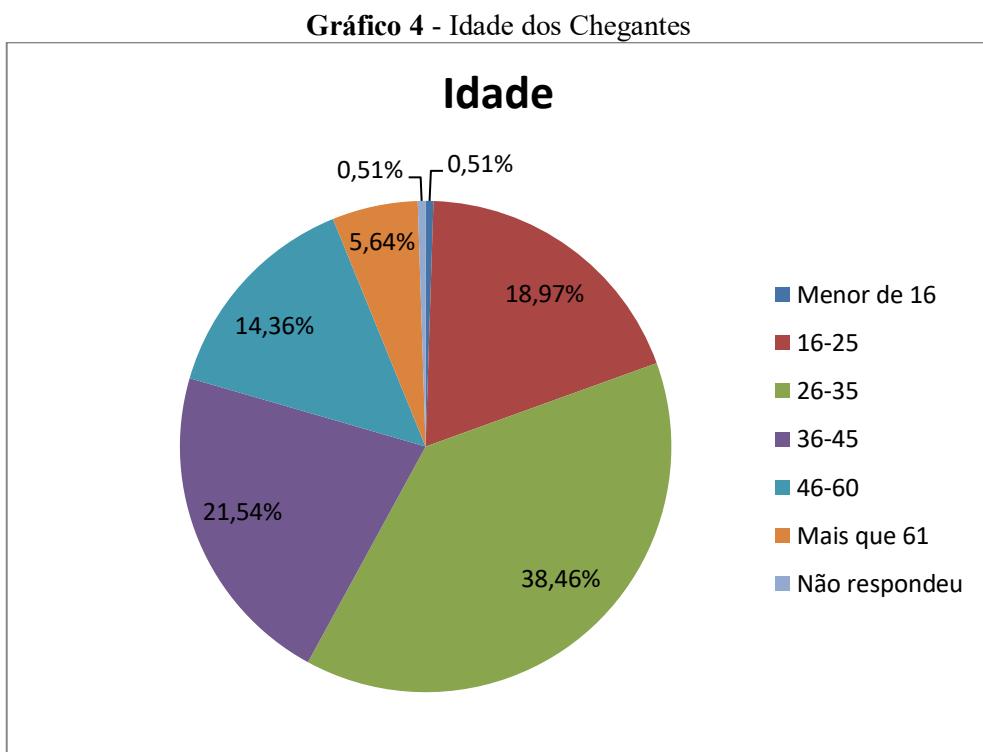
Quando se analisa a faixa etária dos moradores nativos abordados, notou-se que havia uma distribuição relativamente equânime das idades, demonstrando distribuição homogênea quando se compararam entre si as faixas etárias marginais da amostra, bem como evidenciam as idades medianas, uma vez que representam o grupo em idade produtiva da população, de acordo com Gráfico 3. Verificou-se, assim, uma pequena presença de idosos na comunidade, fato percebido pela dificuldade quando se entrevistou os moradores antigos que viveram a criação do PNCV e que retratam as limitações sociais e econômicas vividas por essas pessoas, que tiveram sua expectativa de vida diminuída.

Gráfico 3 - Idade dos Nativos



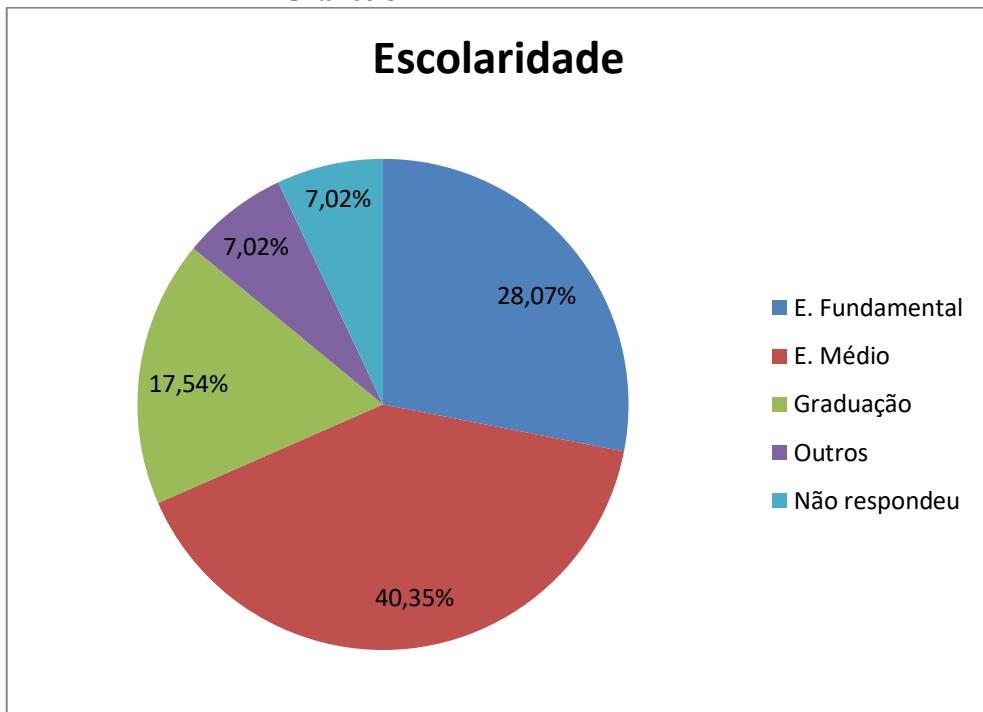
Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Em termos da faixa etária dos chegantes, poucas pessoas são crianças, adolescentes e idosos, coincidentemente a grande maioria, também quando se trata dessa categoria, ou seja, 91,23% correspondem as idades mais aptas ao trabalho voltado ao ecoturismo, como ilustra o Gráfico 4 a seguir. Quando se analisa a amostra dos chegantes global, constata-se que os respondentes entre 26 e 45 anos representam a maior parcela do grupo (60%), justamente a faixa etária que corresponde o cerne da idade produtiva e com maiores possibilidades de deslocamento.



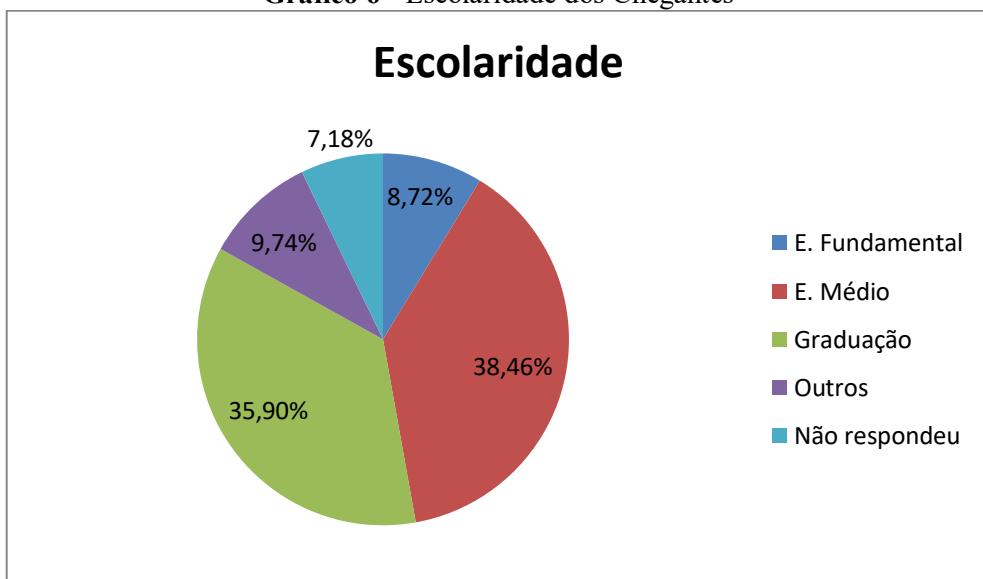
Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Em relação ao nível de escolaridade dos moradores nativos, a grande maioria concentra-se entre os níveis fundamental e médio, coincidindo com a oferta educacional na Vila de São Jorge, que apenas possui escolas desses níveis de ensino e nenhuma oportunidade de ensino superior, não possui núcleo de educação à distância e para frequentar a graduação é preciso acessar a sede do município, a 35 km ou, mudar-se para Brasília ou Goiânia, conciliando trabalho e formação educacional.

Gráfico 5 - Escolaridade dos nativos

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

No que diz respeito à formação escolar dos chegantes, como ilustra o Gráfico 6, verificou-se que essa parcela da comunidade detêm maior nível de escolaridade, confirmando e evidenciando a falta de oportunidade de acesso a formação superior por parte da população nativa, fato que a coloca em situação desfavorável em relação ao aproveitamento de melhores oportunidades de emprego e renda. Esse fato também se relaciona com a maior escolaridade daquelas pessoas que se “preocupam” com as causas ambientais, que praticam o ecoturismo.

Gráfico 6 - Escolaridade dos Chegantes

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Quando indagados por questão de múltiplas escolhas a respeito dos benefícios para a comunidade, da implantação do PNCV, os respondentes moradores apresentaram o seguinte resultado, conforme o Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Comparativo quanto aos benefícios de implantação do PNCV

Benefícios	Moradores nativos	Moradores chegantes
Aumento de renda	80,70%	76,92%
Trabalho	75,44%	68,21%
Educação	38,60%	45,64%
Saúde	33,33%	31,28%
Outros	7,02%	14,36%

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Dessa forma, quando se indagou a respeito das vantagens obtidas com a implantação do Parque, entre os benefícios que foram evidenciados pelos respondentes sobressaíram o aumento de renda e trabalho para as duas categorias. Observando os resultados, verificou-se que se trata de benefícios indiretos, uma vez que uma pequena parcela da população trabalha no PNCV, porém todos se beneficiam do interesse turístico pela Unidade de Conservação.

Quanto à educação e saúde em termos comparativos, os resultados também apresentam similaridade, porém mais uma vez confundem-se os benefícios diretos do PNCV, daqueles oriundos do ecoturismo.

Quanto aos prejuízos causados pela criação e implantação do PNCV, os respondentes se manifestaram conforme a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Comparativo quanto aos prejuízos de implantação do PNCV

Prejuízos	Moradores nativos	Moradores chegantes
Segurança	36,84%	25,13%
Fundiário	33,33%	18,97%
Cultural	19,30%	16,41%
Econômico	14,04%	5,64%

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Analizando os resultados anteriormente apresentados, verificou-se que fica evidente a consonância de entendimento entre nativos e chegantes, uma vez que os principais danos sentidos foram à falta de segurança e o prejuízo fundiário.

A questão da segurança diz respeito diretamente ao fluxo turístico e o aumento da violência e do tráfico de drogas. A questão fundiária, em função da especulação imobiliária,

traz efeitos negativos sobre os dois grupos, com mais ênfase sobre os moradores nativos que buscam aquisição de áreas para moradia e implantação de pequenos negócios, conforme relatos.

Quanto aos aspectos econômicos, compreendeu-se, com base nas entrevistas que ainda existem resquícios e ressentimentos por parte dos moradores nativos, pela falta das indenizações por ocasião da criação e implantação do PNCV.

Quando indagados em relação às atividades econômicas importantes desenvolvidas na Vila, os respondentes opinaram a partir de múltiplos quesitos, conforme a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Comparativo em relação às principais atividades econômicas

Atividade Econômica	Moradores nativos	Moradores chegantes
Turismo Ambiental	100,00%	95,38%
Comércio	8,77%	15,38%
Turismo Religioso	1,75%	3,59%

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Verificou-se que as atividades econômicas, garantidoras de sustento dos moradores, hoje são voltadas ao Turismo Ambiental (ecoturismo), e mesmo as atividades comerciais apontadas são dirigidas de alguma forma ao turismo e atendimento básico às necessidades, como: farmácia e supermercados. No que diz respeito ao turismo religioso, influência de grupos místicos radicados na Chapada dos Veadeiros, constatou-se incipiente na opinião da população nativa e com pouco significado quanto às atividades dos moradores chegantes.

Levando em consideração a grande importância do turismo ambiental (ecoturismo), indagou-se a respeito dos efeitos da atividade para a Vila de São Jorge. Para tanto, observou-se os seguintes resultados conforme a Tabela 4 subsequente.

Tabela 4 - Comparativo em relação aos principais efeitos do ecoturismo

Efeitos	Moradores nativos	Moradores chegantes
Especulação Imobiliária	91,23%	71,28%
Aumento de Renda	82,46%	79,49%
Poluição	54,39%	56,41%
Perda de Identidade Cultural	42,11%	32,82%
Não Respondeu	1,75%	0,51%

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Em termos de moradores nativos, verificou-se que a especulação imobiliária decorrente da sobrevalorização do solo urbano, aliada a pressão do capital especulativo, bem

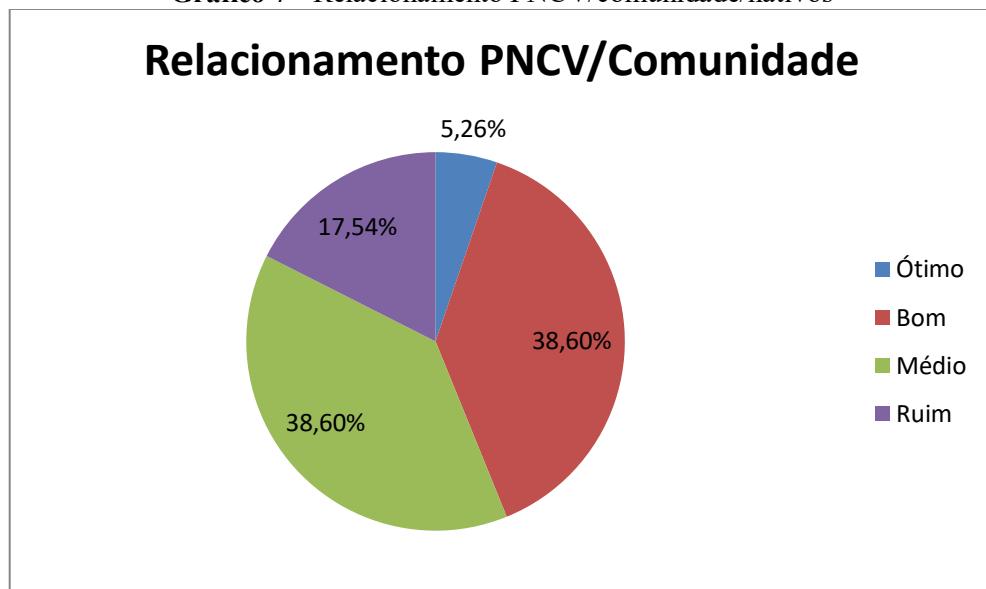
como dos empreendimentos hoteleiros, extra comunidade, são os principais efeitos do ecoturismo. Por outro lado, se reconheceu o significativo aumento de renda, acompanhado pela melhoria da qualidade de vida, como aspecto a ser destacado, de acordo com informações dessa categoria de moradores.

Em relação aos moradores chegantes, a especulação imobiliária também causa preocupação, uma vez que o alto custo do solo urbano dificulta a instalação dos empreendimentos e a moradia. Porém, os resultados financeiros da renda do ecoturismo são motivos de destaque e atração de novos moradores.

Observou-se que os dois grupos são atingidos pela poluição, seja tanto por resíduos sólidos quanto pela poluição sonora, conforme informação colhida nas entrevistas junto a comunidade. Também notou-se que há preocupação em relação a perda de identidade cultural que está presente de forma acentuada no grupo de moradores nativos, levando em consideração serem mais sujeitos às transformações culturais.

Em se tratando do relacionamento entre a gestão do PNCV e os nativos, conforme o Gráfico 7, a maioria considera o relacionamento bom e médio, ou seja, aceitável e razoável para 77,2% dos moradores atuais. Porém, constata-se que esta opinião não coincide com aquelas obtidas nas entrevistas com moradores antigos, uma vez que a faixa etária dos respondentes do questionário está entre 16 e 25 anos, portanto, distantes dos efeitos iniciais da implantação do PNCV.

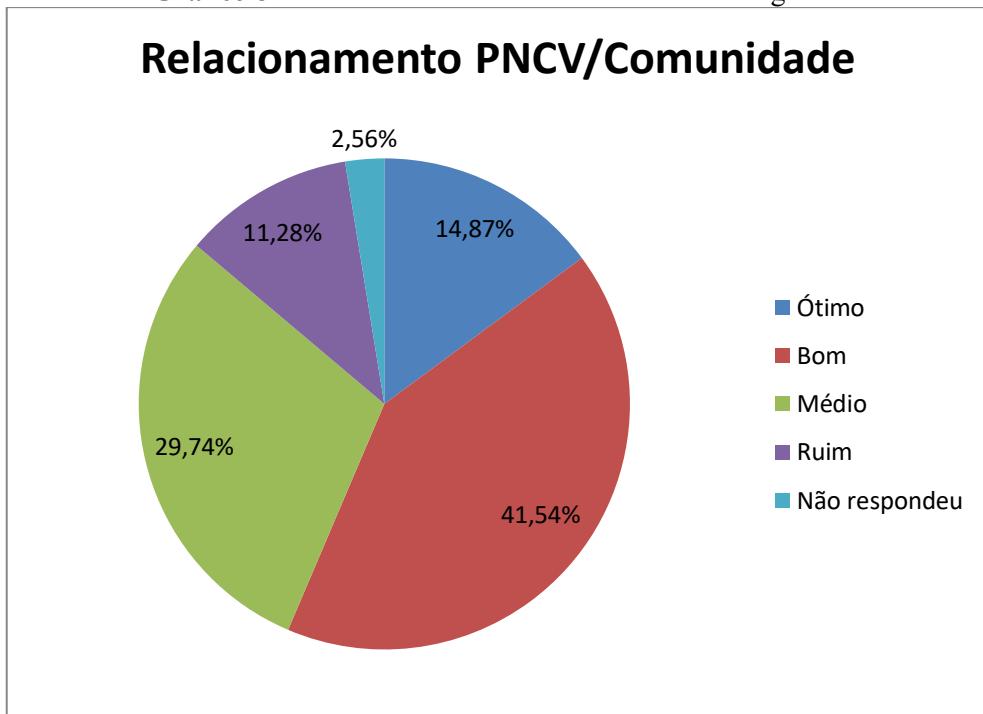
Gráfico 7 - Relacionamento PNCV/comunidade/nativos



Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

No que diz respeito ao relacionamento do PNCV com os moradores da Vila, sob a ótica dos chegantes, de acordo com o Gráfico 8, confirmou-se a tendência da comunidade ao comedimento, porém, o quesito ótimo citado pelos chegantes em relação aos nativos, apresentou significativa discrepância positiva de 9,61% dos primeiros em relação aos demais, contra uma discrepância de 6,28% do quesito ruim, revelando uma tendência positiva em relação aos chegantes quanto ao relacionamento com o PNCV.

Gráfico 8 - Relacionamento PNCV/comunidade/chegantes



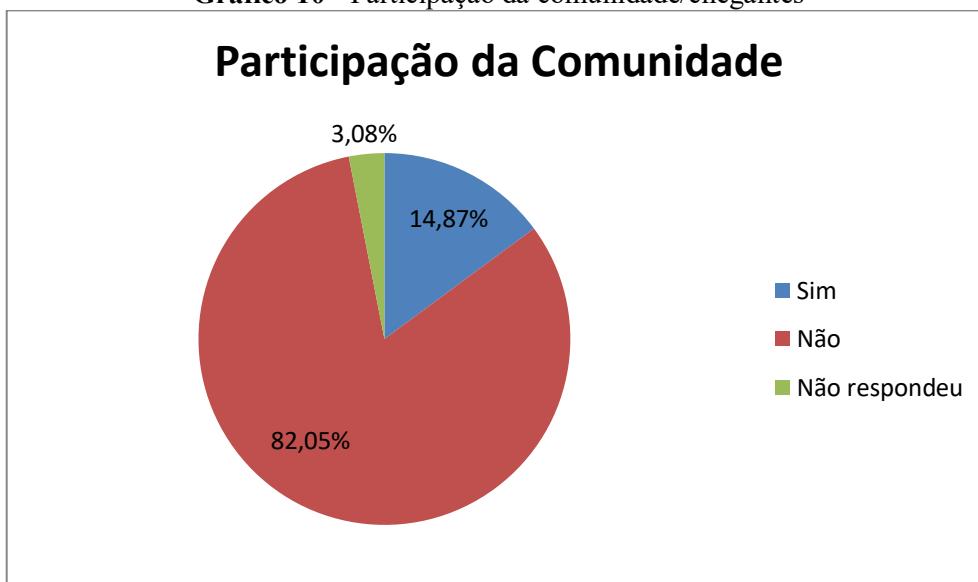
Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Em termos da participação dos moradores nativos entrevistados nas decisões e rumos do PNCV, como ilustra o Gráfico de número 9, evidenciou-se o distanciamento da comunidade nativa dos processos decisórios e administrativos do PNCV, com relevante sinal de centralização de decisões e abstinência democrática, não obstante ao distanciamento e desconfiança histórica da comunidade em relação ao Parque.

Gráfico 9 - Participação da comunidade/nativos

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

No que diz respeito aos moradores chegantes, conforme o Gráfico 10, a maioria absoluta dos entrevistados também indicou ausência de participação como regra, confirmando o caráter centralizador do processo de gestão do PNCV, tanto quanto pela ausência de adequados instrumentos legais, ou pelo entendimento de que para proteger a natureza é necessário distanciamento, bem como o isolamento da população local.

Gráfico 10 - Participação da comunidade/chegantes

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Quando os respondentes foram indagados a respeito do que poderia ser feito para melhorar a integração e o convívio entre o PNCV e a comunidade, apresentaram os seguintes quesitos, conforme a Tabela de número 5 a seguir.

Tabela 5 - Medidas para melhorar a integração e convívio entre PNCV/comunidade

Melhoramento	Moradores Nativos	Moradores Chegantes
Comunicação	31,58%	26,15%
Participação	10,53%	11,28%
Retorno dos guias	8,77%	6,15%
União	8,77%	1,54%
Aproximação	5,26%	3,08%
Integração	3,51%	3,59%
Ajuda à Comunidade	1,75%	1,03%

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Conforme as respostas colhidas, observou-se que a melhoria e a criação de canais de comunicação efetivos são fundamentais para integrar a comunidade ao PNCV e vice-versa, bem como os próprios moradores, que no todo, apontam a participação nos vários processos estabelecidos pelo Parque como fator de aprimoramento das relações.

No que diz respeito às festas que representam a bagagem de conhecimento e manifestações culturais, assim como o seu relacionamento com o meio, os respondentes apontaram algumas celebrações comuns à população, discriminadas a seguir na Tabela 6.

Tabela 6 - Principais festividades da Vila de São Jorge

Festas	Moradores nativos	Moradores chegantes
Festa de São Jorge	50,88%	35,38%
Encontro de Culturas	47,37%	43,59%
Folias	17,54%	18,46%
Aniversário de São Jorge	14,04%	7,69%
Carnaval	5,26%	7,69%

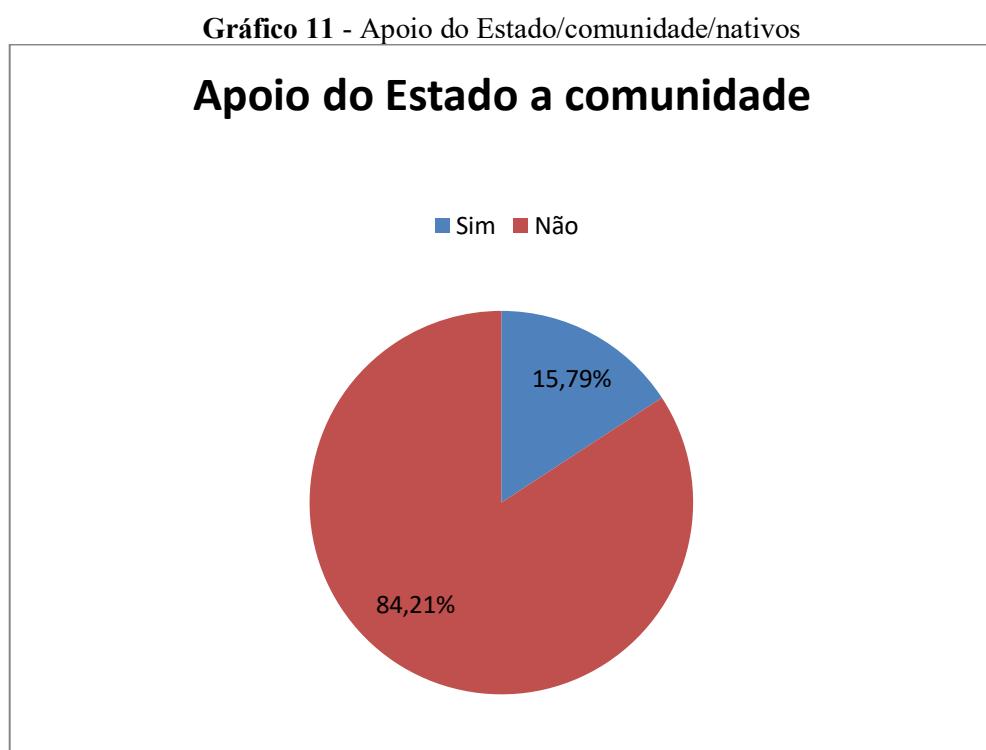
Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Constatou-se que a festa de São Jorge tem maior apelo junto aos moradores nativos. Desse modo, essa festividade representa seu processo de formação e reprodução social, enquanto que o Encontro de Culturas representa mais adequadamente os chegantes, uma vez que essa festa encontra-se apenas na sua 17º (décima sétima edição), muito embora os moradores nativos apoiem e participem também. Observou-se ainda que o aniversário da Vila

de São Jorge que coincide com a celebração ao padroeiro é a festa de maior apelo junto aos moradores nativos, demonstrando o forte laço com o lugar dessa parcela da população.

Em relação ao envolvimento do Estado proporcionando apoio à população, foram apontados os programas sociais acessados por famílias de baixa renda, como Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, (voltado a idosos acima de 65 anos) e a Carteira do Idoso que garante acesso a transporte interestadual de forma gratuita ou com pagamento parcial de 50% (cinquenta por cento). Não apontaram nenhum programa voltado às questões ambientais ou fomento ao turismo.

Observou-se, nesse caso, que o entendimento dos moradores nativos é da existência de políticas públicas apenas voltadas à assistência social, porém de distanciamento do Estado em relação às questões que envolva a associação entre comunidade, PNCV e Estado, conforme o Gráfico de número 11.



Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Nota-se que o entendimento dos moradores nativos é de distanciamento, ao não observar formas efetivas de contribuição do Estado.

Em relação aos moradores chegantes também foram apresentados como vigentes os mesmos programas sociais anteriores. Aqueles moradores que indicaram alguma forma de apoio do Estado lembraram apenas daqueles programas voltados a eventos culturais e sociais,

porém, na sua grande maioria, não declararam formas de auxílio público as questões ligadas aos temas ambientais ou incremento ao turismo, conforme o Gráfico 12 subsequente.

Gráfico 12 - Apoio do Estado/comunidade/chegantes



Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Os dados não são conclusivos em relação a esse grupo, uma vez que não participaram da criação e implantação do PNCV.

Em termos de preocupação quanto aos rumos do PNCV, os respondentes apontaram os seus principais anseios conforme a Tabela 7 a seguir.

Tabela 7 - Principais preocupações dos moradores da Vila de São Jorge em relação ao PNCV

Preocupação	Moradores nativos	Moradores chegantes
Privatização	17,54%	14,87%
Preservação	12,28%	21,03%
Terceirização	12,28%	4,10%
Guias	10,53%	2,05%
Fechamento do Parque	8,77%	5,13%
Riscos aos Turistas	5,26%	0,00%

Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

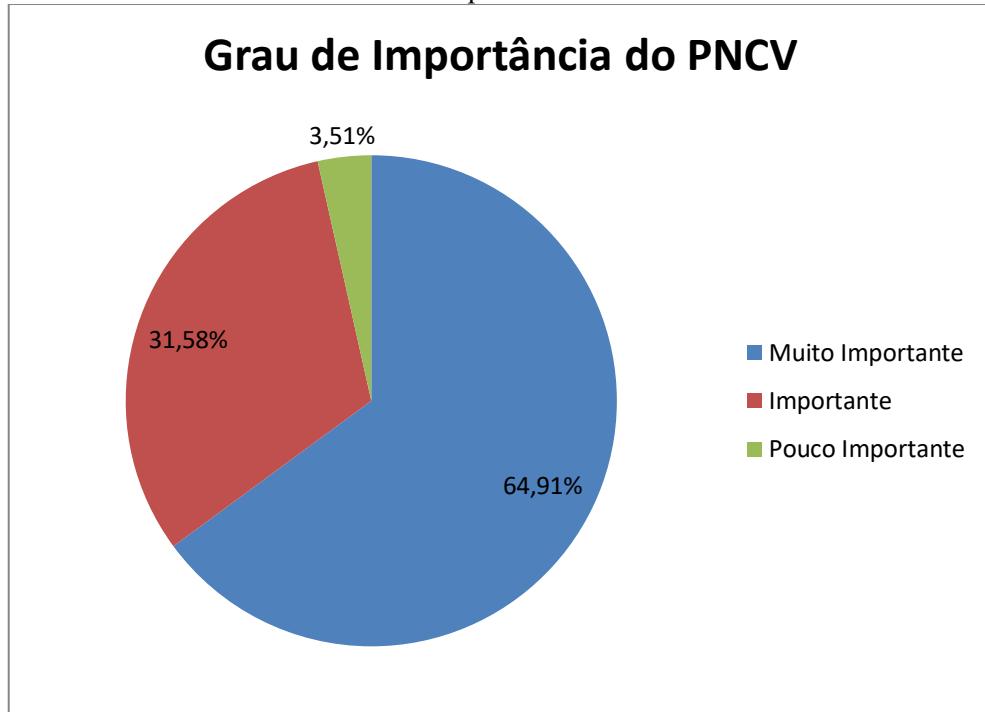
No que diz respeito ao futuro do PNCV, constatou-se que a população nativa se preocupa com a manutenção das atividades do Parque, pois o território preservado representa agora o seu ganho de vida. Confirmou-se novamente o grande interesse pelo serviço de condução de visitantes por parte dos moradores nativos. Acompanha ainda, o raciocínio da

preocupação em relação ao fechamento do Parque aos visitantes e a falta de infraestrutura de segurança para os turistas.

Por outro lado os moradores chegantes tem como anseios maiores a preservação e a garantia de proteção à biodiversidade, além da privatização, entendida por eles como ameaça aos objetivos da Unidade de Conservação.

No que se refere ao grau de importância do PNCV para a comunidade, constatou-se durante a pesquisa que os moradores nativos entendem a importância do PNCV quanto à proteção da diversidade biológica, bem como para o seu próprio sustento, levando em consideração que o turismo que emana do Parque se tornou a principal fonte de renda da comunidade local, de acordo com o Gráfico 13 abaixo.

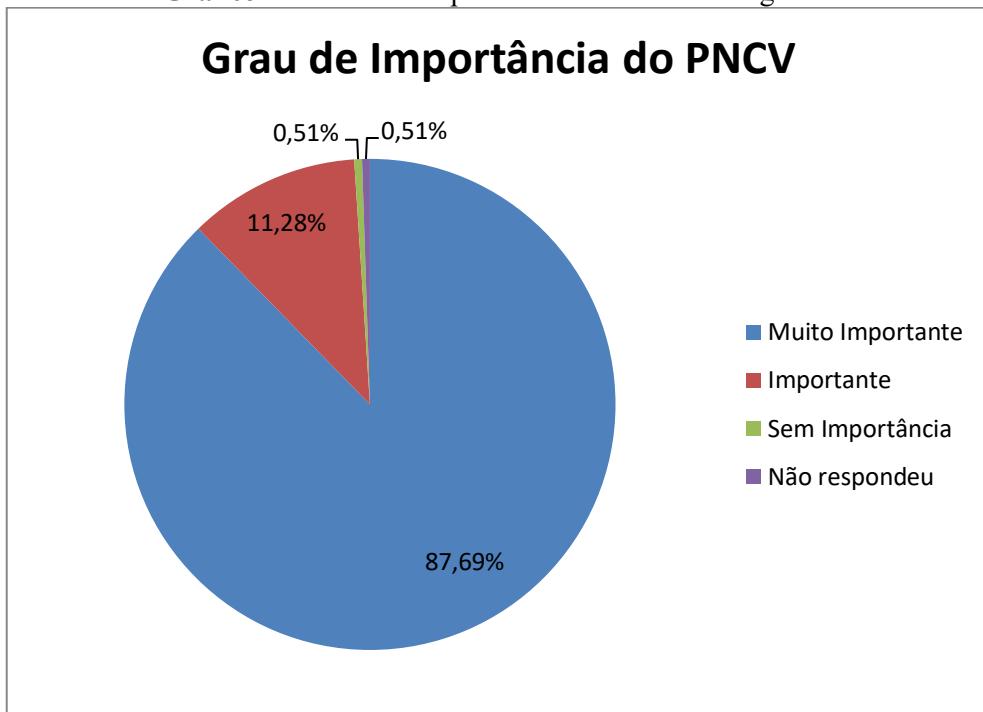
Gráfico 13 - Grau de importância comunidade/nativos



Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

No que diz respeito aos moradores chegantes, averiguou-se que a diferença entre o grau de importância do PNCV em relação aos moradores nativos, se sustenta no sentimento de prejuízo, historicamente perpetrado de geração em geração desde a criação do Parque, conforme já descrito anteriormente. Para os moradores chegantes inexistem tais compreensões, substituídas por uma visão diferente, notoriamente voltada à proteção da biodiversidade, como demonstra o Gráfico 14.

Gráfico 14 - Grau de importância comunidade/chegantes



Fonte: Elaboração própria, (abr./19).

Convém nesse momento ressaltar que durante esses 4 anos de pesquisa e convívio com a comunidade, observou-se que o relacionamento entre nativos e chegantes é harmonioso e pacífico, uma vez que os moradores antigos da Vila receberam respeitosamente os novos moradores, que por sua vez se envolveram diretamente na realidade local.

As áreas de proteção natural são consideradas, ao longo do processo histórico moderno, como de fundamental importância para a preservação de espécies da fauna e da flora e ao mesmo tempo a criação de Unidades de Conservação, entendida como a melhor estratégia para a proteção da biodiversidade.

Por outro lado, o estabelecimento de áreas protegidas de caráter restrito tem sido palco de inúmeros questionamentos, formulados em torno da perda de controle territorial por parte de populações autóctones, habitantes do lugar, bem como pela degradação social, cultural e econômica da maioria das comunidades humanas envolvidas.

Assim, a criação e implantação de Unidades de Conservação é um significativo fator de intervenção no modo de vida da população local, fato esse que demonstra a necessidade de integração entre os interesses das pessoas e da comunidade como estrutura social aglutinadora da vida coletiva, e os processos ecológicos garantidores da manutenção da diversidade biológica.

Para discutir, portanto, os riscos e efeitos de Unidades de Conservação sobre populações humanas, essa investigação considerou como *locus* de pesquisa a Vila de São

Jorge-GO, comunidade limítrofe e diretamente atingida pela criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).

Dessa forma, e conforme os pressupostos apresentados, o PNCV trouxe à população da Vila de São Jorge, profundas e permanentes transformações, uma vez que a localidade traduz os significados e simbolismos de um território que proporcionou, por mais de meio século, sua reprodução social e econômica através da agricultura de subsistência, extrativismo vegetal e garimpagem.

A garimpagem de cristal de quartzo era uma atividade insalubre, penosa e parcamente remunerada, uma vez que a atividade era controlada por atravessadores e donos de garimpo, exploradores da força de trabalho de pessoas oriundas de outras regiões, principalmente do interior da Bahia. Processo migratório decorrente da expropriação do meio de vida camponês e em consequência do modelo econômico centrado no latifúndio e na grande produção agropecuária vigente no início século XX.

A partir da criação do Parque, em 1961, e por mais de três décadas posteriores, o convívio entre a população local, na sua grande maioria garimpeiros, além de fazendeiros, posseiros e pequenos agricultores, e o PNCV, através de seus agentes representantes, foram de grande antagonismo marcado por frequentes confrontações, uma vez que o Estado não efetivou, na maioria dos casos, indenizações pela perda da posse e uso da terra no tocante aos produtores rurais, ao mesmo tempo em que ocorreu a proibição das atividades de garimpo e extrativismo vegetal. Assim, quando alguma prática era executada, essas ocorriam de forma clandestina e disfarçada: “quando eles apareciam a gente fugia, a gente vivia no contrabando, era para poder comer” (moradora G, ex-garimpeira, aposentada, nov./2018).

Também chama a atenção o isolamento da comunidade por longos períodos, propiciado pela precariedade das vias de acesso, falta de estrutura de transporte, somada aos distanciamentos dos homens da comunidade, ausentes pela impossibilidade de garimpagem na área do PNCV ou, em vizinhança próxima, em decorrência da proibição de acesso às áreas de garimpo anteriormente utilizadas. O fato é que o modelo patriarcal em São Jorge deu oportunidade ao surgimento do protagonismo feminino, dessa forma, as mulheres que permaneceram na Vila e estabeleceram a liderança não só nos afazeres diários, mas em outras atividades de manutenção dos meios de vida.

Somados a esses motivos, a possibilidade de incremento econômico às moradoras da Vila, assumiu vanguarda e liderança nos negócios, bem como na organização e mobilização comunitária, simultaneamente com relevante liderança política.

Após o período que compreendeu a criação e implantação do PNCV, com a total retirada dos garimpeiros e outros membros da população local da área do Parque, o fim da década de 1980 marcou o surgimento das atividades turísticas, a princípio de forma incipiente e apenas como oportunidade espontânea e momentânea, uma vez que não houve nenhum programa oficial tecnicamente estruturado, voltado à qualificação da população local, a não ser por uma única e isolada iniciativa de treinamento para que alguns moradores, ex-garimpeiros e extrativistas, pudessem atuar como condutores de visitantes nas dependências do PNCV.

A partir desse momento, em que o processo de proteção da natureza institucionalizado via PNCV oferece a possibilidade de integração da população local ao esforço de conservação da biodiversidade, inserindo antigos moradores nesse contexto e ao mesmo tempo disponibilizando oportunidades de reintegração ao seu antigo território. O panorama de relacionamento conflituoso é arrefecido, dando lugar a novas configurações no relacionamento entre a comunidade e a Unidade de Conservação.

Em decorrência dessa nova situação e o crescente interesse da sociedade pelos temas ligados a natureza, iniciou-se a prática do ecoturismo, com significativas mudanças no modo de vida dos moradores. Casas se transformaram em pousadas, terrenos passaram a ser utilizados como áreas de *camping*, a comunidade se envolveu e moradores montaram estabelecimentos comerciais voltados ao atendimento aos turistas, bem como a localidade recebeu novos moradores vindos de várias partes do país, uns para aproveitar o clima e o contato com a natureza, outros para fazer parte da prosperidade que se instalou no lugar.

Para tanto, em face dos desafios que as novidades trouxeram à Vila, a comunidade buscou estabelecer estrutura organizacional através de mecanismos extraoficiais, sem a participação do Estado, sempre ausente, ou qualquer política pública de apoio e fomento às atividades econômicas de pequenas localidades.

Foram criadas associações e organizações (ASJOR, ACVCV e Casa de Cultura) que permitiram, de forma coletiva, o entendimento do turismo como fenômeno econômico e social e a articulação para solução de problemas de infraestrutura básica como: o abastecimento de água, energia elétrica, saneamento básico, serviços de saúde e educação, além de incentivo à discussão em torno dos dilemas iniciais quanto à proteção ou exposição do seu espaço remanescente a terceiros.

Toda essa transformação trouxe à comunidade melhoria da qualidade de vida e acesso, mesmo que de forma indireta, ao território perdido, lugar da sua vida, bem como permitiu a população assumir o protagonismo político que lhe possibilitou o exercício da cidadania e

reconhecimento de sua importância e significado, resultando em capacidade de articulação e mobilização.

Entretanto, o notório distanciamento entre o Parque e a comunidade, marcado por um processo de gestão centralizador de caráter autoritário, trouxe prejuízos a todas as partes. Inicialmente, a descentralização de poder sobre as áreas protegidas, bem como a participação da comunidade local nas decisões, propiciam o compartilhamento das responsabilidades e controle democrático. A gestão compartilhada, ao mesmo tempo em que dá oportunidade a comunidade local de reaver os simbolismos e significados, promove a religação das pessoas ao seu ambiente natural de forma efetiva e concreta. Porém, no caso de São Jorge, o processo de gestão e de decisões até hoje é centralizado e pouco democrático, ou seja, “eles lá e nós cá” (moradora I , ex-garimpeira, proprietário de estabelecimento, fev./19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sustentável é o que se sustenta através dos mais diferentes aspectos, sejam eles humanos, biológicos, sociais, econômicos, ambientais ou culturais, e o estabelecimento de parcerias entre uma comunidade e a Unidade de Conservação, que não só garante a proteção da biodiversidade, mas também a qualidade de vida dos moradores que a rodeia. No entanto, no caso estudado nesta pesquisa, o distanciamento entre a comunidade e o PNCV é reclamado pela população do Distrito de São Jorge.

O fato de existir um esforço de proteção ambiental, denuncia a forma equivocada em que a sociedade capitalista se relaciona com a natureza, bem como ao se observar os paradoxos decorrentes desse esforço. A própria Unidade de Conservação tem o viés de um preservacionismo puro, que ao pregar a preservação integral da biodiversidade coloca em risco outras vidas. Vislumbra-se a necessidade de mudança de rumos.

A proteção da natureza ao não se desvincilar de uma postura biocêntrica, de um lado, ou antropocêntrica, de outro, alcança apenas parte da problemática, uma vez que não é possível que as ações de proteção tenham como objetivo uma parcela da natureza ou uma parcela da humanidade, sob pena de se resolver uma questão, seja ambiental ou social e gerar outra de igual tamanho ou complexidade. É preciso que as ações estejam voltadas a todos os seres vivos.

O triunfo da lógica econômica-industrial reduziu tanto o homem quanto a natureza a instrumentos para consecução de resultados financeiros. Ambos são vítimas de uma mesma aposta com poucos ganhadores e muitos derrotados, não são antagonistas, são parceiros, um faz parte do outro e que a proteção que resguarda um necessita guardar o outro.

Porém, não é possível simplesmente apear da modernidade, abandonar a produção e abdicar ao consumo, mesmo às voltas com um mercado, global e implacável, que dominou a natureza e subordinou o homem, uma vez que é ao mesmo tempo, indutor de controle, repressão e individualismo.

É preciso, portanto, outros sentidos em que tudo aquilo que é ecológico precisa também ser socialmente sustentável, primar pela retomada da liberdade do homem, livrá-lo da pobreza, da violência, da exploração, da falta de saúde pública, educação e lazer, livre das amarras do consumo. É preciso dar dignidade à natureza, garantindo o respeito a todos os seres vivos.

Por isso, essa temática, a partir da Vila de São Jorge, fomentará novos estudos, que permitirão acrescentar novas possibilidades e formas de proteger a natureza e o homem de forma integral e integrada.

A crise ambiental é decorrente da intervenção humana, sobretudo pela economia globalizada e pela tecnologia, que levam ao acelerado esgotamento dos bens naturais e a produção de ameaças à vida humana, animal e vegetal também em dimensões globais, ao mesmo tempo em que se intensificam as desigualdades sociais e aumenta a pobreza. Essa é a natureza da globalização.

Esse arcabouço fundamental é que dá ênfase a criação de Unidades de Conservação com o esforço de proteção da biodiversidade, que ameniza os efeitos da economia de mercado e ao mesmo tempo coloca em risco as populações locais, mas não enfrenta a causa. Nessa conjuntura, só é possível institucionalizar a proteção da vida, em todas as suas formas, a partir de soluções sistêmicas calcadas na compreensão da interdependência de todas as formas de existência e, no entendimento de que todas as coisas estão conectadas em rede.

Ao findar essa análise, restam algumas incertezas em relação ao futuro da Vila de São Jorge. De forma mais pragmática, preocupa as consequências da restrita dependência do ecoturismo, que aumenta a sua vulnerabilidade econômica e social, bem como possíveis mudanças na forma de gestão do PNCV, que ao terceirizar os serviços voltados ao turismo afasta a população local ainda mais da participação na gestão do Parque.

Nessa perspectiva é crucial o reforço da mobilização e organização da comunidade em torno de propostas que busquem o fortalecimento do controle do território restante e, na busca de opções que substituam o monopólio da prática turística voltada à contemplação da natureza, possa gerar novas alternativas de trabalho e renda à população.

Essa tese identificou a falta de diálogo e integração entre o PNCV e a comunidade, pela ótica dos moradores da vila de São Jorge, parte mais frágil desse relacionamento, evidenciando a fragmentação e dissociação do esforço de proteção da diversidade biológica com outras que são agressivas ao homem e a natureza como a pobreza, violência, falta de acesso à saúde, saneamento e educação. Os problemas que afetam a todos como as causas ambientais são de responsabilidade de todos, independentemente da forma ou conteúdo que os compõem. A necessidade que se apresenta é o estabelecimento uma nova concepção de criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação, que promovam uma visão de mundo inclusiva e sistêmica por meio de um pensamento ecológico mais profundo.

Esse posicionamento demanda posturas inovadoras de pesquisadores, técnicos e demais profissionais envolvidos com a proteção da biodiversidade, solicita alterações no

campo ético que permitam reflexões que considerem as necessidades do outro e de todos os seres que compõem a natureza. Dessa forma, a busca por justiça em todos os âmbitos, independentemente dos sujeitos envolvidos seria mais facilmente alcançada.

As Unidades de Conservação, sejam elas de uso restrito ou não, e a sua integração regional precisam ser consideradas de forma mais responsável pelo Estado, assim como pelas diferentes esferas de governo. É importante construir Políticas Públicas que promovam a coesão entre as mais diferentes iniciativas voltadas ao desenvolvimento, sejam urbanas ou rurais e que extrapolam as áreas de amortecimento dessas Unidades de Conservação. É importante que se promova equilíbrio, igualdade e inclusão social ao mesmo tempo em que respeite as culturas tradicionais e sistemas convencionais de produção.

Nessa direção muitos são os desafios, porém é primordial que se promova o acesso das populações atingidas a todo tipo de informação, bem como a formação formal e informal, que garantam acesso à cidadania e condições de participação em pé de igualdade, dando voz e vez àqueles que foram e são tratados como obstáculo a conservação. No entanto quando as pessoas são incluídas e respeitadas estabelece a possibilidade de se fazerem parceiros e contribuintes voltados aos mesmos interesses.

É fundamental permitir a inclusão de outros saberes na proteção da vida animal, vegetal e humana garantindo também a preservação da cultura e experiências adquiridas ao longo do tempo. É preciso considerar os conhecimentos tradicionais como ponto de partida para pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias, uma vez que o contato com a realidade local, o conhecimento dos ciclos naturais, a observação do fazer cotidiano desenvolvido e repassado de geração em geração são elementos importantes para a elaboração de conjecturas de ordem científica.

No que diz respeito ao caso tratado nessa tese, referente à integração da população local ao processo de proteção da natureza, percebeu-se que pouco foi feito para a aproximação e o envolvimento por parte do PNCV e seus agentes em relação à comunidade de São Jorge. Para tanto, embora transcorrido muito tempo da sua criação se faz necessário aperfeiçoar o diálogo que promoverá entendimento e compreensão das necessidades mútuas.

São caminhos difíceis e longos, como são as trilhas da Chapada dos Veadeiros percorridas, vividas, sentidas que trouxeram e levaram necessidades, alegrias, esperanças, sustento e falta de expectativa de vida. Caminhos da exploração mineral, animal, vegetal e humana, mas que são capazes de levar a aproximação do homem com a natureza, caminhos que podem levar à desconstrução das contradições do crescimento econômico. É necessário trilhar caminhos que superem as visões de curto prazo e que levem às soluções estruturais

com a participação de todos. Para isso é necessário que ocorram mudanças na estrutura do comportamento que levem a relacionamentos ecossistêmicos e que busquem o sustento da vida.

Ao decorrer da execução desse trabalho, defrontou-se com inúmeros autores e pesquisadores que iluminaram o trajeto e garantiram a reflexão, ao mesmo tempo em que suscitaram muitas dúvidas. Por outro lado, os moradores da Vila de São Jorge ofereceram a realidade dos fatos e muitas respostas.

Para contribuir tanto com as investigações posteriores, tanto com aqueles que se debruçarem sobre as questões envolvendo Unidades de Conservação e população local, e ao mesmo tempo valorizar a luta e resistência da comunidade de São Jorge, deixa-se aqui elementos que poderão contribuir para futuras iniciativas:

1. Elaborar projetos de criação/implantação de UC que considerem as necessidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas;
2. Prover a participação democrática dos moradores locais em todas as fases de criação/implantação, bem como na gestão das UC, como forma de garantir o direito ao território;
3. Vincular a criação de UC a programas e projetos que incluam a diminuição da pobreza, melhoria de atendimento a educação, saúde, ciência, tecnologia e segurança, com intuito de desenvolvimento regional;
4. Garantir acesso da comunidade, mesmo que parcial, ao espaço a ser preservado, com o intuito de assegurar a perpetuação dos saberes, fazeres e cultura das populações;
5. Assegurar compensações pecuniárias, indenizações e/ou pagamento de remunerações em contrapartida pela expropriação dos meios de vida das populações locais, tradicionais ou não;
6. Estabelecer a comunicação dialógica como procedimento institucional padrão no relacionamento entre UC e populações locais;
7. Reconhecer a participação da comunidade local nos rumos das Unidades de Conservação como equivalente direito à cidadania;
8. Reconhecer o valor dos bens naturais, proporcionalmente e equitativamente aos valores éticos, étnicos e culturais, articulando as diferentes formas de conhecimento e práticas de manejo;
9. Garantir a participação, inclusão social e fomento à cidadania a toda e qualquer população atingida pelo estabelecimento de áreas protegidas;

10. Promover programas de capacitação de dirigentes de Unidades de Conservação que os qualifique para estabelecer aproximação e diálogo com as comunidades locais.

Enfim, quanto ao questionamento em relação à possibilidade de se criar parques sem ignorar a presença humana, mas, antes, pensar na interação homem-meio como forma também de se preservar, tem-se clareza, após essa pesquisa, de que isso é possível e compreensível, uma vez que a conservação da biodiversidade num sem sentido restrito, traz outros desequilíbrios de variadas ordens, seja econômica, social ou cultural. A conservação não pode ser no sentido de isolamento da natureza. Acima de tudo, não se pode perder de vista que estamos falando de um sistema, conforme Capra, em que tudo está interligado, ainda que de forma oculta. A negação de um elemento é a negação de todo o sistema.

A vida se sustenta em nosso planeta a milhões de anos através de interações entre todos os seres, todas as variantes da existência estão interconectadas e são interdependentes. Assim não é possível qualquer saída para os problemas que afligem o mundo se forem consideradas de forma isolada e desconexa.

Não é possível dentro de uma concepção sistêmica, entender as Unidades de Conservação de forma distanciada do homem e da sociedade, antes é preciso criar unidades comuns em que homem e natureza são vistos como um só.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo de conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 2004, p.13-36.

AFIUNE, Pepita S.; OLIVEIRA, Éliezer C. **O Paraíso em Goiás:** pioneirismo místico na Chapada dos Veadeiros. *Fronteiras: Journal of Social Techlogical end Environmentae Science*, v.4, n.2, 2015. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2015v4i2.p171-182>

ALBUQUERQUE, José A. M. A construção do espaço na Chapada dos Veadeiros. In: DUARTE, Laura M. G.; BRAGA, Maria L. S. (Orgs.). **Tristes cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Ed. Paralelo 15, 1998, p. 223-257.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo:** fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 2000.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza. São Paulo: NUPAUB/USP/Anna Blume/Hucitec, 2000, p. 273-290.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: **Etnoconservação:** novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: NUPAUB/USP/Anna Blume/Hucitec, 2000, p. 273-290. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>

_____. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, 1999, v. 2, n. 5, p.79-92. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luís Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, n. 3, p. 499-533, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000300003>

BALTAR, Ronaldo. **Discussão sobre a relação Estado e classes dominantes**. Revista Meditações: Londrina, jan 1996, v. 1, n. 1, p.18-23. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.1996v1n1p18>

BARBOSA, Álan G. **As estratégias de conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros:** conflitos e oportunidades. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BARREIRA Filho, B. Edenildo; SAMPAIO, F. L. José. **Sustentabilidade Ambiental:** discutindo o lugar. Revista Mercato: ano 3, n.6, 2004.

BECKER, Bertha. K.; Santos, Milton. **Território, territórios, ensaios sobre ordenamento territorial**. São Paulo: Lamparina, 2007.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução: Sebastião Nascimento. 2 ed., São Paulo: Editora 34, 2011.

- BEHR, Miguel von. **Berço das águas e do novo milênio:** Chapada dos Veadeiros, Goiás, Brasil. Brasília: Editora UnB: Editora IBAMA, 2000.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo.** São Paulo: Senac, 2001.
- BENSUSAN, Nurit; Diversidade e unidade: um dilema constante. In: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana P. (Orgs.). **A Diversidade Cabe na Unidade?** Brasília: IEB Mil Folhas, 2014, p. 30-81.
- BERNARDI, Bernardo. **Introdução aos estudos etno-antropológicos.** Lisboa: Ed. 70, 1974.
- BERTRAN, Paulo. **História de Niquelândia:** do Julgado de Traíras ao Lago de Serra da Mesa. Brasília: Verano Editora, 2002.
- BEZERRA DA SILVA, Cleide. Chapada dos Veadeiros: uma utopia em construção ou um novo discurso para velhas práticas? In: DUARTE, Laura M. G.; BRAGA, Maria L. S. (Orgs.). **Tristes cerrados. Sociedade e biodiversidade.** Brasília: Ed. Paralelo 15, 1998, p.191-221.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.
-
- . **Saber cuidar:** ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis, Vozes, 1999.
-
- . **Ética da vida.** Brasília: Letra Vida, 2000.
-
- . **Ética e Eco-espiritualidade.** Campinas: Verus, 2003.
- BONETI, Wessler. **As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado:** da razão moderna a insurgência de processos e agentes sociais novos. Revista Eletrônica de humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, sn, 2012. Disponível em <<https://periódicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/587>>. Acesso em: setembro de 2017.
- BORGES, Barsanulfo G. **Goiás nos quadros da economia nacional 1930-1960.** Goiânia: EDUFG, 2000.
- BORGES, Luís Antônio; REZENDE, José Luiz Pereira; PEREIRA, José Aldo. Evolução da Legislação Ambiental no Brasil. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.2, n.3, p.447-466, set./dez. 2009.
- BRAGA, Maria Lúcia S. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: DUARTE, Laura M.G.; BRAGA, Maria Lúcia S. (Org.). **Trises Cerrados. Sociedade e biodiversidade.** Brasília: Ed. Paralelo 15, 1998, p. 95-128.
- BRANDÃO, Paulo A. C.; BARRETO, Renata V., Impactos Ambientais do Ecoturismo na Vila de São Jorge, entrada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central.** Brasília: LGE editora, 2009, p.353-378.

BRASIL. Decreto n.º49.875 de 11 de janeiro de 1961. **Cria o Parque Nacional do Tocantins, no Estado de Goiás e da outras providências**, Brasília, jan. 1961.

_____. Decreto n.º6.040 de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, fev. 2007.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/34.htm>. Acesso em: outubro 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: setembro de 2017.

_____. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, jul. 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução n. 428, de 17 de dezembro de 2010**. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parna_veadeiros> Acesso em: outubro 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: **O desafio de garantir participação no complexo universo de gestão**, 2015. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/wp/contente/uploads/2015/12/caderno3.pdf>> Acesso em: dezembro de 2018.

BRITO, Bárbara et al. **Conflitos socioambientais do século 21**. PRACS. Revista eletrônica de humanidades do curso de ciências sociais da UNIFAP, v.5, p.51-58, 2011.

BRITO, Bárbara; BRITO, Dagunete; SOUZA, Ester. **Pressupostos teóricos da proteção da natureza**. Planeta Amazônia: revista internacional de direito ambiental e políticas públicas, Macapá, n.7, p. 141-149, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta>> acesso em: agosto de 2018.

BRITO, Maria Cecília. W. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. 2. ed. São Paulo: AnnaBlume /FAPESP, 2003.

BRITO, Maria Cecília. W. et al. **Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento**. Revista Ipea, Brasília, jul. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5490/1/BRU_N3_unidades_conservacao.pdf> Acesso em: janeiro de 2018.

BRUNO, Sávio Freire. **Pato-mergulhão (Mergus octosetaceus)**. 2008. 1 fotografia.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a

transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução: Newton Roberval Eiechemberg. São Paulo: CULTRIX, 1996.

. **Conexões ocultas:** Ciência para uma vida sustentável. 4. ed. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: CULTRIX, 2005.

. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: CULTRIX, 2006a.

. **O ponto de mutação:** a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: CULTRIX, 2006b.

CARVALHO, Eduardo R.; SILVA, Vicente P. **A aplicabilidade do Estudo de Caso em Pesquisas de comunidades campesinas afetadas por projetos de investimentos rurais.** In: XI Encontro Nacional da ANPEDE, 2015, Presidente Prudente. Anais... Presidente Prudente: Anpege, 2013, p. 6.352-6.363.

CARVALHO, Isabel; SCOTTO, Gabriela (Coord.). **Conflitos Sócio-ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação Heinrich-Boll-Stifung, 1995.

CASTRO, Edna. **Território biodiversidade e saberes de populações tradicionais.** In: DIEGUES, Antônio C. DIEGUES, Antônio C. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza. São Paulo: NUPAUB/USP/AnnaBlume/Hucitec, 2000, p.165-182.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Tradução: Luiz Fugazzoca Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

COLCHESTER, Marcus. **Resgatando a natureza:** comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000, p. 225-256.

COSTA, Ana Clara G.; MURATA, Afonso T. **A problemática sócio-ambiental nas unidades de conservação: conflitos e discursos pelo uso e acesso aos recursos naturais. Revista Sustentabilidade em debate.** v.6, n.1, p.86-100. abr. 2015. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v6n1.2015.12157>

COSTA, Paulo César. **Unidades de Conservação.** São Paulo: ed. Aleph, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

DALLA Rosa, A. Teresinha. **Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável:** os debates e embates frente a complexidade dos termos. Itajaí, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Itajaí; Itajaí, 2011.

Da MATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1991.

DEMAJORIVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental:** perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DENCKER, Ada F. N. **Pesquisa em turismo:** planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 2007.

DIEGUES, Antônio C. **O mito moderno da natureza intocada.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza. São Paulo: NUPAUB/USP/AnnaBlume/Hucitec, 2000, p. 01-49.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001 <<https://doi.org/10.18472/SustDeb.vgn1.2015.12157>> Acesso em: janeiro de 2019.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, Antônio C.; NOGARA, Paulo J. **O nosso lugar virou parque:** estudo socioambiental do Saco de Mamanguá Parati-Rio de Janeiro. 2 ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

DOMICIANO, Carlos S. **Curso d'agua afluente do Rio Preto.** 2012. 1 fotografia.

_____. **Formação Campestre.** 2012. 1 fotografia.

_____. **Manifestação Cultural na Vila de São Jorge.** 2012. 1 fotografia.

_____. **O cooperativismo como estratégia de participação social de agricultores familiares:** o caso da cooperativa dos produtores de açafrão de Mara Rosa-Go. Dissertação (Mestrado em agronegócios), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

_____. **Pedras de Quartzo.** 2012. 1 fotografia.

_____. **Valores ambientais e desenvolvimento:** um estudo de caso do distrito de São Jorge e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

DRUMOND, José Augusto. **Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: EDUFF, 1997. <https://doi.org/10.5533/85-228-0204-1-1997>

DOLES, Dalísia E. M. **Interpretação histórica da economia de Goiás e posicionamento do setor agropecuário no contexto econômico e social da região.** Goiânia: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Goiás, 1995.

DUDLEY, Nigel. Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas. UICN. Gland, Suiza: UICN, 2008. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2008.PAPS.2.es>

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999.

FARIA, Magda E. Agricultura Moderna, Cerrados e Meio Ambiente. In: DUARTE, Laura M. G.; BRAGA, Maria L. S. (Orgs.). **Tristes Cerrados:** sociedade e biodiversidade. Brasília: Ed. Paralelo 15, 1998, p.149-170.

FARIA, Dóris Santos; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica no turismo.** Brasília: ed. UNB, 2001.

FAXINA, Fabiana. **Áreas protegidas e populações humanas:** o Parque Nacional do Iguaçu e seu entorno. 1 ed., Aracajú: IFS, 2014.

FERREIRA, Peixoto Carolina. **Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins.** 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

FONSECA, Fernanda Padovesi; VIANNA, Lucila Pinsard; BRITO, Maria Cecília. **População e Manejo nos Parques Estaduais Paulistas.** In: 8º Congresso Nacional de Geografia. Salvador: Associação Brasileira de Geografia, 1990. Anais... Salvador, 1990.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, Apostila, 2002.

FONTANA, Alessandra. **Ao redor da natureza:** investigando a percepção ambiental dos moradores do entorno da Estação Biológica de Santa Lúcia, Santa Teresa-ES. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

FREITAS, Mário. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável e formação de educadores/professores:** Perspectivas, Florianópolis, v.22, p. 547-575, 2004.

FOLADORI, Guilhermo. **O capitalismo e a crise ambiental.** Revista Raízes, Curitiba, ano 1999 XVIII, n. 19, p. 31-36.

FOLADORI, Guilhermo. **Paradojas de la sustentabilidad:** ecológica versus social. 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servcet/articulo?codigo=2595791>> Acesso em: janeiro de 2019.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURNAS. **Sistema Furnas de Geração e Transmissão.** Disponível em: <https://www.furnas.com.br/hotsites/sistemasfurnas/usina_hidr_serramesa.asp> Acesso em: outubro de 2017

GERHARDT, Tatiana. E; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Zahar ed., 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos Gestores e Participação Sócio-política.** São

Paulo: Cortez, 2001.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUANAES, Senilde A. “**Meu quintal não é Parque!:** populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina - BA. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GUIVANT, Julia. **Sustentabilidade e métodos participativos:** os riscos dos pressupostos realistas. In: Congresso Mundial da International Sociological Association, Brisbane, Austrália, Anais... julho, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HAUFF, Shirley N. **Relações entre comunidades rurais locais e administração de parques no Brasil:** subsídios ao estabelecimento das zonas de amortecimento. 2004. 224 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

HERCOWITZ, Marcelo; MATTOS, Luciano; PEREIRA, Raquel. Estudos de casos sobre serviços ambientais. In: NOVION, H. de; VALLE, R. do (Org.). **É pagando que se preserva?....** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003, p. 136-240.

HERCULANO, Selene C. Do Desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (Coord.). **Ecologia, ciência e política.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HOROWITZ, Christiane. **Plano de manejo do Parque Nacional de Brasília....** 1992. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

HUGHES, Buz. **Plano de ação para conservação do pato mergulhão.** Brasília: MMA/IBAMA, 2006.

IGNARRA, Luís Renato. **Fundamentos do turismo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio. Chapada dos Veadeiros ampliará a infraestrutura. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas/noticias-20/geral/10142-parna/da/chapada/dos/veadeiros/ampliara/infraestrutura>> Acesso em: fevereiro de 2019.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Unidades de conservação.** Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org>> Acesso em: outubro de 2017.

IRVING, Marta A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras, Brasília: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

IUCN - International Union for Conservation of Nature. **Guidelines for protected areas:** management categories. Gland: IUCN, word conservation monitoring centre, wcmc, 1994.

JACOBI, Pedro. **Poder local, políticas sociais e sustentabilidade.** São Paulo: Saúde e Sociedade, v.8, n°1, jan./fev. 1999. <https://doi.org/10.1590/S0104-12901999000100004>

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade.** In: Cadernos de Pesquisa. n. 118. São Paulo: Autores Associados, 2003. p. 189-205. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>

KOURY, Carlos G.; GUIMARÃES, Eduardo R. O desafio da gestão participativa, oportunidades a experiência na RDS Uatumã. In: **Série integração, transformação e desenvolvimento: áreas protegidas e biodiversidade.** Rio de Janeiro: Fundo Vale para o desenvolvimento sustentável, 2012.

KURZ, Robert. O futuro é diferente: uma visão da sociedade do século 21. In: OSZLAK, Oscar. **Sociedade e Estado superando fronteiras.** São Paulo: Fundap, 1998, p.15-34.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001a.

_____. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. **A complexidade ambiental.** Tradução – Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

_____. **Ecologia, Capital e Cultura.** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Discursos sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A apostila pela vida:** imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. **Complexidade, racionalidade ambiental diálogo de saberes.** Educação & Realidade, v.34, n.3, jul./ago. 2009. Disponível em: <<https://ser.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515/6720>> acesso em: outubro de 2018.

LIMA, Ricardo B.; SIQUEIRA, Deis. **Sociologia das adesões:** novas religiosidades e a busca místico-esotérica na capital do Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702002000100009>

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal:** ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. BURSZTYN, Marcel. (Org.). **A difícil sustentabilidade:** política energética e conflitos

ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.

LITTLE, Paul E. (Org.) **Políticas ambientais no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

LOPES, José Sérgio L. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação**. Porto Alegre: Revista Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 25, jan./jun. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MAGALHÃES, Juraci. **A evolução do direito ambiental no Brasil**. São Paulo: Joarez de Oliveira, 2002.

MARTINS, Elias. **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - 50 anos (1961-2011)**. Brasília: MMA/ICMBio, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O princípio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nobel, 1975.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2005.

MAZZETTO SILVA, Carlos E. **Territorialidade Camponeses do Cerrado: o saber gerado a partir do saber local**. Campo-território: Revista de Geografia Agrária. São Paulo, v7, n.14, p. 1-35, ago., 2012.

McCORMICK, Jonh. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1992.

MELLO e SILVA, Sílvio. O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. In: MELLO e SILVA, Sílvio; SILVA, Bárbara. **Estudo sobre globalização, território e Bahia**. Ed. UFBA, 2006.

MENDES, Ana B. V. **Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre justiça**. 2009. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MENDONÇA FILHO, Dálio Ribeiro. **O estudo do ecoturismo praticado na Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás, Brasil: uma visão ambiental estratégica**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MENEZES, Anderson. **Teoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1998.

MILANO, Miguel S. Porque existem unidades de conservação? In: MILANO, Miguel S. (Org.). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação o Boticário, 2002.

MILANO, Miguel S. (Org.). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Brasília: Embrapa, 2002.

MINAYO, Maria Cecília S. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes,

2002.

MOLINARO, Carlos Alberto. **Racionalidade ecológica e estado socioambiental e democrático de direito.** Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, Pontifícia U. C. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita:** repensar a reforma, reformando o pensamento; tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Ciência com consciência.** Tradução de Maria O. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O método 4:** habitat, vida, costumes, organização. Trad. de Juremir Machado da Silva. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** Tradução: Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOURA, Adriana Maria. **Governança ambiental no Brasil:** Instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEIA, 2017.

NOVAES, Pedro C. **Da participação ao Desenvolvimento:** modernidade, cidadania e sustentabilidade na Chapada dos Veadeiros, 2002. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

OLIVEIRA, Ivanilton J. **Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros (Go).** 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OMT-Organização Mundial do Turismo. **Turismo Internacional:** uma proposta global. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORTIZ, Renato. A Procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo, Ática, 1983, p.7-36.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. Tradução: Fernando Correa Prado. 1. ed., São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PACHECO, Éser; SILVA, Hilton P. **Compromisso Epistemológico do Conceito de Percepção Ambiental.** Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Museu Nacional/UFRRJ, 2006.

PELLIZOLLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico:** reflexões ético-filosóficas para o século XXI. Petrópolis: Vozes, 1999.

PENTEADO, Cláudio L. C.; FORTUNATO, I. **Crise ambiental:** fragmentação ou complexidade? Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental. (online), v.24, jan./jul. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remedia/article/view/3912/2338>> Acesso em: outubro 2018. <https://doi.org/10.5380/dma.v22i0.16054>

PEREIRA, Barbara E.; DIEGUES, Antônio C. **Conhecimento de populações tradicionais**

como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sob a perspectiva da etnoconservação. Revista desenvolvimento e meio ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

PEREIRA, Eliane C. et al. **Reservas particulares do patrimônio natural como zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.** Goiânia: NUPENGE/UCG, 2004.

PESSOA, Flávia M. G.; BARRETO, Pablo C., Éticas Ambientais, Sustentabilidade e Direito do Meio Ambiente. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA.** jul./set. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rppgd/article/download/15214/10372>> Acesso em: nov. 2018.

PIMENTEL, Maria Aparecida; RIBEIRO, Wagner C. **Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas.** Espaço e tempo (*online*), v. 20, n. 2, p.224-237, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.122692>

PIMBERT, Michel P. e PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000, p. 183-223.

PITANGA, Angelo F. **O enfrentamento da crise socioambiental: um diálogo em Enrique Leff sobre a racionalidade e o saber ambiental.** Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental do PPGEA/FURG-RS. [on line]. 2015, v.32, n.3, p. 158-171. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remeia/article/view/4997/3266>> Acesso em: novembro de 2018.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** 2. ed., Rio de Janeiro: Graall, 1985.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação.** Londrina: ed. Planta, 2001.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo e Geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidade. In: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. p.143-194.

RUIZ, J. O. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1976.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental.** Revista Turismo em Análise. São Paulo: v.3, n.1, p. 42-50, 1992. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v3i1p42-50>

SACHS, Ignacy; **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortex, 2007.

SACK, Robert D. **Territorialidade humana sua teoria e história.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALVATI, Sérgio S. Planejamento do ecoturismo. In: MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003, p.33-38.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. 5. ed.; São Paulo: Hucitec, 2002.

SEABRA, Giovanni. Educação ambiental: Caminhos para a conservação da sociobiodiversidade. In: SEABRA, Giovanni (Org.). **Educação ambiental num mundo globalizado:** uma ecologia de riscos, desafios e resistência. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

SARAIWA, Regina C. F. **Tradição e sustentabilidade....** 2006. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIEG – SISTEMA DE GEOINFORMAÇÃO DE GOIÁS. **Mapa de ampliação do PNCV.** Goiânia, s.d. vários mapas, 2016.

_____. **MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – GO E PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS.** Goiânia, 2003. 1 Mapa, Color. disponível em: <<https://www.sieg.go.gov.br>> Acesso: setembro de 2017.

SILVA, Domingos; RODRIGUEZ, Vicente. **O estado em Poulatzas.** In: VIII Colóquio internacional Marx e Engels, 2015. Anais eletrônicos... Campinas: UNICAMP, 2015. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/.../Domingos%20Pereira%20%20Vicente%20Rodrigues>> Acesso: setembro de 2017.

SINGER, Paul. **Economia Solidária:** um modo de produção e distribuição. In Singer, Paul; SOUZA, A. R. (Org.). São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Luciana. A legislação ambiental brasileira. In: SEABRA,G. (Org.). **Educação ambiental no mundo globalizado.** João Pessoa: Ed. UFPB, 2011.

SROUR, Robert H., **Ética Empresarial.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

STEINBERGER, Marília. Turismo, território usado e cidade: uma discussão pré-teórica. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central.** Brasília: LGE editora, 2009.

TAVARES, Carlos A. P. **O que são comunidades alternativas.** São Paulo: Nova Cultura-Brasiliense, 1985.

TREVISOL, Vitório. **A educação em uma sociedade de risco:** tarefas e desafios na construção da sustentabilidade. Joaçaba: UNOESC, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1974.

VALLEJO, Luiz. R. **Unidades de Conservação:** uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. GEOgraphia, Rio de Janeiro, v.6, n.8, p. 77-106, 2003.

VARGAS, G. Maria. **Conflitos Sociais e Socioambientais: uma proposta de um marco teórico e metodológico.** Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, v.19, p. 191-200, dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132007000200012>

VASQUEZ, Adolfo S. **Ética.** Trad. João Dell'anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável:** o desafio do século XXI, Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEYRET, Yvette; RICHEMOND, Nancy M. Representação, gestão e expressão espacial do risco: In VEYRET, Yvette (Org.). **Os riscos:** o homem como agressor e vítima do meio ambiente. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007, p. 23-82.

VIANNA, Lucila P. **De invisíveis a protagonistas:** populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Anna Blume /FAPSP, 2008.

ZWOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000200008>

WANDERLEY, Maria de N. **Raízes históricas do Campesinato brasileiro.** Texto para discussão. In: Encontro Anual da ANPOCS. 1996. Caxambu. Anais... Caxambu, 1996.

WHYTE, Anne. V. T. **La preception de L'environnement:** lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain. UNIS-UNESCO, Paris, França, 1978.

YAGUIU, Silvia. **Povos e comunidades tradicionais em áreas de proteção integral no Brasil.** São Paulo: NUPAUB/USP, 2011. Disponível em: <<https://nupaub.ffch.usp.br/sites/nupaub.ffch.usp.br/files/color/levantamentoconf.pdf>>. Acesso em: setembro de 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos, 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A

Roteiro das entrevistas semiestruturadas

- Integração do morador com o meio ambiente
 - resgate histórico pessoal
 - relação com a região e o lugar
 - principais meios de obtenção e sustento (garimpagem, extrativismo, agricultura)
 - estrutura fundiária

- Contexto social, econômico e ambiental
 - qual era a principal atividade econômica (meio de sustento)?
 - como eram exercidas as atividades?
 - forma de aquisição de ferramentas e insumos
 - como era a estrutura comercial?
 - relacionamento social entre as pessoas (festas, mutirão, reuniões)

- Criação do PNCV e os efeitos sociais, econômicos e culturais na vida dos moradores de São Jorge
 - descrição das atividades antes e depois do PNCV
 - efeitos após a criação do PNCV
 - a partir da criação do PNCV, qual sua atividade profissional
 - quais foram as mudanças no modo de vida das pessoas?
 - quais oportunidades foram geradas?
 - qual a relação das pessoas da Vila com a administração do PNCV?
 - o que o PNCV representou e representa para a Vila de São Jorge?

- Relação com o turismo
 - o que representa o turismo para a Vila de São Jorge?
 - qual o seu envolvimento e da família?
 - o que trouxe de efeitos positivos?
 - o que trouxe de efeitos negativos?
 - o que poderia ser feito para melhorar?

- Relação da população de São Jorge com o Estado
 - o Estado tem projetos de apoio a Vila de São Jorge?
 - quais são os principais programas econômicos, sociais, educacionais e culturais?
 - o que representou a pavimentação da rodovia de acesso a Vila de São Jorge?
 - o que mais poderia ser feito?

APÊNDICE B

Universidade Federal de Uberlândia - UFU – PPGEO/Doutorado - Geografia
Pesquisa de Avaliação de riscos e efeitos da implantação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em relação à população da Vila de São Jorge-Go.
Doutorando: José Carlos de Carvalho
Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva

Este questionário tem por objetivo obter informações básicas para subsidiar o entendimento dos riscos e efeitos da implantação do PNCV em relação à Vila de São Jorge, município de Alto Paraíso de Goiás -Go. As respostas obtidas terão tratamento estatístico pesquisado, mantidas sob reserva e discrição, bem como o sigilo de sua identidade.

- 1) Data: ___/___/___

2) Naturalidade: _____

3) Dados pessoais: Sexo: F() M() Idade: () menor de 16 anos () entre 16 e 25 anos () entre 26 e 35 anos () entre 36 e 45 anos () entre 46 e 60 anos () mais que 61 anos
Escolaridade: () ensino fundamental () ensino médio () graduação () outros.

4) Na sua opinião quais os benefícios para a comunidade com a implantação do PNCV?
()educação ()aumento de renda ()saúde ()trabalho ()outros
Especificar _____

5) Quais os principais prejuízos?
()fundiário ()cultural ()segurança ()econômico ()outros
Especificar _____

6) Qual é a principal atividade econômica da Vila de São Jorge?
()turismo ambiental ()turismo religioso ()comércio ()agropecuária ()outros
Especificar _____

7) Quais são os efeitos que essa atividade trouxe para a Vila de São Jorge?
()especulação imobiliária ()aumento de renda ()poluição ()perda de identidade cultural

8) O relacionamento da gestão do PNCV com a comunidade da Vila de São Jorge é:
()ótimo ()bom ()médio ()ruim

9) Você já participou de alguma decisão em relação a gestão do PNCV?
()sim ()não

10) Na sua opinião existe alguma dificuldade de relacionamento entre o PNCV e a comunidade?
()sim ()não

11) O que poderia ser feito para melhorar o relacionamento? Resumir em uma expressão ou frase.

12) Quais são as festas da Vila de São Jorge que você participa?

13) O Estado oferece algum tipo de apoio à população?
()sim ()não
Em caso afirmativo, qual ou quais? _____

14) Qual é sua maior preocupação em relação ao PNCV? Resumir em uma expressão ou frase.

15) Na sua opinião, qual o grau de importância do PNCV para a Vila de São Jorge?
()muito importante ()importante ()pouco importante ()sem importância

OBRIGADO!